



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Boa tarde a todos. Daremos início à nossa reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, do Senado Federal, e apensados.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, quero fazer duas questões de ordem, com base no art. 10, inciso VI, do Regimento Interno, que trata de substituições na Comissão, possíveis a qualquer tempo.

A bem da boa informação, tivemos substituições recentes da última reunião da Comissão para hoje? Se a resposta for "sim", positivamente, como me parece, pergunto quais foram. Pergunto isso para todos sabermos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Houve duas substituições hoje, Deputado Chico Alencar. O Deputado Fabio Garcia, que era da Comissão, saiu porque na semana passada estava fora. O Deputado Alberto Fraga também é uma das substituições.

Estou sendo informada de que o Deputado Izalci acaba de ingressar na Comissão como suplente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Só para eu entender. O Deputado Alberto Fraga entra na Comissão em lugar do Deputado... Quem substituiu quem?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - No lugar da Deputada Raquel Muniz e da Deputada Shéridan.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - As duas Deputadas saíram para entrada de outros Deputados...

A outra questão é quanto a essa novidade, em tempos de Copa, de uma partida com "portões fechados". Quais foram os critérios para a decisão de impedir a sociedade, através de seus representantes, independentemente da posição, de acompanhar uma sessão, que sempre queremos pública? Por que houve essa alteração?

Essa restrição nos parece até uma limitação ao direito do exercício do mandato parlamentar, ao impedir a presença de assessores. Até isso está limitado! Para nós, é um esbulho ao nosso direito de exercer bem o mandato. Eu estou me ressentindo da falta de assessores aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Nilto Tatto... O Deputado Alessandro Molon está com a palavra.



Depois, a Deputada Jandira, o Deputado Ivan Valente e o Deputado Bohn Gass terão a palavra pela ordem.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu tinha pedido a palavra para uma questão de ordem. Posso fazê-la?

Art. 48, exatamente sobre essa questão.

Conversei há pouco com V.Exa. sobre isso, que me esclareceu que até mesmo V.Exa. pediu que sua assessoria não estivesse presente para não haver dois pesos e duas medidas.

Eu entendi o argumento de V.Exa. e retornei ao meu lugar, mas, lendo o Regimento, vejo no art. 48 que há dois tipos de reunião. Na verdade, são três. *"As reuniões das Comissões serão públicas, salvo deliberação em contrário."* (Pausa.)

Posso prosseguir, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Pode. Desculpe-me.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado. Não há problema, Presidente.

Há reuniões públicas, há reuniões reservadas e há reuniões secretas. Esta reunião tem que ser uma das três: pública, reservada ou secreta. Para ela ser reservada, dependerá de deliberação da Comissão, como dispõe o § 1º do art. 48: *"Serão reservadas, a juízo da Comissão, as reuniões em que haja matéria que deva ser debatida com a presença apenas dos funcionários em serviço na Comissão e técnicos ou autoridades que esta convidar."*

Portanto, sendo esta uma reunião pública, é compreensível que haja um controle de acesso e um cuidado de V.Exa., mas, por exemplo, há pouco aqui encontrei um representante do Ministério Público do Trabalho, que me perguntou: *"Deputado Molon, nós não vamos poder assistir à audiência e participar da reunião? Nós queremos estar presentes na sala."* Parece-me razoável que o Ministério Público esteja aqui dentro, sem falar nas assessorias.

Por isso, faço esta questão de ordem a V.Exa., submeto a V.Exa. esta questão de ordem para que seja permitida a entrada de assessores credenciados e, eventualmente, de autoridades de órgãos públicos, porque são importantes a representação da ANVISA, a representação do Ministério da Saúde e a representação do Ministério Público... Refiro-me a órgãos públicos.



V.Exa. pode até entender que não deve por alguma razão permitir a entrada de defensores dessa ou daquela posição, talvez esse fosse um outro debate, mas ainda assim teria também que ser deliberado pela Comissão. No entanto, não houve essa deliberação da Comissão. E, não tendo havido essa deliberação da Comissão, em princípio a reunião é pública. E, sendo pública, eu apelo a V.Exa. que pelo menos o Ministério Público possa estar aqui para ver o que vai se passar nesta tarde preocupante da Câmara dos Deputados.

É a questão de ordem que eu submeto a V.Exa., Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Molon, esta reunião não é nem secreta nem reservada. Ela é pública, porque está sendo gravada, a imprensa credenciada está toda aqui dentro.

Em decorrência do problema ocorrido na reunião passada e por orientação da Polícia Legislativa, eles pediram que hoje nós só deixássemos entrar os Deputados e os assessores das Comissões, e eu concordei com isso. Há uma série de pessoas querendo entrar na reunião. Inclusive eu pedi ao Secretário da Mesa que abrisse um plenário. O Plenário 5 está aberto com um telão para todos aqueles que queiram assistir à sessão de lá.

Quanto ao representante do Ministério Público, se ele se apresentar, eu não vejo nenhum problema que entre, sente-se e assista à reunião. Mas nós não vamos liberar geral. Eu conversei antes e pedi a todos que não insistissem, porque nós temos uma regra. Isso foi pedido pela Segurança da Casa, e eu acho melhor atender. O Plenário 5 está lá aberto para todos assistirem à reunião de maneira democrática.

Se o representante do Ministério do Trabalho quiser entrar, identifique-se junto à Segurança, e será permitida a entrada do Promotor do Trabalho.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Estou inscrita, Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Nunca vi isso. A Polícia Legislativa determinou...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, determinou porque houve um fato grave na sessão passada... Houve um fato grave...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - A senhora que determinou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu me responsabilizo porque...

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - A senhora que determinou a restrição...



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Chico Alencar, eu não estou jogando. Eu disse que eles me orientaram e eu concordei.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Eles sugeriram.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - A responsabilidade é toda minha, Deputado Chico Alencar, eu não estou jogando. Eu disse que eles me orientaram e eu concordei com eles. A responsabilidade é toda minha.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Pararam para verificar quem entrou aqui com aquela bolsinha, que não era bomba coisa nenhuma?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, Deputado Nilto Tatto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Eu tenho certeza de que a Polícia Federal, ou melhor, a Polícia Legislativa não determinou nada. Aliás, a Polícia Federal, quando vem aqui, vem com *(ininteligível)*.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. está dizendo, então, que eu sou mentirosa. Isso é grave, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Não, não estou dizendo isso.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra o Deputado Nilto Tatto.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - V.Exa. tem que assumir sua decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu já disse que assumi. Eu assumi a sugestão. Eu disse isso, já repeti e estou repetindo novamente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Péssima decisão.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. acha isso e eu não acho. A decisão é minha.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Antidemocrático.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, a questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, agora falará o Deputado Nilto Tato. A palavra é sua.

Depois falarão os Deputados Jandira Feghali, Ivan Valente e Bohn Gass.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, a questão de ordem vai no mesmo sentido.

Ela se baseia no art. 272 do Regimento Interno, que diz:



Art. 272. Será permitido a qualquer pessoa, convenientemente trajada e portando crachá de identificação, ingressar e permanecer no edifício principal (...), enfim, acompanhar as reuniões das Comissões.

O que estamos percebendo aqui é que a Polícia Legislativa é que está definindo se podemos ter um assessor para nos ajudar na atividade parlamentar. Isso é um absurdo! Não é possível aceitarmos isso.

Eu preciso da minha assessoria aqui, ao meu lado, para me ajudar nos trabalhos desta Comissão. E não vai ser a Polícia Legislativa que vai nos impedir de atuar, de exercer o mandato. A Polícia Legislativa teve voto para estar aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, esta é matéria vencida. A decisão é minha. Cada Liderança tem dois crachás à disposição. Quem quiser pode ir à sua Liderança, que tem dois crachás de Comissão, com os quais seus assessores entrarão. Isso é assunto vencido.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali. *(Pausa.)*

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Peço bom senso, Sra. Presidente.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Essa é uma decisão autocrática.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, na semana passada, toda a imprensa *on-line* e alguns veículos que não são de plataforma digital divulgaram que a reunião da Comissão foi suspensa por haver uma bomba dentro do plenário em que a Comissão se reunia. Eu acho muito ruim que as coisas sejam divulgadas dessa forma. Não é verdade que a sessão foi suspensa por isso. Ela foi suspensa porque o Presidente abriu a Ordem do Dia no plenário da Casa, não porque havia uma bomba, até porque bomba não havia, a história não é verdade.

Temos que parar de usar esses factoides falsamente terroristas dentro da Casa. Primeiro, não havia bomba nenhuma. Segundo, nós suspendemos a sessão porque foi iniciada a Ordem do Dia, não porque havia uma bomba. E bomba não havia. Então, precisamos falar a verdade. É bom que se corrija a informação para que a imprensa divulgue corretamente o que está acontecendo aqui. Em terceiro lugar, se há investigação em curso, é preciso que depois também se tenha o relatório dela.

Em quarto lugar, se hoje deve haver algum tipo de segurança, ela deve ser feita na entrada da Casa, não aqui na Comissão. Se lá na portaria a segurança funciona, quem entrou na Casa já entrou. O problema não é quem entra neste recinto, é quem entra na



Casa. Se as pessoas já entraram na Casa, não há nenhum problema em entrar no recinto da Comissão, porque, se botarem uma bomba aqui, no corredor ou no Plenário 5, dá no mesmo. O problema não é este recinto; o problema é a Casa, é a segurança na porta. Se deve haver algum tipo de critério de maior rigidez na segurança da Casa, que seja na portaria do Anexo IV, do Anexo II, do Anexo III, não neste recinto.

Então, esta sugestão, desculpe-me, passa a ser quase folclórica. Não faz sentido estabelecer uma restrição neste recinto e não na Casa. A bomba pode ser colocada no plenário principal da Câmara também, até porque todo mundo tem entrado nele. Eu acho que não faz sentido restringir o acesso ao recinto da Comissão, muito menos no caso dos assessores dos Parlamentares.

Sra. Presidente, V.Exa. está dizendo que isso é matéria vencida, mas é bom lembrar que não necessariamente o assessor de conteúdo da matéria está na Liderança. Muitas vezes o assessor de conteúdo da matéria está no gabinete do Parlamentar. Às vezes, os regimentalistas são da Liderança, mas o Deputado tem no seu gabinete um assessor de conteúdo cuja presença aqui é importante, para além da dos assessores da Liderança.

Não é correto e não há amparo regimental para impedir a entrada de um assessor de Deputado. Qual o critério para essa proibição? Ele vai trazer uma mala com bomba aqui para dentro? Então, esse tipo de restrição não faz sentido, não há critério para ela, Deputada Tereza.

Acho que nós precisamos ter bom senso nas decisões. Eu sei que V.Exa. assumiu a decisão de restringir o acesso em função de uma sugestão, mas me parece que não faz sentido do ponto de vista da segurança e muito menos do ponto de vista do conteúdo restringir a ação do Parlamentar dentro desta Comissão.

Então, eu pediria bom senso, apesar de esta ser uma matéria vencida. Quando temos bom senso e uma boa relação com os colegas, temos que rever as posições se vários colegas argumentam a mesma coisa. Se V.Exa. tivesse tomado de imediato a decisão de mudar o que estabeleceu, nós não precisaríamos gastar tanto tempo da Comissão com os argumentos repetidos, reincidentes dos colegas.

V.Exa. podia rever a sua posição principalmente quanto à entrada no recinto das assessorias e das representações das entidades. Eu não vejo por que só permitir a entrada a representantes de órgãos públicos. Existem entidades que estão acompanhando os trabalhos desde o primeiro dia, e eu acho profundamente angustiante ver pessoas que



seriamente acompanham os trabalhos serem barradas pela Polícia Legislativa. Que sejam permitidas não só pessoas dos órgãos públicos, mas também de entidades sérias que têm acompanhado os nossos trabalhos. Quem tem mochila com bomba tem que ser parado lá na porta, não aqui neste recinto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Abra o som, Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Dinheiro não é detectado como os metais. Talvez o risco seja até maior.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Espere só 1 minuto, Deputado.

Dada a insistência, como eu sou uma pessoa de bom senso, eu queria uma lista com o nome dos assessores parlamentares para eu fornecer à segurança. Somente os assessores poderão entrar.

Eu vou suspender a sessão por 10 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Posso falar antes, Sra. Presidente?

O que eu quero dizer a V.Exa. é o seguinte...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Será permitido 1 assessor por gabinete.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, peço só um instante.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não. Não é essa a questão, Sra. Presidente.

O Parlamentar que dá um crachá ao assessor se responsabiliza pelo assessor. Não existe isso.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Então, o objetivo não é trazer assessores de gabinete, mas pessoas que não são do gabinete.

Eu estou dizendo o seguinte: se V.Exa. está falando que pode dar o crachá para uma pessoa...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não, não é isso. Se alguém lotado no meu gabinete tem um crachá, eu assumo a responsabilidade pela pessoa lotada no meu gabinete.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.K. Mas, então...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Essa pessoa regimentalmente pode entrar aqui.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Sim. Então, isso está permitido.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está ótimo. Então, o problema está resolvido.

A entrada será permitida só a pessoas de gabinetes dos membros da Comissão e será pelos fundos do plenário. É necessário fazer uma listinha com os nomes e nós repassaremos aqui para a segurança.

A reunião está suspensa por 10 minutos.

(A reunião é suspensa.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Bom, passados os 10 minutos, vamos recomençar os trabalhos.

Encontra-se sobre a mesa requerimento do Deputado Alessandro Molon, que requer a votação nominal do requerimento de inversão apresentado pelo Deputado Adilton Sachetti, que passo a ler: "Requeiro, nos termos do art. 12 com o art. 186, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação da proposição, requerimento, de autoria do Deputado Adilton Sachetti, inversão da ordem dos trabalhos, seja pelo processo nominal".

Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, para encaminhar a favor do requerimento, pelo tempo de 5 minutos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Já vencemos essa questão. Vamos em frente. Depois, passarei a palavra para V.Exa. Se não for questão de ordem, eu não vou abrir.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado, Sra. Presidente.

Esse nosso requerimento é de votação nominal da inversão da ordem dos trabalhos. E por que nós desejamos que esta votação seja nominal, Sra. Presidente? Porque a inversão da ordem dos trabalhos apresentada pelo Deputado Adilton Sachetti tem por objetivo acelerar a aprovação desse projeto de lei que consideramos péssimo para a saúde da população brasileira. Então, nós queremos que fique claro para o povo brasileiro quem está de cada lado: quem quer acelerar esta votação, que nós entendemos muito ruim para o Brasil, e quem quer impedi-la. Nós da Oposição vamos obstruí-la.



Sra. Presidente, com todo o respeito a V.Exa. e aos demais colegas que pensam diferente, nós vamos fazer aqui a oposição mais dura que pudermos dentro das regras regimentais. Todos aqui sabemos que a obstrução é uma tática parlamentar reconhecida pelo Regimento Interno da Casa, a ponto de haver um botão nos painéis de votação, que é o botão de obstrução. E nós vamos obstruir esta votação, sim.

Não desejávamos realizar esta reunião hoje, para que pudéssemos ouvir outras entidades antes de procedermos a uma votação tão grave para o povo brasileiro. Queríamos que tivesse ocorrido a oitiva do Ministério da Saúde, como eu disse, por exemplo, na audiência passada da nossa Comissão, na nossa última reunião. Mas queremos também que o Ministério Público Federal seja ouvido, assim como o Ministério Público do Trabalho, queremos a presença da FIOCRUZ e do Instituto Nacional do Câncer. Nós queremos que essas entidades mostrem aos colegas como é ruim, como é péssima, essa iniciativa, que querem tomar nesta tarde de aprovar um projeto de lei tão ruim.

Recentemente, houve a tentativa de desmentir que esta seria a votação do pacote do veneno, porque não é mais o Projeto de Lei nº 6.299, que é o original, mas, sim, um substitutivo. E, com todo o respeito ao Relator, esse substitutivo continua muito ruim, Sra. Presidente! Continua muito ruim! Na prática, ele vai permitir o registro de substâncias cancerígenas, de substâncias que comprovadamente causam má-formação fetal, de substâncias que causam mutação genética. Onde já se viu fazer o registro de substâncias como essas?

Sra. Presidente, houve recentemente a contratação de um grande publicitário para mudar a imagem do setor. Eu acho que todo mundo tem o direito de contratar o profissional que quiser para trabalhar a imagem de qualquer atividade econômica lícita. Mas não há marqueteiro que resolva o problema de imagem de um setor que quer permitir o uso de substâncias cancerígenas! Como é que, depois, o marqueteiro vai dizer pela televisão que isso é *pop*, que isso é "tec", que isso é moderno? Como é que alguém pode achar moderno o registro de substâncias cancerígenas? Que modernidade é essa? Que *pop* é esse? Que "tec" é esse? Isso vai destruir a imagem do setor dentro e fora do Brasil! Nós queremos que o setor tenha a melhor imagem possível, mas ela precisa corresponder à realidade. Não adianta fazer propaganda na televisão dizendo que é tudo uma maravilha e aqui querer aprovar substância cancerígena!



Eu fico imaginando as notícias nos jornais do mundo que importa os nossos produtos, Sra. Presidente. Qual não será o efeito péssimo disso para as exportações brasileiras? Há alguns anos, fez-se aqui um debate sobre transgênicos — vou abordar isso na minha próxima manifestação —, quando se dizia que era urgente aprovar, sem qualquer cuidado, essa legislação. A China está proibindo a importação de transgênicos. O setor, que agora ficou totalmente dependente dos transgênicos, vai ter que voltar atrás, para poder continuar exportando. É uma questão de anos!

Então, essa atitude contra o projeto é uma atitude em defesa dos produtores rurais consequentes e, sobretudo, da saúde da população brasileira, que tem que estar acima do lucro de qualquer um.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigado, Deputado Alessandro Molon.

Para encaminhar contrariamente ao requerimento concedo a palavra ao Deputado Adilton Sachetti.

V.Exa. vai encaminhar contrariamente ao Deputado Molon.

O SR. ADILTON SACHETTI (PRB - MT) - Boa tarde, Presidente. Boa tarde, colegas.

O encaminhamento deste requerimento faz-se necessário para encerrarmos essa discussão, pela necessidade de liquidarmos este tema definitivamente. Senão, daqui a alguns dias, aquilo que não é verdade, como há pouco ouvimos aqui que China proibiu a importação de transgênicos, se propagará. As pessoas não têm noção do que é a produção e dizem o que não conhecem, e isso está se tornando uma verdade. É chegada a hora de trazermos a realidade dos fatos e o que está acontecendo aqui.

Por que este PL precisa ser aprovado? Porque nós estamos atrasados em relação aos outros países naquilo que de novo existe para ser usado nesse setor: moléculas mais seguras, mais eficientes, menos tóxicas, que o mundo inteiro está usando e que nós aqui, atrelados à burocracia, não estamos conseguindo usar. A questão semântica, se o nome é "agrotóxico", "defensivo", "pesticida" ou "veneno", a quem interessa? Interessa é que o produtor receba um produto e possa usá-lo. Onde está no projeto que nós vamos aumentar o uso de veneno na mesa do produtor? Onde isso está escrito? Por que se leva esse medo para a sociedade, tentando enganar as pessoas com uma fala que não é verdadeira? Onde está, dentro deste projeto, que se vai eliminar o receituário agrônomo e que não vai haver quem responda pelo que está sendo feito? Onde está, no projeto, que se descuida do uso



dos EPIs para a utilização desses produtos? Eu vejo que há muita coisa que tem que ser decidida neste projeto, para que se mude, sim, o que se está levando para as pessoas.

Onde está a comprovação científica, dentro de uma revista internacional de renome mundial de saúde, de que há produto que é comprovadamente cancerígeno? Indícios é uma coisa, comprovação é outra. Então, há muita coisa que está sendo colocada que não dá para entender por quê. Eu não quero usar na nossa propriedade nenhum produto que tenha a chance comprovada de trazer problema a alguém, porque eu vivo do que faço. E eu faço agricultura. Os que estão falando mal aqui nem sequer têm terra embaixo da unha, não conhecem o que é a produção.

Outro dia, fiquei aqui ouvindo mentiras, inverdades, que não têm o mínimo sentido de serem ditas.

Quando se diz — permita-me dizer isso, não para agredir, mas para esclarecer, Deputado Molon — que estão proibindo o transgênico... Hoje, se eu produzir uma soja não transgênica, eu recebo de 3 a 5 dólares a mais pelo saco. Isso é mercado. Na minha propriedade, parte da soja que produzo é não transgênica.

Então, há muita coisa que se diz sem conhecimento de causa. Será que essas pessoas que dizem isso algum dia foram a uma lavoura para ver a aplicação de um inseticida ou herbicida ou fungicida? Se elas estão tão preocupadas com isso, por que não existe hoje no Brasil nenhuma universidade que faça pesquisa em relação ao desenvolvimento de novas moléculas de produtos fitossanitários ou agroquímicos ou tóxicos ou, como queiram chamar, venenos? Por que no Brasil não se investe em ciência?

Isto, sim, deveria estar sendo discutido nesta Comissão: investimento em ciência, para que a pesquisa dê às empresas brasileiras oportunidade de crescerem. Levam-se 8 a 10 anos para fazer o registro de um produto no Brasil, inviabilizando o pequeno e médio empresário que queira fazer investimento em pesquisa neste País. Por que não se discute isso, para flexibilizar, encontrar incentivos e aprofundar o conhecimento sobre essas moléculas? Tem que se ficar exclusivamente em órgãos federais, órgãos que naturalmente têm a burocracia atrelada a eles.

Então, é hora de aprovarmos este projeto, de buscarmos um novo momento no nosso Brasil, um novo momento para que as coisas se transformem, um novo momento para que os produtores possam ter oportunidade de concorrer com os produtores lá de fora, que usam essas moléculas.



Não se pode dizer que lá fora já há produtos que foram banidos e que nós aqui dentro ainda estamos usando. Se nos liberarem para usar as moléculas que eles estão usando, podem, sim, tirar esses produtos do nosso mercado também.

Por isso, nós temos que votar rapidamente este projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Adilton Sachetti.

Vamos agora à orientação de bancada, pelo prazo de 1 minuto.

Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT orienta "sim".

E quero responder algumas coisas ao Deputado Sachetti.

A China, no ano passado, fechou centenas de fábricas de agrotóxicos. Lá estão investindo pesadamente em bioinseticidas. Aqui, no Brasil, só de isenção fiscal, toda a cadeia do agrotóxico tem 1 bilhão por ano. Já pensou se pegamos esse 1 bilhão e começamos a investir em pesquisa? Mas não é isso que o projeto aponta.

Aqui se diz que este relatório não elimina o receituário agrônomo, mas ele tira o papel dos Estados e dos Municípios de ter uma legislação mais restritiva. Tira, sim! Está lá no relatório. Isso não modificou. Este projeto e este relatório, na verdade, querem liberar mais veneno na mesa dos brasileiros, para dar mais dinheiro às empresas do agrotóxico.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o MDB?

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, o MDB vota contrariamente ao requerimento e sugere a toda a base que faça o mesmo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PP? *(Pausa.)*

Como vota o PSB, Deputado Alessandro Molon? V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o PSB orienta o voto "sim" ao requerimento de votação nominal.

Nós queremos evitar a todo o custo a aprovação desse projeto que vai colocar mais veneno no prato de comida das brasileiras e dos brasileiros.

Nós não queremos que a proteção da saúde, da vida do nosso povo esteja subordinada ao aumento da lucratividade de setores econômicos, quaisquer que sejam eles.



É por esta razão a nossa obstrução ao projeto. Vamos votar, neste caso, "sim" à votação nominal e vamos contrapor os argumentos apresentados pelos que defendem o projeto nas próximas orientações, começando pela questão da ciência.

O Deputado Sachetti respeitosamente citou uma revista que diz ser conceituada. Quem no Brasil tem mais conceito do que a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ e o Instituto Nacional do Câncer — INCA para falar dessa questão? Trata-se de órgãos públicos sem interesse econômico no caso.

Por isso, o PSB orienta "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PROS? *(Pausa.)*

Como vota o SD? *(Pausa.)*

Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB, Deputada Jandira Feghali?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, aqui o que se pede é a votação nominal, ou seja, colocar a digital nas posições. Não é preciso ser dono de fazenda para conhecer processos produtivos ou médica para conhecer repercussões sob a ótica da saúde.

Então, é importante que respeitemos a opinião dos colegas sobre o que eles são capazes de conhecer, independentemente de serem produtores.

E o projeto diz, sim, que nós vamos aumentar o nível de veneno na alimentação, no meio ambiente e sobre os trabalhadores da agricultura, quando se retira o poder de fiscalização, de análise e de regulamentação dos órgãos que têm que avaliar, homologar e regulamentar, como a ANVISA e o IBAMA; quando permite ao Responsável Técnico — RT alterar os prazos; e quando coloca só no Ministério da Agricultura a possibilidade de decidir ou não que agrotóxicos serão ou não utilizados.

Portanto, votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, o PSOL vai votar "sim".



Nós entendemos que esse projeto vai ser repudiado pela sociedade brasileira. Há uma maioria parlamentar aqui que não representa o que se sente lá fora, que é o veneno que está sendo posto no prato do trabalhador.

Eu entendo que esse projeto é nocivo à segurança alimentar, ao interesse público, ao interesse nacional, à saúde da população e ao meio ambiente. Agora, interessa, sim, à indústria agroquímica e aos grandes importadores o lucro em detrimento da vida. É só pensar o seguinte: Por que a sociedade científica brasileira, uma Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC, fecha uma posição contrária a esse projeto? Por que o Instituto Nacional do Câncer, a FIOCRUZ, o Ministério Público do Trabalho e o Ministério Público são contra? Quem é a favor disso? Os que querem o lucro mesmo. Isso é contra o povo brasileiro.

O PSOL vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição, Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidenta, vou fazer só dois registros neste 1 minuto.

Primeiro, eu lamento não haver ainda a participação das entidades. E foi exatamente essa, Deputada Tereza, a minha observação de antes — já havia me inscrito. Por que as entidades, inclusive as de cunho científico, não podem estar na sessão hoje? Isso é um absurdo! Aqui é a Casa do povo sem o povo. Reclamam que a ciência possa falar. Então, vamos deixar as entidades entrarem hoje, ao menos para ouvir. Nós queríamos que elas pudessem falar, o que foi impedido, mas que elas possam ao menos ouvir o debate. Esse cerceamento é à ciência, então?

Em segundo lugar, vou falar da pesquisa. O Temer e a base, a maior parte dela composta de ruralistas, votou pelo teto de gastos, que significa tirar dinheiro de pesquisa. Então, não adianta fazerem discurso defendendo a pesquisa depois de votarem para ela ter menos recursos.

Nós votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria, Deputada Jandira Feghali?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, vou encaminhar pela Minoria.



Agregando mais este 1 minuto, quero dizer que é importante vermos quem defende a matéria. A grande maioria dos agricultores, inclusive os pequenos e médios produtores, principalmente os da agricultura familiar, e grande número de entidades brasileiras — não me refiro só àquelas ligadas ao meio ambiente, mas também a entidades científicas, que não são apenas da área da saúde — estão contrários ao projeto. Será possível que só um pedacinho tenha razão e fale em nome do desenvolvimento, da produção, do que é certo? Meu Deus, será que nós estamos tão errados assim? Será possível que a produção brasileira só é representada por um pequeno número de grandes empresas e por alguns agricultores grandes? Há algo errado aí, não é?

Por isso, a Minoria encaminha "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos agora, então, para a votação.

Em votação o requerimento.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. Os contrários queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Foi rejeitado o requerimento.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Verificação.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Verificação.

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Verificação conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k. Verificação conjunta concedida.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Entramos em obstrução agora, Presidente.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT está em obstrução.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos à votação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Também está em obstrução a Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Estão em obstrução o PCdoB, a Minoria, o PSOL, o PSB.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A Oposição não registrou a obstrução?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Registrou.

A Oposição está em obstrução.



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O PT está em obstrução.

(Pausa.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O Deputado Covatti Filho não votou também.

Vou encerrar a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Desculpe-me

O SR. CÉSAR HALUM (PRB - TO) - Pode encerrar, Presidente. Todo o mundo já votou.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - Vamos esperar dar 15 a 0.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Encerra! Prazo regimental! Pode encerrar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidenta, V.Exa. reagiu, com razão, supondo que eu tinha dito que V.Exa. tinha mentido — o que não é verdade —, mas a reação de V.Exa. foi bonita.

Agora, eu quero que V.Exa., que disse uns 10 minutos atrás que iria encerrar a votação, mantenha a palavra. Encerre a votação. Não minta!

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Ela só não disse quando. Em algum momento ela vai encerrar. Ela não vai mentir outra vez.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Os defensores do PL podem mostrar também os seus cartazes. O Nizan Guanaes é criativo à beça. Aliás, quanto ele está ganhando? É uma boa pergunta.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, o que não pode se admitir aqui é uma palavra como esta: "*Quanto ele está ganhando?*" Então, vou perguntar também: "*Quanto os senhores estão ganhando?*"

Não pode ser assim, Deputado Chico. Nós temos que respeitar.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Eu ganho o mesmo que V.Exa. V.Exa. não sabe quanto ganha? Eu sei.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Eu sei. Perfeito! Nós ganhamos o que o subsídio nos paga. Ninguém aqui está a serviço de ninguém, não.



O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - É bom nós defendermos a transparência. Eu quero saber quanto ele, Nizan Guanaes, ganha — acho que — pela Confederação Nacional da Agricultura. Se vocês estão assumindo-o como seu publicitário...

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - Tem que perguntar é para quem está comprando o agrotóxico, para quem paga, como está a situação.

Eles não pagam um centavo, não sabem nem o que é isso. Só consomem.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Aliás, era bom tirar o nome dos Parlamentares que são contra este projeto. Aí aparecerá na propaganda só o nome dos que querem aprovar o projeto de V.Exas. Não é preciso ficar divulgando nossos nomes.

As entidades que são contra esse projeto colocam o nome dos senhores, dizendo que os senhores querem aprovar mais veneno. Aí, as entidades dos senhores fazem uma propaganda colocando o nosso nome como se fôssemos favoráveis a este projeto absurdo. V.Exas. podiam fazer o favor de pedir às suas entidades para tirar o nosso nome, para não ficar confundindo o povo brasileiro. Há gente séria neste Parlamento!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - A campanha das entidades que são contra esse projeto diz claramente... As entidades dos senhores que estão querendo confundir o povo brasileiro.

(Pausa prolongada.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente Tereza Cristina, permite-me anunciar duas matérias de hoje do jornal *Valor Econômico*?

A primeira matéria, que muito me chamou a atenção, está na página A4 desse jornal. Ela informa que as pequenas empresas criaram 87% das vagas formais abertas em 2018. Fala da agricultura, mas mostra que isso é sazonal, que num período até criaram um número de vagas um pouco acima da média, mas que agora até mesmo as pequenas empresas, com até 49 funcionários, estão enfrentando dificuldades.

Defender que o agronegócio ou as grandes empresas merecem benefícios fiscais, REFIS, enfim, dinheiro público, dinheiro dos trabalhadores, dinheiro da reforma agrária, da moradia, da saúde e da educação é uma verdadeira farsa.

Quando falamos em produção de alimentos, em desenvolvimento econômico-social e em geração de emprego — o desemprego é uma das mais tristes mazelas do capitalismo —, estamos falando de uma outra economia, que não esta economia monopolista.



Queria deixar essa informação aqui, para que reflitamos claramente sobre umas teses furadas que aqui são defendidas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Vamos para o resultado.

Foi rejeitado o requerimento.

A matéria será votada pelo processo simbólico.

Fica prejudicado o requerimento de igual teor, do Deputado Nilto Tatto.

Encontra-se sobre a mesa o requerimento de alteração da ordem dos trabalhos de iniciativa do Deputado Adilton Sachetti, que passo a ler:

Nos termos do art. 50, em seus incisos I, II, III, § 1º, do Regimento Interno, requero a inversão da ordem dos trabalhos da Comissão, de forma que ocorra na seguinte ordem: ordem do dia, ata, expediente.

Encaminhamento da votação.

Tem a palavra o Deputado Adilton Sachetti, para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos.

O SR. ADILTON SACHETTI (PRB - MT) - Sem muito a falar. O requerimento, conforme explícito, está encaminhado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Posso encaminhar contra, Presidente?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Estou inscrito, não é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está inscrito o Deputado Alessandro Molon, para encaminhar contra.

Tem a palavra o Deputado Alessandro Molon, por 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu vou ceder a palavra aos Deputados Ivan Valente e Bohn Gass, para que dividam o tempo no encaminhamento contrário, se V.Exa. permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não cabe a divisão.

Por 5 minutos, tem a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, eu queria, primeiro, tratar da questão desse requerimento. Ele quer prejudicar, logicamente, os outros requerimentos. Por isso, nós vamos votar contra ele.



Aproveito este momento para colocar para a sociedade brasileira que nos acompanha e para a imprensa por que este projeto dá unicamente ao Ministério da Agricultura o poder de autorizar agrotóxicos na prática. Na lei de 1989, que é uma lei robusta, isso se dava de maneira equilibrada entre os Ministério da Saúde, do Meio Ambiente e da Agricultura também. Então, logicamente, há alguma coisa por trás disso. Essa aceleração para liberar, de forma geral, os agrotóxicos só pode ser uma pressão da indústria agroquímica e dos grandes exportadores e financiadores, inclusive de campanha.

Na verdade, o que ocorre aqui é o seguinte: o mesmo Governo que tem o Ministério da Agricultura tem o Ministério da Saúde, que é contra. Os órgãos do Ministério da Saúde, que tratam de saúde, são contra este projeto e estão dentro do próprio Governo. O Ministério do Meio Ambiente, dentro do próprio Governo, é contra também. Isso é uma contradição!

Vejam: o autor desse projeto é Blairo Maggi, atualmente Ministro da Agricultura. Ele é o rei da soja, da motosserra e do veneno também. Tem problemas na Justiça, no STF e em Mato Grosso, problemas de corrupção. É a mesma pessoa.

Então, na verdade, o Ministério do Meio Ambiente, o IBAMA é radicalmente contrário. A ANVISA, que faz a análise dos resíduos dos agrotóxicos, está excluída desse projeto. Exatamente quem faz a análise dos resíduos de agrotóxicos está excluída desse processo.

Portanto, o que eles querem é fazer com que exista a possibilidade de comercialização de produtos que ainda não tenham sido autorizados por órgãos do Governo, mediante a criação, inclusive, de duas novidades, os chamados registro temporário e autorização temporária, ao mesmo tempo em que o setor ruralista recua na questão dos fitossanitários, para dizer que eram inofensivos. Existia uma batalha de comunicação com a sociedade. Por isso, eles vieram com essa lógica de dizer que é inofensivo, é fitossanitário, é defensivo agrícola. Não! Não é defensivo agrícola coisa nenhuma. Isso aqui tem nome: é veneno, é tóxico, é agrotóxico, conforme consta em legislação internacional, da Organização das Nações Unidas, e na Constituição Federal do Brasil. Lá está escrito "agrotóxico" também, assim como no projeto de lei de 1989. Então, claramente, é evidente que esse recuo foi um recuo tático, para tentar dialogar com a sociedade.

E eu volto à questão do *marketing*. É verdade, foi contratado por organizações ruralistas o Sr. Nizan Guanaes, um dos marqueteiros mais bem pagos do País. Para quê?



Para passar uma imagem. Já há uma campanha na televisão que diz: "*Agro é tech, agro é pop*". Mas o que não querem que apareça é que o agro é tóxico. É isso que elas não querem. Elas querem flexibilizar a venda de veneno, mas ninguém luta para ampliar a pesquisa de verdade, para liberar produtos através da ciência, da contratação de gente. V.Exas. aprovaram a PEC do Teto de Gastos Públicos, para não haver pesquisa. E V.Exas. se queixam — "*Tem que liberar, porque dura 10 anos*" —, mas não querem contratar gente para analisar. "*Não. É ajuste fiscal.*"

Por isso, o PSOL é contra esse requerimento.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Orientação de bancada.

Como vota o PT?

Tem a palavra por 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Presidente, o que é mais triste é a tentativa de enganar a sociedade brasileira, seja em relação ao receituário agrônomo, seja em relação à competência da ANVISA e do IBAMA. Estão retirando competência, sim, estão restringindo o poder de veto da ANVISA e do IBAMA. O Brasil só perde para a China no consumo de veneno. Mas, em vez de avançarmos, nesta Casa, no modelo da China de redução e substituição do veneno na produção de alimentos, o Brasil está na contramão. Hoje, são 6,1 quilos por hectare, 6,1. É o campeão na utilização de veneno. Enquanto muitos países também vêm avançando na substituição do veneno e, portanto, obtendo grande produtividade por hectare, o Brasil amplia seu uso, inclusive em transgênicos — triplicou o uso de veneno em transgênicos.

Por isso, o PT vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Padre João.

Como vota o MDB?

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, o MDB vota "sim" e pede o voto "sim" para a base.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o PSB vota contra esse requerimento, que, nitidamente, tem por objetivo acelerar a aprovação do pacote do veneno. Nós vamos votar contra o pacote do veneno na Comissão. Nós não vamos colaborar com a iniciativa de se jogar veneno no prato de comida das brasileiras e dos



brasileiros. Nós vamos obstruir. Neste requerimento votaremos "não" e nos demais vamos para a obstrução, sempre que possível.

É inaceitável essa tentativa de permitir o registro de substâncias cancerígenas, que causam má formação fetal e mutação genética. A lei brasileira hoje proíbe isso, a nova lei permitirá. Esta é uma das intenções desse projeto: permitir o registro de substâncias que a ciência brasileira comprovou que causam câncer.

Por isso, votaremos "não" aqui e "não" nas próximas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, de fato sabemos que esse requerimento tenta agilizar a votação, porque o nível de resistência aqui tem sido grande, a sociedade acompanha e temos conseguido impedir a aprovação, apesar de sermos claramente minoritários nesta Comissão. Temos conseguido porque, de fato, o conteúdo é muito ruim. Mesmo quem vota a favor não consegue confrontar os argumentos óbvios. Ninguém consegue mostrar aqui que esses produtos não são cancerígenos, que não causam má-formação fetal, que não causam mutações genéticas, que não causam contaminação do leite materno, que não foram detectados na urina de trabalhadores da agricultura, que não foram detectados em estudos amplamente divulgados pelas universidades, pelos institutos de pesquisa com o que já se usa hoje. Estão querendo amplificar o uso de agrotóxicos com produtos novos, sem a mesma fiscalização, sem a mesma análise para registro. V.Exas. precisam provar o contrário para dizer que estamos falando algo errado. Como não conseguem, querem votar correndo.

Por isso, votamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSC? *(Pausa.)*

Como vota o PPS? *(Pausa.)*

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, trata-se de uma guerra parlamentar. Dizem que na guerra a primeira sacrificada, a primeira vítima é a verdade, e quero trazer aqui uma bomba em cima da verdade.

Foi dito aqui, na semana passada, que no IBAMA há 1.800 processos de registro de moléculas novas aguardando avaliação e que isso vai durar 12 anos. Não é verdade! O IBAMA informa que tem 18 moléculas novas em análise. Os demais referem-se a produtos técnicos equivalentes e produtos formulados, ingredientes ativos já registrados.



O agronegócio é muito mais do que já tem e que lhe dá prosperidade. Mas, a rigor, devia-se cumprir o § 6º do art. 180 do Regimento Interno, que diz:

Art. 180.....

§ 6º Tratando-se de causa própria ou de assunto em que tenha interesse individual, deverá o Deputado dar-se por impedido (...).

E há muito interesse econômico aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição, Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidente, os que querem o veneno na comida não querem o debate.

Uma cientista e pesquisadora da Universidade de São Paulo, Dra. Larissa Mies Bombardi, apresenta dados chocantes sobre mortes por intoxicação e por suicídio, dentre outros problemas causados por agrotóxicos no Brasil. Ela ainda fala que os cálculos de intoxicação já seriam enormes, considerando-se 25 mil pessoas atingidas de 2007 a 2014. Mas esse número deve ser multiplicado por 50. Chega a ser mais, na realidade: 1,25 milhões de casos em 7 anos. Sabe por quê? Porque ainda há uma subnotificação de intoxicação. Essa cientista está dizendo que as pessoas às vezes confundem doenças originárias de veneno com doenças corriqueiras e não vão atrás disso.

Esse é o debate que queríamos fazer. Mas quem quer veneno não quer debate.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, de fato, eu gostaria muito de ouvir a EMBRAPA, porque os Deputados que votam a favor do pacote do veneno — esse é o nome — usaram muito a nota da empresa, que nunca foi a favor desse projeto.

Eu li a nota com acuidade, e a EMBRAPA fala da necessidade de agilizar o processo. Isso não significa não analisar, não homologar, não ver as substâncias. O que precisamos é de mais gente para analisar. Ou seja, precisamos de mais gente na ANVISA e no IBAMA. Esses órgãos devem receber reforço, e não ser retirados do processo de análise. É muito ruim usar e manchar o nome de uma instituição como a EMBRAPA. É preciso ouvi-la. É preciso ouvir os órgãos técnicos, que dirão corretamente o que acham do absurdo desse projeto.

A Minoria encaminha o voto "não", porque não podemos fazer o que estamos fazendo no Parlamento brasileiro, a favor do lucro de alguns e contra a saúde e a vida do povo.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação requerimento de alteração da ordem dos trabalhos.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram; os contrários queiram se manifestar. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Está alterada a ordem dos trabalhos.

Ficam prejudicados os demais requerimentos de inversão e os respectivos requerimentos de votação nominal.

Passa-se à Ordem do Dia.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de inclusão de matéria extrapauta de iniciativa do Deputado Alessandro Molon, para inclusão do Requerimento nº 51, de 2018, com o apoio necessário, que passo a ler...

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Sim, Deputado. V.Exa. tem 3 minutos para apresentar a questão de ordem.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Minha questão de ordem, Sra. Presidente, se baseia no art. 52, inciso IX, combinado com o art. 163, inciso VIII, do Regimento Interno, e está calcada nos requerimentos de inclusão extrapauta, caso da matéria que V.Exa. acaba de anunciar.

Os princípios que norteiam o processo legislativo dão conta de duas fases dos trabalhos: a fase de instrução, quando o Relator colhe todas as informações e são realizadas audiências públicas, e a fase de votação.

Para mim, está muito claro que a fase de instrução se encerrou no dia 19 de junho de 2018, quando nós votamos nesta Comissão o encerramento da discussão. Não havendo mais discussão, não se pode instruir. Após o encerramento da discussão, só cabe ao Relator fazer a réplica e as suas considerações finais. Então, passamos à votação, fase em que nos encontramos neste exato momento.

Desse modo, Sra. Presidente, não é mais possível realizar audiência pública, por pretender retornar à fase anterior, já encerrada. Devemos considerar prejudicados todos os requerimentos de inclusão extrapauta, na forma do art. 163, inciso VIII, do Regimento Interno, uma vez que já houve o encerramento da discussão da matéria e que nos resta,



após encerrada a discussão, por força do art. 57, inciso IX, do Regimento Interno, tão somente, como já disse, a palavra do Relator.

Minha questão de ordem é neste sentido, Sra. Presidente: requeiro a prejudicialidade dos requerimentos de inclusão de matéria extrapauta nesta fase do processo.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Peço a palavra para contraditar, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para contraditar, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Ivan Valente, deixe falar o Deputado Alessandro Molon. Não é questão de ordem.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - V.Exa. determinou que a lista de pessoas que adentrassem o plenário fosse ligada aos Deputados. Eu pergunto se o Instituto Pensar Agro, que está aqui representado, está lotado no gabinete de algum Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu disse que haveria só uma exceção de cada lado. E foi feita essa exceção. Essa questão já está vencida.

Passo a palavra, para a contradita, ao Deputado Alessandro Molon.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Que exceção é essa? Eu vou pedir que entrem entidades aqui também. Eu tenho direito.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, eu fiz uma questão de ordem. Acho que tem preferência.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Alessandro Molon, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o Deputado que me antecedeu citou o art. 163 do Regimento, que trata de prejudicialidade. Não há, nos incisos desse artigo, nenhuma hipótese — nenhuma! — que abrigue a postulação do Deputado, porque não se trata de proposição idêntica a outra, de matéria já aprovada, de emenda em sentido absolutamente contrário ou qualquer coisa que o valha.

O que há é o medo de discutir a matéria. Querem ganhar no tapetão. Para ganhar, é preciso ter voto, botar a cara e mostrar de que lado está, Presidente.



O Relator pode mudar o seu parecer até na hora da votação. Se quiser mudar o parecer hoje, pode. Se quiser mudar amanhã, pode. E se quiser mudar na hora da votação, pode. Então, eu quero ver alguém me dizer que não pode haver audiência pública que leve o Relator a mudar sua opinião. Onde isso está proibido no Regimento? Não pode mais haver discussão, mas o Relator pode mudar de opinião. E, se pode mudar de opinião, pode ouvir opiniões em sentido contrário. E, se pode ouvir opiniões em sentido contrário, a audiência pública tem que ser permitida. Nós não entramos em regime de votação ainda, Presidente. Antes disso, V.Exa. terá que apreciar as matérias extrapauta.

Se a bancada ruralista não os quer, que coloque gente aqui para votar, em vez de tentar ganhar no tapetão ou usando a Presidência da Comissão. Eu tenho certeza de que a Presidente será imparcial ao apreciar essa questão de ordem, porque tem o papel de árbitro e, portanto, não pode estar nem de um lado nem de outro.

A bancada ruralista tem tanto medo de votar os requerimentos extrapauta, porque não tem argumentos ou votos para derrotá-los. Cada vez que se pede verificação de votação, os Deputados da bancada ruralista demoram 20 minutos para vir votar. Vão ter que derrotar os requerimentos um a um, e não ganhar no tapetão, julgando prejudicados requerimentos que não estão prejudicados.

O art. 163 não protege essa hipótese de prejudicialidade em nenhum de seus incisos. Citar artigo do Regimento é fácil. Eu quero ver encaixar a hipótese ao que está escrito. Por nenhum dos incisos se pode considerar prejudicado qualquer requerimento extrapauta.

Presidente, tem que ter voto para vencer, e não vencer no tapetão, na apelação, como estão tentando.

Por isso, eu apelo a V.Exa. que, com imparcialidade, julgue improcedente a questão de ordem e dê prosseguimento à votação dos requerimentos.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Não cabe contradita da contradita, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não cabe.

Recebo a questão de ordem e passo a decidir.

Nos termos do Regimento Interno desta Casa, a conclusão da discussão da matéria implica considerá-la suficientemente instruída para a fase subsequente, a votação. No âmbito das Comissões, essa assertiva tem como fundamento os incisos IX e XI do art. 57,



os quais dispõem que entre a discussão e a votação interpõe-se apenas a possibilidade de réplica do Relator ou a complementação do seu voto, caso concorde com as sugestões eventualmente apresentadas. Nessa última hipótese, o prazo exíguo — apenas até a reunião seguinte — indica justamente que a instrução da matéria se encontra consumada e, por consequência, que o instrumento regimental legítimo para postergação da votação é tão somente o seu adiamento — art. 177.

Dessa forma, a realização de audiências públicas destinadas a instruir matéria legislativa em trâmite — art. 255 — mostra-se incompatível com a fase atual desta Comissão Especial.

Vale ressaltar que a discussão teve o seu encerramento provocado pela votação de requerimento, do que se extrai a vontade majoritária do Colegiado de passar à votação, visto que inexistiu fase processual entre esta e a discussão transcorrida.

Essa é a mesma inteligência da decisão proferida pela Presidência desta Casa no Recurso nº 260, de 2013.

Pelo exposto, nos termos do art. 164, I, do Regimento Interno, declaro prejudicados os requerimentos de inclusão extrapauta sobre a mesa, tendo em vista a perda de oportunidade para a realização de audiências públicas, o que se constitui objeto dos requerimentos que ora querem incluir na Ordem do Dia.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - É matéria vencida. Não adianta reclamar. É matéria vencida.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de quebra de interstício de iniciativa do Deputado Alessandro Molon.

Para encaminhar a favor do requerimento, por 5 minutos, tem a palavra o Deputado Alessandro Molon.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Parecer pronto, Presidente? Estava tudo combinado! Essa é a imparcialidade da Presidência? Que vergonha! É vergonhoso, Presidente! Desculpe-me.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, sinceramente, eu estou envergonhado de ver isso nesta Comissão. É uma vergonha! É uma armação evidente! V.Exa. já tinha a resposta pronta para uma questão de ordem que pareceu ter sido feita de surpresa por um Deputado que é a favor do projeto.



Eu lamento profundamente esse procedimento. Isso retira toda...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É a imparcialidade da Presidência.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu não esperava da Presidência esse comportamento. Evidentemente, V.Exa. tem todo o direito de ter a sua posição — todos nós temos a nossa — mas, como Presidente da Comissão, não poderia ter uma resposta pronta, por escrito, para uma questão de ordem que acaba de ser formulada, para atender ao pedido da bancada ruralista e simplesmente prejudicar quatro requerimentos nossos. Com isso, V.Exa. nos impede de obstruir, o que é um direito Parlamentar nosso.

Eu lamento profundamente e me sinto envergonhado por esse procedimento, que não combina com esta Casa, não combina com V.Exa., não combina com a imparcialidade que a Presidência de uma Comissão qualquer deve ter.

V.Exa. poderia até ter aceitado a questão de ordem, mas não dessa forma, que revela que essa armação já estava pronta antes de começarem os trabalhos desta Comissão. Como é possível que se faça isso diante do País inteiro para aprovar a colocação de veneno na comida do nosso povo? Que lástima! Que vergonha eu sinto hoje desta Comissão!

Lamento profundamente isso. Imaginava até ser derrotado, porque eu sei, Presidente, que nós somos minoria, mas não dessa forma, que considero injusta, covarde e vil! Não se faz desse jeito. É preciso que haja votos para vencer a obstrução. V.Exa. e os que defendem o projeto os têm, lamentavelmente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - V.Exa. que vote! Vamos votar os nossos requerimentos! V.Exa. não quer que os nossos requerimentos sejam votados. É lamentável!

Olhe, Presidente, nós até imaginávamos que fôssemos perder, porque somos minoria.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Pensávamos que seríamos derrotados no voto.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Não imaginávamos perder no tapetão. Imaginávamos que fôssemos perder como se perde na democracia porque nós somos minoria, mas não imaginávamos que fôssemos perder no tapetão. Imaginávamos que fôssemos perder como se perde na democracia: com um maior número de votos de um lado e um menor número de outro, e não de uma maneira tão urdida como esta.

Que tristeza testemunhar isso nesta tarde de hoje! Essa vitória terá um gosto duplamente amargo para aqueles que defendem esse projeto vergonhoso. É o gosto da



injustiça; é o gosto de uma vitória injusta e tramada; é o gosto do veneno que se quer colocar na comida dos brasileiros. Esse é um gosto duplamente amargo.

Hoje a lei brasileira proíbe que sejam registrados produtos que tenham característica carcinogênica, teratogênica ou mutagênica, e a lei que as senhoras e os senhores querem aprovar vai permitir esses registros. A lei atual proíbe, e V.Exas. estão revogando a Lei dos Agrotóxicos. A lei brasileira é referência mundial — a Europa elogia a nossa lei —, e V.Exas. estão querendo revogá-la, para permitir o registro de substâncias que provocam câncer. Que vergonha para o País! Que tristeza! Que lástima ver isso nesta Casa hoje!

O art. 3º, § 6º da lei brasileira proíbe o registro de substâncias que causam distúrbios hormonais, e V.Exas. querem permitir isso no Brasil. Como vamos admitir uma coisa dessas? As pessoas estão trabalhando no País agora para nos sustentar, e uma Comissão desta Casa está aprovando uma lei para colocar veneno na comida das pessoas. Como tem coragem de fazer isso? Isso é uma punhalada nas costas das pessoas que vão comer o veneno que vai ser botado na comida. Isso causa uma indignação profunda.

As pessoas não acreditam que se está fazendo isso. Quando contamos isso para as pessoas lá fora, elas não acreditam. Mas elas vão saber! Hoje à noite, nas televisões, elas vão descobrir o que foi feito aqui, nesta tarde, de maneira escandalosa. Essa maneira de fazer as coisas é escandalosa, não se faz isso. Vota-se; quem tem maioria ganha e quem tem minoria perde.

Nós sabíamos que provavelmente perderíamos, mas estão nos tirando o direito de lutar. Não se tira o direito de ninguém de lutar com as armas que o Regimento permite. E nós estamos lutando com as armas que o Regimento nos permite.

Eu recorro da decisão de V.Exa. Peço efeito suspensivo para esse recurso e que V.Exa. suspenda os trabalhos para que decidamos essa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O recurso deverá ser encaminhado por escrito ao Presidente da Câmara, sem prejuízo do andamento, do trâmite da matéria.

Para encaminhar contra o requerimento de quebra de interstício, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, por 5 minutos.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados, eu só queria deixar claro, já que todo mundo está nos acompanhando, que nós estamos aqui há três reuniões seguidas e, nessas reuniões, a Oposição apresentou requerimentos. Então,



nada melhor do que a Presidência se preparar. Para isso serve a Presidência da Comissão. Eu dou os parabéns à Presidente.

O Deputado que apresentou um requerimento fez, em seu discurso, uma indagação, e eu anotei algumas palavras. As palavras que ele usou, nos 5 minutos em que defendeu seu requerimento, foram: lástima, vergonha, covarde, lamentável, tapetão, tristeza e trama.

Nada melhor do que vir aqui e demonstrar o que eles fizeram na reunião passada, quando colocaram uma mala — e a imprensa registrou isso —, fazendo uma simulação grotesca de bomba. (*Palmas.*)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eles quem? Está acusando quem, Deputado?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Eles quem?

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - É esse discurso que a Oposição...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - V.Exas. falaram e ninguém interrompeu.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Eu estou com a palavra. Eu tenho a palavra.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - Isso é uma vergonha! V.Exas. usaram a palavra e ninguém interrompeu. Deixem o Deputado falar.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Está acusando quem aqui?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - V.Exas. inventam história. Eles quem?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Exijo que essa acusação seja clara. V.Exa. está acusando quem de ter colocado aquilo aqui? Tem que acusar claramente.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Presidente, garanta a palavra ao orador.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Eu quero, Presidente...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - V.Exa. está acusando quem?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputada, depois eu dou a palavra à V.Exa.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Tem que acusar claramente. Isso é grave.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Presidente, estão nos acusando de pegar dinheiro de empresas, para vir aqui fazer essa defesa. Então, eu quero que V.Exas...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Quem botou a mala aqui? Acuse claramente quem botou a mala aqui. Acuse claramente.



O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Há fotinho... Foi o Greenpeace que assumiu a autoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eles quem? Quem está na Comissão são os Deputados. Acuse claramente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O que isso tem a ver? Os ruralistas que estão aqui...

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Eu já dei o nome dos acusados.

Estão falando aqui que nós estamos ganhando dinheiro.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Presidente, tem que dar o direito de o orador falar.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu vou repor o seu tempo, Deputado Covatti.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - O Deputado Molon falou 5 minutos e ninguém falou nada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Não vai ganhar no braço, não!

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - Nós não vamos aceitar também, não.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Nós não aceitamos ser "tratorados", não!

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - V.Exas. falam, e nós ficamos calados?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Tem que acusar abertamente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Covatti, por favor, conclua.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Presidente, eu estou falando a verdade. Eu não estou mentindo que nós somos os maiores consumidores de agrotóxico. Eu não estou mentindo que aqui há bancada, como nos acusam, financiada por essa indústria. Nós somos defensores da agricultura. Nós não somos financiados por nenhuma empresa.

Eu fico apavorado quando uma entidade que diz proteger o meio ambiente, a agricultura, os interesses dos brasileiros vem aqui e admite que botou uma simulação grotesca de bomba dentro da Casa, e diz que protege o Parlamento brasileiro. Eu não posso admitir que pessoas venham aqui fazer discurso em defesa dessas entidades. Depois, vêm



aqui dizendo que são os pais da moralidade. Quando nos acusam, ficamos quietos; quando nós os acusamos, eles fazem o showzinho de sempre.

Então, Presidente, gostaria de fazer o encaminhamento contra o requerimento de quebra de interstício.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Orientação de bancada.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Como vota o MDB?

Deputado Sergio Souza, V.Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - O MDB vota contra e pede que todos os partidos da base votem contra.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sra. Presidente, primeiro, quero dizer claramente que entendo, de certa forma, a intransigência de um lado e de outro, porque hoje é uma segunda-feira atípica, muita atípica. Eu vejo o constrangimento das pessoas aqui. Em uma segunda-feira, a Casa libera os nossos companheiros Deputados do Nordeste, e esta é uma semana complicada.

Nesta semana, há uma convocação e, portanto, vem a mobilização, porque nós nos conhecemos. Meu amigo Deputado Marcos Montes está aqui, assim como os Deputados Nilson e Covatti. Nós nos conhecemos. A Presidente me conhece, eu a conheço. Nós sabemos qual é o nosso papel.

Agora, numa segunda-feira como esta, sabendo que a sessão está marcada e que provavelmente a Ordem do Dia não vai ser iniciada, querer votar uma matéria como esta sem a participação do restante do Parlamento... Vimos a mobilização que ocorreu para que os números daqueles defensores desse projeto, no mínimo, perigoso para o País, para não falar outra coisa, para não falar que esta votação é uma irresponsabilidade...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Encaminhe, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Esse projeto é no mínimo perigoso. Queremos discuti-lo mais.

A questão não é a quebra de interstício. Queremos, sim, quebrar o interstício, porque, se pudermos segurar algo, nós vamos segurar. Eles sabem disso.

Peço à Presidência um pouquinho de entendimento, porque se há uma forma...



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, eu tenho entendimento...

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Eu estava sem microfone, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu lhe dou mais um minutinho, Deputado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Eu só estava dizendo a V.Exa. que a forma democrática de sobrepor uma posição à outra é no voto. Não é no grito; não é na intransigência. V.Exa. sabe disso. Hoje, V.Exas. estão aqui mobilizados. A Ordem do Dia não começa antes das 18 horas.

Ganhem no voto. Botem requerimento sobre requerimento. Venham para o voto. Vamos quebrar o interstício para podermos fazer a votação nominal. Derrotem-nos no voto. Mas, da forma que está sendo feito, numa segunda-feira como esta...

Nós votamos "sim" à quebra de interstício.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Júlio.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o Podemos? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

V.Exa. tem 1 minuto, Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, só há duas mulheres nesta Comissão. Eu faço aqui a defesa das posições, e V.Exa. está na Presidência da Comissão.

Eu vou dizer com muita dor que a palavra tristeza, lamentavelmente, cabe aqui, porque gostaria, sinceramente, que uma mulher, no comando de uma Comissão, cumprisse um papel diferente. Neste mundo político masculino em que vivemos, quando assumimos determinadas posições, temos que dar exemplos: de altivez, de soberania, de capacidade de um comando isento.

Por isso, eu acho que as palavras tristeza, lamento e armação couberam, infelizmente, a V.Exa., que não soube dar esse comando isento no momento em que deveria ter dado.

Essa armação que foi feita aqui...

(O microfone é desligado.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Obrigada, não!



Eu lamento profundamente que uma mulher...

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Vai lamentar sem microfone.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu passo a palavra agora para o PSOL. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - O PCdoB encaminha a favor do requerimento, encaminha "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k.

Como encaminha o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Por favor, Presidente, volte o tempo, pois três segundinhos são importantes. É para zerar o tempo. *(Pausa.)*

Fala-se aqui que a tal "sireninha", que seria do Greenpeace, virou uma bomba que interrompeu os trabalhos. Bomba e alarme são os interesses subjacentes — que talvez não ecoem, mas são reais — da Mitsui, da Syngenta, da Basf, da Nufarm, da Nortox, da Bayer, da CAMDA, do Sindicato Patronal Rural. Esse é o interesse subjacente que está aqui presente. Quem sabe até muitos, em 2014, como a lei permitia, tenham recebido recursos dessas empresas!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sim, é só olhar na lista de prestação de contas.

Eu acabei de dizer que era legal. Agora...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Espere aí, eu preciso acabar a frase. O som acaba antes.

Quem contrata a orquestra escolhe a música. É isso que nós estamos repetindo aqui. Há interesses econômicos subjacentes, em detrimento da saúde da população.

O nosso voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição?



O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidenta, nós estamos votando agora para não se fazer a votação. Nós queremos a quebra de interstício. Nós queremos votar. Nós temos pressa. Eles não querem ouvir os números, e os números das pesquisas científicas...

O Instituto Biológico do Estado de São Paulo, que é o centro de pesquisas do Governo do Estado de São Paulo, mostra que 60% dos alimentos que a população paulista consome têm resíduo de agrotóxico — 60%! E aqui está o pior: 36% deles continham agrotóxicos que foram banidos no País, mas estavam sendo usados.

Agora, quem quer mais veneno quer, sem debate, votar a alteração na lei, dando ainda mais flexibilidade para que mais veneno possa ser usado.

Nós precisamos do interstício. Por isso, nós votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PT?

V.Exa. tem 1 minuto, Deputado.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente, está publicada na imprensa a entrevista do engenheiro João Henrique Hummel Vieira, Diretor-Executivo do Instituto Pensar Agropecuária. Lembro que esse instituto é vinculado a 40 entidades agropecuárias, que bancam financeiramente o *lobby* com Deputados e Senadores simpáticos ao agronegócio. Está na imprensa a entrevista que prova quem financia isso.

A impressão é que está acontecendo hoje nesta reunião um processo de privatização desta Comissão, na medida em que se nega a debater temas importantes desse relatório e se recusa a trazer aqui o Ministério da Saúde, a ANVISA, a FIOCRUZ, para poder modificar esse relatório, que atende a interesses só dessas empresas. É uma privatização...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu vou concluir aqui e falar do meu lamento, Sra. Presidenta Tereza Cristina, como mulher. Mulher na política precisa, de fato, dar exemplo, e V.Exa. deu um mau exemplo. Eu lamento profundamente, como única mulher neste plenário desta Comissão, ver uma mulher manobrando contra o Regimento, para destituir um requerimento justo nesta Comissão. Isso é lamentável! Só eu, como mulher, posso fazê-lo, olhando o comportamento de V.Exa. Infelizmente, a palavra "lamentável" cabe neste momento.

Além disso, V.Exas. nunca me viram, em seis mandatos, neste plenário e neste Parlamento, generalizar acusações, e, por isso, eu reajo às generalizações. V.Exas. nunca



me viram acusando aqui ninguém de roubo sem dar nome, nunca me viram subindo à tribuna e tripudiar de forma generalizada nem fazendo acusações generalizadas. Eu não faço isso e não as aceito. Interrompi a fala do Sr. Deputado, porque acusações de generalizações são acusações injustas e antidemocráticas. Eu não as faço, por isso não as aceito. Então, quando acusar, diga o nome de quem é e acuse com provas. Sem provas, ninguém pode ser condenado.

Encaminho "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos passar à votação do requerimento para a quebra de interstício.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram.
(Pausa.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Verificação.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Verificação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não cabe verificação.

Rejeitado o requerimento.

Deputada Jandira Feghali, eu queria dirigir a palavra a V.Exa.

Eu vou responder, sim. Eu estou seguindo o Regimento Interno e quero dizer a V.Exa. que eu venho aguentando todas as provocações, todas as postergações nesta Comissão, de maneira educada, equilibrada. Quando é preciso, eu abro exceções. Agora, queria dizer a V.Exa. que eu lamento também. Eu lamento pelas inverdades que estão sendo ditas sobre o relatório do Deputado Luiz Nishimori.

Algumas coisas foram modificadas e V.Exas. querem levar a população a acreditar que isso é um relatório que vai piorar, que vai trazer uma lei que vai colocar veneno na comida das pessoas. Isso não é verdade. Não é verdade! Ou V.Exas. não leram o requerimento ou querem induzir a população em erro. Nós vamos, portanto, seguir o Regimento da Casa. E eu lamento muito que V.Exa. pense isso de mim. Eu não quero pensar isso de V.Exa.

Muito obrigada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu devolvo aos autores, nos termos do art. 137, § 1º, inciso II, alínea "c", em razão de os recursos à questão de ordem



formulada nas Comissões ter-se regido nos termos do art. 57, inciso XXI, não cabendo, portanto, efeito suspensivo à decisão proferida. *(Pausa.)*

Devolvo também o requerimento de efeito suspensivo; que seja pelo processo nominal.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, só uma observação...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - É questão de ordem?

Qual é o artigo, Deputado?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É o art. 24.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (DEM - MS) - Tramitação do projeto conclusivo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. TEREZA CRISTINA (DEM - MS) - Eu estou deixando, está aberto o microfone.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Não está, não. *(Pausa.)*

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Agora está, Presidente.

A minha questão de ordem se baseia no art. 24, § 1º, combinado com o art. 95, § 9º.

O art. 24, § 1º, deixa claro:

Aplicam-se à tramitação dos projetos de lei submetidos à deliberação conclusiva das Comissões, no que couber, as disposições previstas para as matérias submetidas à apreciação do Plenário da Câmara.

E o art. 95, § 9º, trata especificamente dos recursos:

Na hipótese do parágrafo anterior, o Deputado, com o apoio de um terço dos presentes, poderá requerer que o Plenário decida, de imediato, sobre o efeito suspensivo ao recurso.

Veja V.Exa., se essa interpretação que a senhora adota nas Comissões for acatada, jamais haverá qualquer efeito suspensivo sobre qualquer decisão de qualquer Comissão. Ou seja, os Presidentes de Comissões serão verdadeiros imperadores, porque o que eles decidirem decidido está, já que se não houver o efeito suspensivo, quando o Presidente Rodrigo Maia receber o nosso recurso, a Comissão já terá terminado o seu trabalho. Então, é fundamental que V.Exa. permita a averiguação do efeito suspensivo no Plenário da Comissão. E veja que eu não reclamo que o recurso seja decidido nem por V.Exa nem pela Comissão.



E V.Exa. tem razão: o recurso é ao Presidente da Casa. Mas o efeito suspensivo tem que ser atribuído pelo Plenário da Comissão, sob pena de, quando o recurso chegar, a Comissão já ter terminado os seus trabalhos. Esta é a razão pela qual eu peço a V.Exa. que conceda o efeito suspensivo, ou ao menos a sua verificação no Plenário da Comissão, para o mínimo de razoabilidade na condução dos trabalhos.

Obrigado, Sra. Presidente.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Não tem previsão regimental, Sra. Presidente.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Molon, o art. 57, inciso XXI, é claro: esta Comissão não é conclusiva, vai para o Plenário. Então, não cabe. O recurso é por escrito ao Presidente da Câmara, sem prejuízo do andamento da matéria em trâmite.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de retirada de proposição da Ordem do Dia, de iniciativa do Deputado Adilton Saketi, que passo a ler:

Requeremos, com base no inciso VI, do art. 117 do Regimento Interno a retirada da Ordem do Dia do PL 6.299, de 2002, constante da Ordem do Dia de hoje.

Para encaminhar, passo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não, contra já tem o Deputado Molon. Se ele ceder, Deputado Chico Alencar, eu passo a palavra a V.Exa.

Então, o Deputado Chico Alencar, depois, vai encaminhar contrariamente.

Deputado Alceu, V.Exa. tem a palavra.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvindo os discursos que se ouvem...

Sra. Presidente, eu gostaria de ser ouvido. Eu tive o cuidado de ouvir as pessoas.

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Ouvimos discursos aqui, alguns com acusações absolutamente irresponsáveis, que passam a tese de que nós, uma parte do Parlamento, teríamos, com o maior prazer, o direito de envenenar os nossos filhos e os nossos netos, como se houvesse, depois da lei estabelecida, o direito de dividir, no prato em que nossos netos vão comer, o que é de um e o que é de outro.



Ora, é preciso ter muita tolice para imaginar que alguém como nós, de maneira propositada, estamos votando o instrumento legal que vai entrar na casa das pessoas que mais amamos na vida para envenená-las. É preciso muita demagogia. É preciso forçar demasiadamente para querer ser mocinho e bandido e trabalhar a questão de maneira rasa, absolutamente demagógica e mentirosa.

Neste projeto de lei que está ali não há nenhuma impossibilidade de, uma vez constado cientificamente qualquer mal que possa ser causado à sociedade, qualquer instituição agir imediatamente para não permitir o seu uso nas quantidades desejadas. Agora, dizer que os alimentos têm contaminação... Alguns têm resíduos, e eles são infinitamente menores do que a necessidade científica para haver a contaminação por ingestão. Nós também temos dados científicos, nós também buscamos isto. Aliás, para poder fazer acusação, tem que trazer a fonte científica para mostrar o produto em si. E nós estamos trabalhando aqui sobre novas moléculas, sobre a modernização.

Mas esse discurso eu já ouvi no outro Governo. Eles falavam mal do agronegócio por todos os cantos. Produzir bastante alimento neste País é um crime — é um crime! O cara só é muito bom quando ele é sem terra e sem título, porque aí ele serve como eleitor deles o tempo todo. Agora, se ele comprar um pouco de terra a mais, vira bandido. Mas quando tinha o Governo deles, chegavam ao Plano Safra com o maior cinismo. Ficam alguns deles aqui ganiçando pelos corredores, enquanto lá estendiam o tapete vermelho para falar do agronegócio nacional com grande orgulho. Profunda incoerência!

Nós não somos irresponsáveis e jamais iríamos votar, nesta Casa, qualquer coisa que colocasse a nossa sociedade em risco. Nós não faríamos isso, não fosse por outro motivo, de maior proporção, para não colocar em risco a nossa própria família. Quem acredita numa imbecilidade desta?

E pessoas que, rotineiramente, nesta Casa se comportam com responsabilidade, mas têm raciocínio discordante, partem para o raciocínio raso, demagógico e usam a história *"querem colocar veneno no prato da população"*. Não pode ser coisa mais mentirosa, criminosa, cretina, colocando claramente, para de maneira jocosa colocar os outros como se criminosos fossem. Há muito tempo, dizem: *"recebem isso, recebem aquilo"*. Absolutamente, não! Não temos absolutamente contato com quem quer que seja. Estamos votando com a nossa consciência, mas respeitamos quem discorda de nós. Pode discordar. Agora, argumentação rasa, absolutamente frágil, sem profundidade científica, citando como



se fosse um rádio ligado sempre as mesmas entidades, as mesmas... Nós também temos cientistas nas universidades, inclusive de São Paulo, mostrando que em grupos de mil pessoas fiscalizadas e pesquisadas não houve nenhuma prova cabal de que a doença "X" fosse causada por isso ou por aquilo, porque doença de igual tamanho acontece em espaços urbanos onde nenhum desses produtos são utilizados.

Logo, nós queremos manifestar o nosso voto contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para orientar contrariamente, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, por 5 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Estudo alentado da pesquisadora Larissa Bombardi, do Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade de São Paulo, intitulado *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*, reconhecido e chancelado pela ciência e pela academia, informa, entre muitas outras coisas, que entre 2000 e 2014 o consumo de agrotóxicos no Brasil saltou de cerca de 170 mil toneladas para 500 mil toneladas, um aumento de 194% em 15 anos, e que isso não representou aumento efetivo, significativo da produtividade.

Mas é evidente que o estudo desse tipo de veneno, ainda que possa combater a praga "A", "B" ou "C", tem uma potência química que afeta, em especial, quem ali trabalha, a população do entorno e aqueles que consomem os produtos. Por isso o controle desse tipo de elemento é absolutamente fundamental. Quem diz isso é ninguém menos do que a ONU.

Como se está mentindo? Como a Presidente da Comissão toma uma posição tão parcial para dizer que as nossas críticas são falsas e mentirosas, indo contra, inclusive, várias relatorias da ONU — como a relatoria pelo ambiente seguro e limpo, a relatoria da segurança alimentar, a relatoria de proteção contra substâncias perigosas, a relatoria em defesa da saúde física e mental, a relatoria da água e saneamento limpos? A ONU lançou, semana passada, um documento contra esse PL alertando sobre os riscos que ele traz.

Por fim, é absolutamente um absurdo, é um gol contra, é jogar contra o próprio time ter um setor que se jacta de ser o dínamo da economia brasileira, que está poderoso, que garante uma pauta de exportações positiva, que tem *commodities* em franca expansão, e quer ir além, quando sabe que dos 52 biocidas mais usados no Brasil, 22 são proibidos na União Europeia. Mas quer ir além, quer ir mais. Quer dizer, parece que não há saciedade possível. A qualidade do produto...



E são produtores rurais que dizem isso. Como levantei na semana passada, a Associação das Organizações de Produtores Fairtrade do Brasil, a associação dos produtores de café orgânico, a Aliança Internacional das Mulheres do Café manifestaram preocupação com esse projeto. É um pouco a história da elite brasileira, que é por demais gananciosa ao longo do tempo, a ponto de sermos o último país no mundo a acabar com a escravidão porque se queria sugar a mão de obra além da conta — isso, sim, alguns outros centros e nações mais modernos fazem e fizeram.

Parece que há um elemento retrógrado visceral que faz com que se queira pautar este projeto e aprová-lo tratorando, desprezando não apenas a minoria que aqui faz o bom combate, com argumentos inclusive científicos, mas os milhões que se preocupam com a saúde da população, com a segurança alimentar. Não só a ONU, em suas relatorias, que eu citei, mas órgãos públicos do Brasil, em notas técnicas, reiteradamente se posicionam contra esse projeto, como é o caso do IBAMA, da ANVISA, da FIOCRUZ, do Ministério Público Federal, do Ministério Público do Trabalho, da Defensoria Pública da União, do Instituto Nacional de Câncer. Não é possível que esse conjunto de órgãos nacionais e internacionais esteja fazendo uma mera tertúlia de agitação política. Não. Isso aqui é desejo sincero de um país que tem, sim, capacidade de produção agrícola, inclusive considerando os pequenos e médios produtores, e quer o bem estar da população.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Orientação de bancada.

Como vota o PT? O partido dispõe de 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Eu vou usar as palavras de alguns colegas: o cinismo, a hipocrisia e a falsidade são de quem está dizendo que o objetivo da matéria é ajudar a agricultura. Isso não é verdade. Ampliou-se a área plantada em 2,5%, ampliou-se também a produtividade em 4%, e a utilização de veneno mais do que triplicou, 8%. Então, a intenção não é atender a agricultura, não é atender produtor de soja ou de milho, é atender essas multinacionais. O produtor de soja não aguenta mais tanto veneno, não aguenta uma produção tão cara. Eles querem, de fato, pesquisa e apoio para baratear a produção, e não o encarecimento da produção. V.Exas. não estão a serviço do agronegócio, mas das multinacionais. Isso está claro. Os produtores não aguentam mais o fato de os insumos encarecerem sempre mais.

Ainda houve flexibilização para as folhosas, para legumes...



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, como V.Exa. encaminha?

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Vou encerrar orientando.

O projeto amplia e flexibiliza o uso de veneno, que chega à mesa, sim. É o Ministério da Saúde e a ANVISA que garantem isso pelo Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos — PARA.

O PT orienta "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como orienta o MDB?

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - O MDB orienta "não", Sra. Presidente, ao requerimento apresentado.

Quero dizer a V.Exa. e a todos do Plenário que o que existe de fato é um estudo da ANVISA que analisou mais de 12 mil produtos agrícolas no ano de 2016 e constatou que 99% deles não tinham nenhum resíduo. Isso foi publicado pela ANVISA. E a ONU não publicou nenhum artigo nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como encaminha o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, veja V.Exa. como é a luta aqui no Parlamento. Esse requerimento de retirada de pauta é de quem deseja que ele permaneça na pauta.

Presidente, eu peço que V.Exa. garanta o silêncio para que eu possa fazer minha argumentação.

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Veja V.Exa. que o requerimento de retirada de pauta é de quem quer manter o projeto na pauta. Quer dizer, a tática regimental de quem apoia o projeto é válida, e a nossa de votar requerimento extrapauta não é válida. Então, veja V.Exa. como aqui os trabalhos vão levando a um resultado que se quer produzir.

Que resultado é esse que se quer produzir? Aprovar uma lei que é um atraso para o Brasil, Presidente. Vou falar para V.Exa. que eu fico perplexo de ver gente que defende o setor — e eu quero dizer que é legítimo defender setor — tentar aprovar uma lei tão atrasada para um setor que quer se apresentar como moderno. Gastam milhões fazendo propaganda na TV para dizer que o setor é moderno e tentam aprovar uma lei atrasada, que vai provocar doenças graves na população brasileira. Qual é o sentido disso?

Nós orientamos "sim" ao requerimento de retirada de pauta.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT? (*Pausa.*)

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Não é só a ONU que fala desse projeto, a Organização Mundial da Saúde também, uma instituição profundamente respeitada no mundo inteiro e referência para nós. Diante das suas análises, a OMS também encaminha contrariamente a esse projeto.

É importante dizer que a bizarrice dos argumentos é impressionante. Nada nos convence. Não há nenhum argumento sério nesta Comissão para nos convencer do contrário.

Há uma bizarrice que eu não vou deixar passar em branco aqui: exatamente a risada que se ouviu, Deputado Alessandro Molon, quando V.Exa. citou o art. 24 do Regimento. As pessoas riram! É engraçado Deputado policial rir do número 24. Cuidado, porque o que popularizou esse número foi o jogo do bicho, que é tido como ilegal. Além disso, como o bicho associado ao 24 é o veado, vemos que ainda há uma homofobia nesta Comissão. É muito grave esse negócio!

Nós encaminhamos o voto "sim". (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, o PSOL vai votar "sim". Vamos retirar o projeto da pauta. Trata-se de uma manobra regimental.

O que eu queria colocar é o seguinte: como se mente aqui nesta Comissão. Mente-se muito. Os ruralistas dizem ser os sabe-tudo, os sabichões do campo. Eles têm terra debaixo da unha, só que não entendem de ciência, não. A ciência mesmo está contra o projeto, ninguém assina embaixo dele. Está aqui manifestação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Milhares de cientistas estão falando que dentre os efeitos associados aos agrotóxicos estão infertilidade, impotência, abortos, malformações, neurotoxicidade manifesta em distúrbios cognitivos, quadros de neuropatia e de desregulação hormonal e maior incidência de câncer. É isto o que eles querem para a população: mais cânceres.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados, eu fiz questão de trazer o projeto aqui e lê-lo, porque me parece que muitos não o leram, já que o defendem dizendo que ele não significa aumentar o veneno. Ele vai aumentar o veneno, sim. Vou provar.

Quando uma entidade internacional levanta no nosso país problemática em relação à toxicidade, o Brasil deve, pela lei atual, tomar imediatas providências. Por que trocaram o termo "imediatas providências" por "reanálise de risco"? Se diziam ao País, por exemplo, *"aqui há veneno que não pode ser usado"*, o Brasil suspendia o uso da substância. Agora, pela nova lei, vão fazer uma reanálise do risco. É óbvio que, enquanto estiverem fazendo reanálise, vão continuar metendo veneno na comida do povo. Não adianta virem aqui e dizerem: *"Por que nós somos acusados de colocar veneno?"* Está aqui! (*Exibe documento.*) Não vale o discurso empolgado, moralista. O que vale é o que está escrito. E está escrito que haverá mais veneno.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - A Minoria, Sra. Presidente, vai continuar deixando clara a posição de que não há nenhum argumento técnico que nos convença de que esse projeto pode ser votado com essa agilidade. De fato, as instituições mais importantes não vieram à Comissão.

Está claro para a sociedade que, se as moléculas são novas, elas precisam de análises novas de quem entende do assunto, que são os órgãos reguladores da saúde e do meio ambiente.

Esses impactos não vão para a mesa dos Deputados que falam das pessoas que eles amam. As pessoas que eles amam não comerão essas coisas, porque a maioria dos alimentos que consomem vem da agricultura familiar. Mas o veneno vai para o pulmão daqueles que trabalham para esses Deputados, e as famílias desses trabalhadores é que vão sofrer.

Então, nós queremos retirar esta matéria de pauta para a debatermos profundamente e evitarmos a aprovação de um projeto como este.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação o requerimento.

Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram; os contrários queiram se manifestar. (*Pausa.*)



Está rejeitado o requerimento.

Vamos dar prosseguimento à pauta.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Verificação conjunta.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - PCdoB e Minoria passam para obstrução.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O PSB está em obstrução, Presidente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL está em obstrução.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT está em obstrução.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A Oposição está em obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação.

Peço que seja aberto o painel, por favor.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não estão sendo computados os votos.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sra. Presidente, quando cheguei aqui, tentei registrar presença, mas ela não foi registrada. Agora estou tentando votar também, e não estou conseguindo, assim como não consegui fazer o registro de presença. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O registro está demorando um pouco. O sistema está lento. Vote de novo. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Todo mundo votou?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos abrir o painel.

Está encerrada a votação. *(Pausa.)*

Houve 16 votos.

Fica rejeitado o requerimento.

Ficam prejudicados os requerimentos de adiamento de votação apresentados e os respectivos requerimentos de votação nominal do requerimento de adiamento de votação por 2 sessões. Fica também prejudicado o requerimento de retirada de pauta do Deputado Alessandro Molon.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Questão de ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vamos dar prosseguimento à pauta.



Concluída a votação da matéria, passemos à votação do parecer do Relator, Deputado Luiz Nishimori.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Quero apresentar uma questão de ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Qual é o número da questão de ordem?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Faço questão de ordem com base no art. 95, § 7º, conjugado com os arts. 113, 53, 17 e 112 do Regimento.

Quer que eu explique, Presidente? Dê-me 3 minutos que eu explico.

Já foi alertado na sessão anterior que o Relator não atentou para uma das exigências da Comissão Especial, que é tratar da questão financeira, do impacto no Orçamento público de determinado projeto. Aqui não se trata disso. O relatório propõe acabar com determinadas taxas, modificá-las e criar um fundo no Ministério da Agricultura, e não há análise de qual impacto isso terá no Orçamento público.

Nós percebemos claramente que não há a preocupação em se criar um projeto que obedeça à própria legislação, à própria Constituição e que obrigue a atentar para tudo aquilo que se propala pelos liberais deste País sobre a necessidade de termos a tal da responsabilidade fiscal.

Eu pergunto àqueles que patrocinaram um golpe sem crime alegando a Lei de Responsabilidade Fiscal se perderam a responsabilidade, porque este relatório mostra claramente que não há responsabilidade fiscal, uma vez que isenta completamente as empresas produtoras de veneno de pagarem taxas. Exigem que o Estado trabalhe e cumpra com o seu papel de analisar os pedidos de liberação de novos venenos, mas não querem nem pagar a taxa, querem ter um lucro fácil.

Presidente, nós pedimos que esse processo todo seja suspenso, que se cumpra com a Constituição, para que tenhamos um novo relatório que pelo menos fique de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, não cabe mais a modificação, pois essa matéria já havia sido dada como vencida na sessão passada.

Declaro encerrado o prazo para apresentação de destaques.

Informo que foram apresentados sete requerimentos de destaque.



Encontra-se sobre a mesa requerimento para votação em globo da admissibilidade dos destaques, excetuando-se os de bancada, de iniciativa dos Deputados César Halum e Nilson Leitão. Devolvo aos autores por só haver destaques de bancada.

Votação artigo por artigo.

Encontra-se sobre a mesa requerimento que solicita que a votação seja feita artigo por artigo e requerimento que solicita que a votação seja feita por capítulo.

O art. 56 do Regimento Interno estabelece que os projetos de lei e demais proposições distribuídas às Comissões devem ser examinados pelo Relator para proferir um parecer.

Já os arts. 126 e 129 esclarecem que o parecer é a proposição por meio da qual uma Comissão se pronuncia sobre qualquer matéria sujeita a seu estudo, sendo composto de relatório, voto do Relator e parecer da Comissão.

Entende-se, portanto, que o parecer é uma peça única, composta de três partes indissociáveis, não sujeitas a parcelamento, e deve ser discutido e votado junto com a proposição.

Caso algum membro da Comissão queira votar separadamente parte da proposição, pode apresentar destaques nos termos do art. 161.

Do exposto, inadmito o requerimento para que a proposição seja votada artigo por artigo e/ou por capítulos e, por conseguinte, devolvo, aos autores, os requerimentos dos Deputados Alessandro Molon, Chico Alencar e Nilto Tatto.

Declaro, conseqüentemente, prejudicado o requerimento de votação nominal do requerimento de votação artigo por artigo de autoria do Deputado Nilto Tatto.

Anuncio a votação nominal de ofício do parecer do Relator.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de quebra de interstício para verificação de votação do parecer ao PL 6.299/02, de iniciativa dos Deputados Alessandro Molon e Chico Alencar, que declaro prejudicado.

Para encaminhar a votação do parecer do Relator, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente por 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, tenho uma dúvida. V.Exa. concedeu a palavra ao Deputado Ivan para encaminhar contra?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - São dois encaminhamentos, dois de cada lado.

Salvo engano, eu estou inscrito como segundo orador contrário.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Exatamente.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Eu peço a V.Exa. que some ao tempo de encaminhamento que eu usarei o tempo de Liderança do PSB.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Pedido concedido.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu também quero o tempo de Liderança da Minoria.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Com a palavra o Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos chegando ao encaminhamento final deste projeto. Lamento. Nós sabemos que a sociedade brasileira vai rejeitar esta proposta. Esta proposta é nociva ao interesse público, ao interesse nacional, à segurança alimentar. Ela é nociva à saúde pública no nosso País.

Por isso, Sra. Presidente, nós entendemos que, ao rejeitar, ao restringir a atuação dos órgãos de saúde e do meio ambiente...

Sra. Presidente, peço a V.Exa. que garanta o som. *(Pausa.)*

Agradeço, Sra. Presidente.

Neste momento, nós estamos votando um encaminhamento final, e eu queria dizer que a restrição feita aos órgãos de saúde e meio ambiente no processo de liberação e controle dos agrotóxicos, concentrando todo o processo no Ministério da Agricultura, é algo criminoso, porque aqui estão os interesses da indústria agroquímica. Aqui estão os interesses da Syngenta, da Bayer, da Mitsui, dos grandes vendedores de agrotóxicos, que estão associados aos grandes vendedores de sementes e aos grandes produtores e exportadores.

Nós estamos mentindo para a população brasileira. Na verdade, a possibilidade de comercialização de produto, ainda que não tenha sido autorizado por órgãos de governo, criando-se o chamado registro temporário e a autorização temporária, Sra. Presidente, vai realmente flexibilizar o processo e liberar em geral os agrotóxicos. Nós entendemos que isso, na verdade, é a negação da defesa da saúde no nosso País.



Em apenas três países da OCDE há a liberação de agrotóxicos. Poderão ser liberados aqui no Brasil. A OCDE é uma organização econômica. Ela não trata de saúde, ela não trata de meio ambiente. Na verdade, não querem checar a sua contradição, ou seja, dezenas de agrotóxicos proibidos na Europa são fabricados aqui. Agora eles querem vender esses produtos para lá, o que é uma contradição, porque os próprios europeus, a Comunidade Europeia é contrária a isso.

Sr. Presidente, em 2003, a ANVISA, cujo poder eles querem retirar, notificou que 64% dos alimentos estavam contaminados por agrotóxicos. De 2002 a 2012, houve um aumento de quase 300% no uso de agrotóxicos no nosso País. Nós sabemos que a literatura internacional fala claramente — e é isto que o relatório do Deputado Nishimori quer livrar, abrir — sobre a periculosidade de produtos que comprovadamente são cancerígenos, causam má-formação, distúrbios hormonais, infertilidade, impotência, abortos. E, certamente, o Instituto Nacional de Câncer, quando fez uma nota técnica contrária a este projeto, assinou embaixo, porque os produtos agrotóxicos são cancerígenos e a liberação sem uma regulamentação, sem o controle de nada — é isso que a bancada ruralista quer —, é criminoso.

Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que há base científica. E não é pouca coisa, há base científica da ONU, da SBPC, do Ministério da Saúde, do Ministério do Meio Ambiente, da ANVISA e de todos esses setores que se pronunciaram contra esta proposta.

Não haverá marqueteiro que queira defender que veneno faz bem à saúde. O que V.Exas. estão querendo é levar veneno para a mesa dos trabalhadores, e é contra isso que a bancada de oposição vai se rebelar.

Somos contra o projeto do veneno!

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto. MDB - SC) - Obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze, para falar a favor do projeto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Nós somos a favor do relatório do Deputado Nishimori.

O SR. PRESIDENTE (Valdir Colatto. MDB - SC) - Com a palavra o Deputado Alessandro Molon.

V.Exa. dispõe de 5 minutos mais 5 pela Liderança. Portanto, V.Exa. dispõe de 10 minutos.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sr. Presidente, antes de começar a minha fala, eu queria pedir a V.Exa. que garantisse o silêncio do Plenário. Eu ouvi os colegas e gostaria de ser ouvido.

(O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, é muito importante que fique claro para todo o Brasil o que estamos prestes a votar. O Brasil já consome agrotóxicos em excesso. Já se usa muito agrotóxico no Brasil, e eu vou citar alguns dados daqui a pouco. Esse projeto de lei que se quer aprovar aqui vai permitir que se use muito mais. Ou seja, nós já temos um problema sério de uso excessivo de agrotóxicos no Brasil e ele vai ser piorado se esse projeto for aprovado. É um absurdo completo.

Há pouco, um colega nosso disse aqui que nós queríamos dizer que esse projeto libera a colocação de veneno na comida dos brasileiros e que nós queremos induzir a população brasileira em erro. A própria Presidente da Comissão, com outras palavras, disse isso há pouco. Eu pergunto a V.Exas.: quem quer induzir o povo brasileiro em erro? A FIOCRUZ? É a FIOCRUZ que está mentindo? Será que é a ANVISA que está induzindo em erro o povo brasileiro? Ou será que é o Instituto Nacional de Câncer que está mentindo? Seria o Ministério da Saúde o mentiroso? Ou seria o Ministério Público? Seria a Defensoria Pública a mentirosa? Pois bem, todas essas instituições, todas, emitiram notas técnicas contrárias ao projeto.

Eu queria pedir aos colegas, por favor, que leiam a Nota Técnica do Instituto Nacional de Câncer. Se tiverem algo a contra-argumentar, contra-argumentem. Leiam a Nota Técnica da Agência Nacional de Vigilância Sanitária — ANVISA. Leiam a Nota Técnica da FIOCRUZ, por favor! Leiam a Nota Técnica do Ministério da Saúde — do Ministério da Saúde das senhoras e dos senhores. O atual Ministério da Saúde é contra esse projeto. Se era ele o mentiroso... Leiam a Nota Técnica do Ministério Público. Leiam a Nota Técnica da Defensoria Pública.

O que o parecer do Relator faz? Revoga a lei atual de agrotóxicos. Atenção! O que diz a lei atual de agrotóxicos?

Diz o art. 3º, § 6º, da lei que está em vigor:

Art. 3º.....

§ 6º Fica proibido o registro de agrotóxicos, seus componentes e afins:



c) que revelem características teratogênicas — ou seja, que causem má-formação fetal —, carcinogênicas — ou seja, que causem câncer — ou mutagênicas — ou seja, que causem mutação genética —, de acordo com os resultados atualizados de experiências da comunidade científica;

d) que provoquem distúrbios hormonais, danos ao aparelho reprodutor, de acordo com procedimentos e experiências atualizadas da comunidade científica. (...)

A lei brasileira atual proíbe que sejam registradas substâncias que causam câncer. O parecer do Relator vai revogar a lei atual, ou seja, passará a ser permitido o registro dessas substâncias. É claro como a luz do sol, é cristalino, é óbvio, é evidente. A única coisa que o parecer do Relator faz é proibir o registro de substâncias com risco inaceitável. O que é o risco inaceitável? Eu pergunto a V. Exas.: é aceitável o risco de causar câncer nas pessoas? O Relator parece entender que sim. É aceitável o risco de má-formação fetal? É aceitável o risco de mutação genética? É aceitável o risco de distúrbios hormonais causados pelos agrotóxicos? É aceitável o risco de causar danos ao aparelho reprodutor das brasileiras e dos brasileiros?

O projeto de lei faz algo ainda pior, se é que é possível algo pior do que isso. Ele permite o uso de agrotóxicos que sequer foram testados. Se essa lei for aprovada e alguém pedir o registro de um agrotóxico e em 2 anos isso não for atendido, pode usar. "Ah, mas causa câncer". Não importa, pode usar. "Ah, mas vai matar gente". Não importa, pode usar. "Ah, mas vai causar uma série de doenças gravíssimas". Não tem problema, pode usar. Se em 2 anos não for apreciado, pode usar. É a regra que o Relator está adotando. Isso é uma aberração! Isso não existe em nenhum lugar do mundo! Em nenhum lugar do planeta se faz isso, Presidente. Porque o Estado brasileiro demorou a analisar uma determinada substância, ela está autorizada a ser usada. Mas que loucura isso! Que irresponsabilidade!

Essas substâncias, Presidente, se acumulam na corrente sanguínea. Há estudos no Brasil, científicos. Aqui não há opiniões, isso aqui não é questão de opinião. Não é o que eu acho, Presidente. Não estou falando o que eu acho. Eu estou falando o que os cientistas brasileiros já provaram. Existem nenéns sendo contaminados por agrotóxicos presentes no leite materno. Aqui no Brasil as mães que estão contaminadas por agrotóxico estão contaminando os seus bebês com leite materno. O agrotóxico está na corrente sanguínea das mães, é por isso que pode causar má-formação fetal, é por isso que pode causar graves danos.



Eu relatei na semana passada, aqui, dados de uma pesquisa que está sendo feita mostrando casos de puberdade precoce em bebês, como o de uma menina de 1 ano e meio que mora numa região onde se faz a aspersão de agrotóxico por avião, e se comprovou a relação disso com a puberdade precoce dela. Olha o que estão fazendo com o povo brasileiro. E querem piorar!

Esse projeto, não tem como esconder isso, não dá para tapar o sol com a peneira, é cristalino, é evidente, vai colocar veneno no prato de comida das brasileiras e dos brasileiros. Isso está provado cientificamente. Eu sei que isso incomoda os colegas. Eu lamento ter que dizer a verdade aqui, mas não é uma opinião minha.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - É mentira!

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Se é mentira, é da FIOCRUZ a mentira!

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Mentira. Isso é mentira!

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Então, quer dizer que a ANVISA está mentindo?

Quer dizer que o INCA está mentindo?

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Está mentindo.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Deputado, como V.Exa. vai falar que o Instituto Nacional de Câncer está mentindo? Como se vai falar que a FIOCRUZ está mentindo?

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Não há comprovação científica alguma.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É o Ministério da Saúde de V.Exa. que está dizendo que isso causa doenças. Então, o Ministério da Saúde, de V.Exa., que é mentiroso. É a ANVISA que está mentindo?

Vamos nos render à verdade, à realidade. Vamos falar a verdade aqui. O que é que os agrotóxicos causam? Causam neurotoxicidade, distúrbios cognitivos, distúrbios comportamentais, abortos, más-formações, infertilidade, impotência, desregulação hormonal, neuropatia. E, atenção: além de serem a causa do câncer em si, os agrotóxicos inibem as defesas do corpo humano contra as células cancerígenas. Então, não é só que essas substâncias causam câncer. Elas também impedem o corpo de se defender do câncer. Isso está dito pelo Instituto Nacional de Câncer, colega. Isso está escrito na nota do Instituto Nacional de Câncer. Não é uma opinião. Eu não acordei hoje achando isso. Eu



não li isso num *síte* de boatos. Isso está na nota pública do INCA. Pelo amor de Deus, vamos ter responsabilidade!

Os agrotóxicos também afetam o meio ambiente, contaminam as águas e as terras brasileiras, afetam, espécies, afetam a biodiversidade. Produção agrícola tem que combinar com proteção ambiental. Surpreende-me quem depende do regime de chuvas no Brasil achar que proteção ambiental não tem nada a ver com produção agrícola. Essas coisas ou caminham juntas ou vão acabar. Isso é uma falta de bom senso incrível.

Tem como produzir sem colocar mais veneno no prato dos brasileiros. Existem soluções de agroecologia. Tem como apostar em outras saídas. Existem alternativas. Não é verdade que é preciso aprovar essa lei para produzir comida. O mundo produz comida para 9 bilhões de pessoas. São 7, e ainda há fome. O problema não é agrotóxico. O problema é a distribuição da comida e fazê-la chegar a quem precisa dela.

"Não" ao pacote do veneno! "Não" a esse projeto vergonhoso!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Agora, pela Liderança da Minoria, tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, por 9 minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu gostaria, em primeiro lugar, de dizer à Presidenta da Comissão que a resposta dela a mim, naquele momento eu não pude reagir, acabou piorando, porque, ao invés de ela responder sobre a manobra de haver um parecer pronto a uma questão de ordem feita aqui — e essa foi denúncia, haver um parecer pronto a uma questão de ordem que aparentemente estava sendo feita aqui no momento, o que mostra que estava combinado —, ela respondeu assumindo uma posição de mérito, ou seja, piorou, com a parcialidade na Presidência da Comissão, o que eu lamento, mais uma vez.

Mas eu gostaria de dizer, ao registrar isso, que eu apresentei um voto em separado na Comissão e de novo apresentei um voto em separado na complementação de voto do Relator. Eu disse aqui, e vou repetir, que eu sou médica, portanto, a questão da saúde é para mim muito importante, muito forte. Ao mesmo tempo, eu milito num partido que tem como marca a defesa de um projeto nacional de desenvolvimento, mas um desenvolvimento sustentável. E essa palavra "sustentável" não é algo solto no ar. Ela tem uma relação direta com a preservação e o equilíbrio ambiental e uma relação com o desenvolvimento humano. Não se pode pensar em produção e em desenvolvimento econômico sem pensar que a economia precisa estar vinculada às pessoas, e que o planeta



e o meio ambiente são estratégicos para as pessoas, senão nós vamos fazer e pensar a produção e a produtividade em nome do quê? Do lucro? da concentração de poder e dinheiro com alguns, ou com algumas grandes empresas?

Nunca houve da nossa parte a negação do papel do agronegócio na economia, muito menos dos 70% de produção dos alimentos pela agricultura familiar. Nunca achamos que deveríamos tirar a seringa ou a ação extrativista com a árvore caída. A árvore tem que estar de pé para que a própria ação extrativista possa continuar.

É muito importante que pensemos que o fato de estar contra esse projeto de lei não é estar contra a agricultura nem contra o desenvolvimento. Agora, não é possível que quem pense em agricultura possa estar contra o meio ambiente, contra a saúde das pessoas e contra uma produção que se revele sustentável e relacionada à preservação ambiental e à vida das pessoas, à saúde das pessoas e dos trabalhadores que se relacionam com a agricultura.

Quando lemos todos os apontamentos científicos, todos os apontamentos técnicos, todos os apontamentos dos órgãos, inclusive oficiais, não podemos estar a favor de um projeto como esse. Não consigo compreender a favor do quê os Parlamentares podem estar ao lerem o conteúdo desse projeto. Aqui se trata do que se diz, e não de um problema de estar a favor ou contra o desenvolvimento, a favor ou contra a produção; aqui se trata de estar a favor ou contra uma produção sustentável, a favor ou contra uma produção que não prejudique a vida e a saúde das pessoas.

Ao ler o projeto, e o relatório, particularmente, do Sr. Relator, não é possível este Parlamento incorporar uma mudança na Lei dos Agrotóxicos no Brasil incorporando este relatório.

Aqui se fala que precisamos defender a ciência. Ora, como é que parte da base parlamentar deste Governo tem autoridade para falar em defender a ciência? Este Governo está acabando com todos os institutos de pesquisa no Brasil, está acabando com a universidade pública, está acabando com o orçamento que nutre hoje toda a possibilidade de avanço da ciência, da tecnologia e da inovação. Estão aos gritos de pedido de socorro todos os institutos de ciência do Brasil, Presidente, todas as universidades que não têm mais orçamento para continuar. Os pesquisadores, os cientistas deste País estão desesperados, pedindo a nossa ajuda. Haverá uma marcha pela ciência, em 2 de julho, na Bahia, depois uma marcha nacional aqui, no dia 12, pedindo pelo amor de Deus, porque os



institutos estão fechando por falta de orçamento, por causa da Emenda 95 aqui aprovada, uma emenda constitucional aprovada pela maioria dos Parlamentares e, talvez, por todos os que estão aqui sentados aprovando esse projeto, dizendo que precisam defender a ciência, a pesquisa das novas moléculas. Cadê a defesa da ciência, da tecnologia e da inovação por parte de vocês, que estão acabando com os institutos de pesquisa, em nome deste desgraçado deste Governo no Brasil, que não teve um voto para sentar naquela cadeira — um voto para sentar naquela cadeira! — e está acabando com a pesquisa, com a ciência e com a inovação? (*Manifestação no plenário.*) E é neste contexto que se fala em analisar as novas moléculas.

Pois defendam este Governo! Eu quero ver! Não estou vendo no Plenário da Casa a defesa deste Governo em nenhum momento, porque não conseguem mais defendê-lo. É em nome disso que eu vi na semana passada, na chamada "calada da noite", defenderem a entrega de 15 bilhões de barris de petróleo às multinacionais. Sabem por quê? Porque a PETROBRAS investiu bilhões durante décadas para fazer com que, depois de 2.400 metros de lâmina d'água mais 7 mil metros no fundo do mar, conseguíssemos tecnologia para achar óleo cru. E depois vêm a Shell, a Chevron, a Exxon, a PetroChina, as empresas francesas, como a Total, só ganhar dinheiro através de nós, sem investir um tostão em tecnologia. E damos tudo de bandeja, aprovando projetos aqui que mudam a Lei do Petróleo no Brasil.

Acontece do mesmo jeito no setor elétrico. Investimos em linhas de transmissão, em inteligência da engenharia nacional, para depois virem as multinacionais. Isso é bom, é capitalismo sem risco, maravilha! Vêm as multinacionais e levam tudo, nós privatizamos, doamos tudo para essas pessoas levarem.

Agora, aqui, é a vez das multinacionais dos agrotóxicos. Levam tudo. Em detrimento do quê? Da saúde do povo, dos fetos na barriga das mães, das crianças, das mulheres, dos idosos, dos trabalhadores — que não são os senhores nem as senhoras que defendem este projeto —, que vão cheirar isso o dia inteiro, isso que vai para os seus pulmões, para a circulação, para os tecidos, para o leite materno; que vão ter câncer de próstata, de útero, de ovário, de pulmão, com metástase para o cérebro; que vão ter essas doenças, que V.Exas. dizem que não estão comprovadas. Então me provem o contrário, que esses produtos não causam as doenças, para virem aqui colocar as suas digitais a favor deste projeto. Façam isso, provem o oposto para podermos votar! Esperem, então, 10 anos de



pesquisa para comprovar que não é assim — quando todos os estudos apontam que é —, para aprovar aqui o projeto, votando contra o povo brasileiro.

V.Exas. não têm esse direito de votar contra a saúde do povo, contra a saúde das crianças, das mães, dos pais, dos trabalhadores da agricultura, contra a ONU, contra a OMS, contra a ANVISA, contra o IBAMA. Está aqui a matéria. A ANVISA é contrária ao PL. É a ANVISA que está mentido? É o INCA que está mentido? É a FIOCRUZ? É a Organização Mundial da Saúde? É a ONU? Quem é que está mentido aqui? São as entidades que estudam? Ou são alguns grandes fazendeiros e produtores, algumas empresas que ganham dinheiro com esses produtos, com o veneno que jogam no Brasil, e que querem aprovar algumas moléculas novas sem a análise dos órgãos com capacidade de avaliar risco toxicológico, que são levados apenas à posição de homologadores dos produtos — sem a possibilidade de analisar, porque está sendo retirada, exceto *"onde couber"* —, e não de analisadores de risco toxicológico. Isso vai contra a Constituição brasileira, em vários artigos.

Em nome do povo brasileiro, em respeito ao povo brasileiro — que é como deveríamos estar atuando aqui —, temos que votar contrariamente a este projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Agora passo a palavra ao Deputado Bohn Gass, da Oposição, por 9 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidenta, primeiro quero falar sobre uma palavra forte que foi usada aqui no sentido de que nós estaríamos, ao usar documentos de cientistas enquanto fazemos o debate deste Projeto de Lei nº 6.299, querendo dizer que, com a aprovação do projeto, vai-se colocar mais veneno na mesa das pessoas. Dizem que queremos induzir as pessoas ao erro.

Eu quero dizer que quem quer induzir as pessoas ao erro é quem está trocando a palavra "agrotóxico" por "produto fitossanitário". Esse está nos induzindo ao erro a população brasileira, dizendo-lhe: *"Ó, isto aqui não tem mais veneno; agora tem produto fitossanitário. Pode beber; pode beber! Não há mais problema"*.

Essa indução ao erro, nobres Parlamentares, é algo tão errado, e foi tão pouco argumentada a tese de V.Exas., que V.Exas. recuaram. V.Exas. perderam a narrativa, Deputados. V.Exas. defenderam que um copo de agrotóxico, se chamado de produto fitossanitário, poderia ser consumido, e não haveria problema.



Por que V.Exas. não mantiveram a palavra "fitossanitário"? Porque não quiseram se expor ao ridículo, porque a sociedade brasileira via que V.Exas. estavam querendo enganá-la. Agora colocaram a palavra "pesticida". A palavra não é mais "fitossanitário"; agora é "pesticida". Se V.Exas. estão tão confiantes, por que não mantêm a palavra "fitossanitário"? Porque os seus argumentos são contra a ciência no Brasil.

Eu pego aqui como exemplo a palavra não minha, mas da Oposição e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que V.Exas. não permitiram que viesse aqui colocar seu argumento, porque V.Exas. não teriam como sustentar um argumento contrário ao de quem é da área da ciência. O que diz a ciência? A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência diz que o projeto revoga a Lei dos Agrotóxicos. Portanto há preocupação com a carcinogenicidade, o câncer, a mutagenicidade, a teratogenicidade, os distúrbios hormonais e danos ao sistema reprodutivo. Diz a nota da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência que há possibilidade de comercialização de produtos que ainda não tenham sido autorizados pelos órgãos do Governo, mediante a criação do registro temporário.

Sim, senhores! População brasileira, o que os Deputados estão querendo fazer é o seguinte: alguém vem para colocar um veneno que talvez já esteja proibido em outro país, e aí os órgãos do Governo brasileiro não aprovam. Passados 24 meses — a ideia inicial eram 12 meses; agora jogaram para 24 meses —, se não se conseguiu provar que o produto não faz mal à saúde do brasileiro, o País vai usá-lo. Senhores, vai-se usar o produto no Brasil sem autorização dos órgãos responsáveis?!

V.Exas. aguardavam que a EMBRAPA se posicionasse. A EMBRAPA se posicionou. E o que diz a EMBRAPA, Deputados? A EMBRAPA diz que *"fica assegurado que todos os aspectos toxicológicos e ambientais sejam considerados ao integrar de forma adequada o IBAMA e a ANVISA"*. Mas o que diz a EMBRAPA não está sendo respeitado no relatório, porque o relatório que V.Exas. querem votar aqui, com "tratoração", impedindo inclusive que façamos o debate com as entidades, joga a última e quase exclusiva responsabilidade para o MAPA, para o Ministério da Agricultura — não mais para a ANVISA, não mais para o IBAMA, onde há cientistas deste Governo têm posições contrárias e cujas notas nós já apresentamos aqui.

Por que V.Exas. não querem ouvir a ciência? Talvez a força de quem quer vender veneno seja mais fortemente ouvida nesta Casa.



O relatório fala do risco inaceitável. Eu vou ler aqui, Deputados, o que diz a lei atual. Diz claramente que elementos toxicológicos têm que ser impedidos. E aí o Relator coloca a expressão "risco inaceitável" para os seres humanos.

Gente, eu vou dar um exemplo aqui do que esta Casa votou na reforma trabalhista. Deputada Jandira Feghali, mulher grávida e lactante é aceitável, para esta votação da reforma trabalhista, que trabalhe em lugar insalubre.

Então, o que é aceitável? É aceitável que uma mulher possa também aplicar veneno? Ou permitiremos aviões em voos rasantes em cima de escolas e levem crianças à morte, como já aconteceu, recentemente, por pulverização aérea de veneno em cima de escolas? É só pegar os dados! Mas V.Exas. não querem ver os dados, não querem ouvir a ciência.

Nós poderíamos apresentar outro tema importante, que também está no projeto. Eu faço questão de mostrar onde está escrito, porque me parece que muitos não leram o que está escrito no relatório.

Quando um país — nós somos signatários, e, portanto, precisamos respeitar as decisões — considera um produto tóxico e proíbe o seu uso, nós precisamos estar de acordo com a lei que está sendo revogada neste momento, Deputada, e dar imediata providência, ou seja, revogar a autorização para uso do produto, porque ele não pode ser usado. E o que está no relatório? Que vai ser feita reanálise de estudo, reanálise de risco, e, enquanto isso, o produto vai continuar sendo aplicado. E, obviamente, haverá consequência para a saúde. E não temos recursos necessários para colocar na saúde, como já foi dito muito bem aqui, pois estão sendo retirados pelo Governo golpista que V.Exas. defendem, o do Temer, porque votaram a Emenda Constitucional nº 95, que tira dinheiro da ciência. Depois de votar a favor dessa emenda, fazer o discurso de que defende a ciência é hipocrisia. Eu defendo que vá dinheiro para que se mantenham os nossos institutos de pesquisa.

O que o Brasil não pode é ter, amanhã ou depois, os seus produtos, numa área tão importante como a agricultura, que produz, que gera divisas, sendo boicotados no mundo. E o mundo, que não quer mais aceitar veneno, vai colocar, sim, restrições ao produto brasileiro. Então, nós queremos que a agricultura brasileira possa vender, possa gerar divisas, possa se expandir, e que nós possamos ter, não só para o brasileiro, comida limpa, de qualidade, não agregada de mais veneno, como querem nesse projeto.



Mas também queremos ter divisas obtidas com a exportação. E isso, nobres colegas, está sendo comprometido, porque em vez de nós estimularmos pesquisas com biofertilizantes, com biomineração, com bioherbicidas, herbicidas, para manter a biodiversidade, que foi tão agredida e destruída por esse modelo agrícola altamente agressivo, com essa toxidade e esses venenos, nós estamos dando um tiro no pé, ao agirmos contra essa pesquisa, contra essa venda, que gera recursos para o Brasil, contra a qualidade do alimento para o povo brasileiro e para a população mundial.

O que nós precisamos fazer é defender aqui a pesquisa, a pesquisa com biodiversidade, para que possamos ter alimentos sustentáveis para a nossa população, comida limpa. E aqui nós temos claramente dois projetos: ou nós defendemos um lucro concentrado, porque na legislação nós estamos permitindo isso cada vez mais — e eu mostrei o que está escrito, não é discurso —, ou o que as entidades da ciência do Brasil escrevem, ou seja, que nós precisamos não ter veneno, mas ter comida limpa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Nilto Tatto, V.Exa. tem a palavra por 9 minutos, pela Liderança do PT.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, quero aqui apresentar o voto em separado da bancada do Partido dos Trabalhadores, em nome dos Deputados Bohn Gass, João Daniel, Padre João, Patrus Ananias, Paulo Teixeira e Nilto Tatto.

Ao longo dos seus 2 anos de trabalho, a Comissão realizou só oito audiências públicas, até o dia 5 de abril de 2017, e entrou em um longo período de inatividade, quebrado com a convocação da reunião deliberativa ordinária para o dia 25 de abril de 2018, para discussão e votação do parecer do Relator, disponibilizado na véspera da reunião.

Vale ressaltar que no mesmo dia 25 de abril a Frente Parlamentar da Agropecuária lançou manifesto em apoio ao que chamam de Lei do Alimento Mais Seguro, em solenidade com a presença dos dirigentes da ABRAMILHO, ABRAPA, APROSOJA Brasil e do SINDIVEG, o sindicato das empresas que produzem veneno.

O evento deixa claros os interesses por trás do relatório aqui em discussão. A campanha que vem sendo feita a favor da proposta procura vender a imagem de segurança e modernização, e para esconder essa falácia utilizam um termo que apelidou esta Comissão: fitossanitários, em substituição a agrotóxicos, que é como a própria Constituição Federal trata os venenos agrícolas. O segundo substitutivo abrandou a tentativa de maquiar



o perigo contido nesses produtos e passou a utilizar o termo pesticida, o que não altera nem o perigo nem a falácia.

Demonstro neste voto que os propósitos reais do substitutivo são os de ampliar a permissividade e as facilidades para os venenos agrícolas no Brasil, impondo a liberação do uso dos pesticidas sobre os objetivos da segurança alimentar e nutricional da população, da saúde pública e dos cuidados com o meio ambiente.

Veremos também que a suposta referência à legislação de países europeus e dos Estados Unidos não se sustenta. Os retrocessos na regulação do tema dos agrotóxicos proposta pelo substitutivo são de tal magnitude que merecem o rechaço de uma série de organismos oficiais da área do meio ambiente, da saúde e da defesa do Estado e do direito dos cidadãos.

A FIOCRUZ alertou que o substitutivo do Deputado Nishimori visa alterar em profundidade o marco legal sobre o tema, negligenciando a promoção da saúde e a proteção da vida e configurando uma desregulamentação que irá fragilizar o registro e reavaliação desses venenos, colocando em risco, especialmente, mulheres grávidas, crianças e trabalhadores envolvidos em atividades produtivas.

Nota do Ministério da Saúde condenou o substitutivo por apresentar fragilidades, incoerências e inconsistências, negligenciando aspecto relacionado à segurança, saúde e bem-estar dos cidadãos. A ANVISA condenou o substitutivo, que retira da agência a competência pela reavaliação toxicológica e ambiental desses produtos, terceirizando as responsabilidades pelas doenças e agravos à saúde do trabalhador e do consumidor, pelo monitoramento dos resíduos de agrotóxico e do uso adequado, pelo acompanhamento sistemático das populações expostas e das intoxicações; e pelos planos de emergência, nos casos de acidentes ambientais, de trabalho e de transporte que possam advir da cadeia produtiva e logística do agrotóxico.

Segundo o IBAMA, as mudanças propostas são inviáveis ou desprovidas de adequada fundamentação técnica e até mesmo contrariam determinação constitucional. O Instituto Nacional de Câncer — INCA alerta que a revogação da Lei nº 7.802, de 1989, e a implementação do substitutivo ao Projeto de Lei nº 6.299, de 2002, possibilitarão o registro de agrotóxico com características teratogênicas, mutagênicas e carcinogênicas, colocando em risco a saúde da população exposta a esses produtos e o meio ambiente.



Por meio de nota técnica, o Ministério Público Federal aponta o extenso rol de inconstitucionalidade do substitutivo, recorrendo sobre as violações aos arts. 23, 24, 170, 196, 220 e 225 da Constituição Federal. Em nota técnica, a Defensoria Pública da União também diz que o texto em apreciação sobrepõe interesses econômicos às funções do Estado, à defesa do meio ambiente e aos direitos do cidadão.

Estão privatizando esta Comissão. Além dessas instituições — são públicas outras manifestações de caráter técnico e científico por parte do Ministério Público do Trabalho, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos, do Conselho Regional de Biologia — CRBio 4ª Região, da Associação Brasileira de Agroecologia, dos servidores do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, da Associação dos Professores de Direito Ambiental do Brasil —, mais 320 organizações da sociedade civil assinam o manifesto *on-line* Chega de Agrotóxicos.

Portanto, é notório que a sociedade brasileira, com base em amplo conhecimento empírico e científico, oponha-se à liberação de mais veneno na agricultura brasileira e na mesa dos brasileiros. É nesse contexto que o Deputado Nishimori prega a necessidade de atualização da legislação brasileira às normas internacionais. Sim, a lei brasileira precisa ser atualizada, mas em sentido oposto ao sugerido pelo substitutivo do Relator. Modernidade e inovação é cuidar da vida, não da morte.

A FAO — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura e a própria ONU têm feito apelo para que as legislações nacionais incorporem os avanços científicos dos últimos 30 anos, recomendando maiores restrições ao uso dos pesticidas. O Brasil continua sendo extremamente permissivo. Não é por outra razão que mais da metade dos agrotóxicos utilizados no Brasil já estão proibidos na Europa ou nos Estados Unidos.

Presidente, não vai dar tempo de ler e de debater todos os aspectos do relatório, mas é fundamental todos aqui saberem. Em qualquer parte do mundo, em qualquer parte do mundo, um sistema federativo, as legislações dos entes federativos inferiores — dos Estados, Municípios — podem apresentar e aprovar legislações mais restritivas em defesa do Estado, em defesa da Nação, em defesa do meio ambiente, em defesa da população. Aqui no Brasil, quando um Estado ou um Município quer aprovar uma lei para impedir, por exemplo, a pulverização aérea em determinado espaço do seu território, a Constituição garante, porque é em defesa da população, em defesa do interesse público. Este relatório aqui está proibindo os Estados de fazerem isso. Então, ele é inconstitucional.



Não sei aonde V.Exas. querem ir. Querem prestar conta para alguém neste momento, nesta conjuntura, neste ano de eleição, às vésperas da eleição? Estão a serviço de quem?

Aqui neste relatório, não vejo interesse de ninguém da sociedade brasileira. Da população, é explícito, porque querem liberar mais veneno no prato, na comida das pessoas. V.Exas. querem detonar o meio ambiente, poluir mais. Mas aqui neste relatório não defendem nem os produtores, nem os agricultores. Vão encarecer a produção agrícola. É ruim para os agricultores. Quem V.Exas. estão defendendo? São só essas empresas? Por que neste momento? Para que defender só essas empresas?

Por isso, o nosso voto é contrário e apresentamos aqui um voto alternativo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu agora concedo a palavra ao Deputado Valdir Colatto, por 5 minutos, para encaminhar a favor.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos que nos veem e estão presentes nesta Casa, eu quero começar aqui dizendo que eu não ia falar, mas vou falar porque daqui a pouco ficam pensando que nós que defendemos o projeto somos todos bandidos; os outros são os mocinhos, os bonzinhos, queridinhos. São ambientalistas de asfalto, que nunca usaram ou deram 1 centavo para proteger o meio ambiente. Se eu fizer uma pesquisa aqui na Casa na chamada bancada ruralista, há milhares e milhares de hectares de terras preservadas por esses ruralistas. Quanto pelos ambientalistas? Nenhum. Só discurso, só mentira!

Eu queria dizer que essas pessoas que estão nesse processo não são tão burras assim. Qual seria a causa de nós que plantamos, que produzimos, que levamos comida para a mesa do brasileiro, que exportamos, envenenarmos a comida para que os outros não comprassem os nossos produtos lá fora? Alguém está achando que nós somos otários, idiotas para fazer isso. Por que está acontecendo isso?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Por favor!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, todo mundo ouviu V.Exa. por 9 minutos, com o maior respeito.

Por favor, por favor, por favor, não vamos começar!

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Ele tem que cuidar do ISA, ele tem que prestar contas à sociedade. É isso que tem que fazer, o ISA — Instituto Socioambiental.



Aliás, acho que eu vou fazer uma CPI no ISA e no Greenpeace, para ver o que está acontecendo neste País.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - E da Carne Fraca no Paraná.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Nós vamos fazer, então, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, vamos manter o silêncio e ouvir o Deputado? Aqui, uns são contra; outros, a favor, mas nós temos que respeitar as posições dos Deputados. Por favor!

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - É exatamente isto, Sra. Presidente, que este projeto mostra e que o Deputado Luiz Nishimori coloca: nós temos que buscar moléculas novas. Por quê? Quando eu comecei minha vida na agronomia, 40 anos atrás, eu aplicava 5 litros de LVC — *low volume concentration*, que era o inseticida da época, para matar lagarta. Hoje aplicam-se 100 mililitros, meio copinho como este aqui, em 10 mil metros quadrados, 1 hectare. Para quem não sabe, aqui vai a afirmação de um agrônomo: metade deste copinho em 10 mil metros quadrados.

Isso é tecnologia! E é isso que nós queremos trazer para cá! Vejam, existem hoje no Brasil 1.800 processos parados para registrar novas moléculas que, ao contrário, o mundo inteiro usa. E dizem: *"Cinquenta por cento do que se usa no Brasil não se usa mais lá fora"*. É claro! Os nossos produtos estão ultrapassados, nós não conseguimos registrar! Nós vamos levar 12 anos para registrar esses produtos que estão na fila lá, porque são moléculas novas, com muito mais toxicidade, com muito mais tecnologia. Mas as pessoas são contra. Depois dizem que nós somos contra a ciência. Vejam a barbaridade!

Quero mostrar aqui dados concretos, para que não se fique jogando números fora. Houve 804 mil notificações de intoxicação de 2007 a 2017. Somente 39 mil foram causadas por agrotóxico, 5% — 5%! E o manuseio habitual do agrotóxico corresponde a 0,7% dos casos de intoxicação nos últimos 10 anos. Vejam os dados: 52% das intoxicações foram causadas por outras questões; 43% das intoxicações causadas sabem pelo quê? Por remédios — remédios! E apenas 5% pelos defensivos agrícolas.

Sabem quem dá estes números aqui? O SUS, que, na prática do dia a dia, atende as pessoas, o povo em geral, os agricultores e todos aqueles que o acessam, que vão até ele. Está aqui, é o Sistema Único de Saúde do Brasil que está afirmando isso. Não é chute, não! Isso é realidade! Nós temos então que ver que as pessoas realmente têm que ter números sérios. Em 82% dos casos, as pessoas foram recuperadas; 18% das pessoas não foram



recuperadas, mas a maioria delas, porque ingeriram voluntariamente esses defensivos agrícolas.

Quero dizer também que... O Greenpeace disse que ia trazer uma bomba aqui. Não teve coragem de fazer isso. Covardes! A Holanda consome 20,8 quilos de molécula por hectare; e o Brasil, 4,2. De onde é o Greenpeace? Da Holanda! Lá eles não falam nada.

Encerrando, quero só dar uma declaração aqui. Podem comer abobrinha, podem fazer sopa de abobrinha, porque nós estamos trabalhando. Mesmo que haja limites extrapolados, eles não chegam à ingestão diária máxima que estabelecemos como ideal e que a pessoa pode ingerir durante toda a sua vida.

Sílvia Cazenave é Superintendente da ANVISA.

É isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Orientação de bancada.

Como vota o PT, por 1 minuto? (*Pausa.*)

Como vota o MDB? O MDB dispõe de 1 minuto.

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, o MDB vota a favor do relatório do Deputado Luiz Nishimori, por uma razão inclusive externada pela EMBRAPA.

Peguei no *site* da EMBRAPA agora há pouco uma nota muito clara, Sra. Presidente, que tomo a liberdade de ler para esclarecer. Ela diz ao final assim: *"assim, ressalta-se que o PL em análise traz avanços importantes com a modernização da legislação à luz do melhor conhecimento disponível, para facultar o registro de produtos mais modernos e desta forma permitir o uso racional e seguro dos pesticidas"*.

Quero mostrar aqui que é do *site* da ANVISA. Está aqui o relatório em que foram analisadas 12.051 amostras, e menos de 1% apresentou toxicidade.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PSB?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sra. Presidente, todo mundo tem consciência de que esse jogo não acaba aqui. Esta foi a Comissão que fez instrução do que ouvi hoje dos companheiros aqui dos dois lados. Sabemos que este jogo ainda será jogado muito para a frente.

O que é importante é termos ciência. Eu tenho certeza de que o Deputado Relator tentou fazer, e que nós defendemos aqui claramente. O Deputado que me antecedeu diz



que o recurso foi para o SUS, outro para a EMBRAPA, outro para as moléculas que são estudadas no ICMBio. Vamos votar dinheiro para a ciência, porque está faltando recurso para isso, porque foi votada nesta Casa a proibição de que tivéssemos teto de gastos nesses setores. Em consequência disso, esse jogo não acaba aqui, nem vai acabar. Nós vamos caminhar claramente no texto da modernização.

Eu peço só 5 segundos, Sra. Presidente, porque me foi cortado o tempo.

Colocar aqui no *caput*, 30 anos depois, a utilização, importação, exportação, propaganda, destino final de resíduos, tirar de alguns setores para passar para ser específico do Ministério da Agricultura é querer direcionar a área de estudo disso. Trinta anos depois modernizar é uma coisa, atrasar para poder centralizar e beneficiar setores é outra.

Por isso o PSB muito claramente, com relação a essa matéria — sabendo que ainda há muita água para passar debaixo desta ponte aqui inclusive este ano, isso aqui não vai ser resolvido antes da eleição —, vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Júlio Delgado.

Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, Senhoras e Senhores, o PDT naturalmente comunga com a ideia da modernização, comunga com a ideia do aumento da produtividade, mas estamos tratando aqui não só da produtividade da economia, nós estamos tratando de vidas, nós estamos tratando da saúde pública, estamos tratando de pequenos produtores.

A compreensão do PDT neste momento é que esse texto ainda não dá nenhuma segurança, principalmente quando estamos falando de saúde pública, saúde da humanidade.

Portanto, o PDT vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o Podemos?
(Pausa.)

Como vota o PROS? (Pausa.)

Como vota o PCdoB?

V.Exa. tem a palavra por 1 minuto, Deputada.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Segurança alimentar, alimentação saudável, preservação ambiental, desenvolvimento sustentável, saúde do povo brasileiro, tudo isso é obrigação nossa, direito do povo, e não podemos negar isso em nome do lucro de alguns e da ganância de outros.

Este projeto viola e despreza a Constituição, despreza direitos, nega estudos científicos, nega a Constituição, nega a ONU, nega a OMS, nega as notas técnico-científicas. Não podemos ser mais nada num ambiente internacional. Na verdade, somos, no máximo, aspirantes à colônia de grande império. Precisamos hoje nos fazer respeitar e respeitar o povo brasileiro.

O PCdoB vota "não" ao conteúdo do PL do Veneno. Queremos defender a saúde do povo!

A SRA. TEREZA CRISTINA (DEM - MS) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, peço que incorpore ao tempo de orientação o tempo de Liderança.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. tem mais 3 minutos, Deputado.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Tenho, portanto, 4 minutos.

Esta orientação partidária é absolutamente fundamental para aquele poder soberano que nos trouxe aqui, que é o da cidadania, o da população. O PSOL quer dizer, com absoluta convicção, o seu "não" a este projeto de lei. De um lado, nós nos somamos inclusive às preocupações da ONU, cujo documento da semana passada foi enviado ao Presidente desta Casa e deveria estar na mão de cada Parlamentar aqui, para ninguém alegar desconhecimento. O documento diz que as modificações ao atual marco legal sobre agrotóxicos enfraquecem significativamente os critérios para aprovação do seu uso, trazendo ameaça a uma série de direitos da população.

Por outro lado, vamos ao grão: o projeto de lei. A essência do projeto de lei é essa flexibilização para a utilização do agrotóxico, que já é larga no Brasil, é generosa e já possibilitou inclusive essa posição forte das nossas *commodities* agrícolas no mercado internacional. Por isso, alguns produtores são contra o projeto. Quando falamos em produtores, falamos dos detentores dos meios de produção e nos esquecemos muitas



vezes dos agricultores, dos trabalhadores, dos lavradores. Mas vamos usar esses termos, então, para dizer que alguns setores da produção agrícola brasileira são contra este projeto. Não há essa unidade tão propalada, não.

Mas qual é o "pulo do gato", literalmente? O Ministério da Agricultura fica com o empoderamento total e absoluto, como diz o inciso IV do art. 5º do projeto, para conceder os registros e autorizações de pesticidas, como previstos no art. 1º da lei. Vejam que o Ministério do Meio Ambiente tem o seu escopo limitado a homologar aqueles produtos que têm que ter autorização para dano ambiental, isto é, para a utilização em florestas nativas e cursos hídricos.

Vejam na própria lei a categoria "pesticida", como ela está definida com amplo escopo: *"(...) produtos e agentes de processos físicos, químicos ou biológicos, destinados ao uso nos setores de produção, no armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas, nativas ou implantadas (...)".* E por aí vai. É um largo escopo, que fica a critério do Ministério, que nos últimos anos, inclusive no Governo Dilma, tem sido o Ministério dos grandes proprietários rurais, na visão do agronegócio, exclusivamente.

Portanto, o projeto de lei é limitador dos direitos da população e, além disso, do direito no sentido mais amplo, da população como um todo, a um alimento saudável e ao controle do que se usa ali para aumentar a produtividade. O interesse econômico está sobrepujando o interesse social.

Nós do PSOL preferimos ficar do lado dos milhões que se preocupam com a saúde da população, das milhares de entidades que se manifestaram, dos setores responsáveis da própria produção agrícola, dos órgãos internacionais, como a ONU, e também dos órgãos nacionais, já citados à exaustão aqui, como Instituto Nacional de Câncer, IBAMA, ANVISA, FIOCRUZ.

Vejam que alguns pesquisadores seniores revelam o problema dos produtos cancerígenos.

Vamos votar em favor da população: "não", mil vezes "não"!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*

Como vota o PHS? *(Pausa.)*

Como vota o PV? *(Pausa.)*

Como vota a Oposição?



O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A Oposição quer reafirmar, neste momento em que vamos votar o relatório, que o projeto é inconstitucional.

Primeiro, a lei está clara, é a lei do agrotóxico. Segundo, o projeto não considera e não leva em conta todas as observações dos cientistas e da sociedade da ciência no Brasil. Terceiro, ele privilegia o lucro das empresas do veneno, porque é o PL do Veneno. Quarto, ele flexibiliza a legislação, permitindo inclusive o uso do veneno sem aprovação.

(A Sra. Presidente faz soarem as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Senhores, peço silêncio, senão pedirei para voltar a ficarem em plenário somente os Deputados.

Por favor, vamos ouvir o Deputado Bohn Gass?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Mas são os Deputados que estão me atrapalhando aqui. Eu fiquei totalmente prejudicado, porque um Deputado ficou parado na minha frente. Portanto, peço a reposição do meu tempo, Sra. Presidente.

O voto da Oposição é muito claro. Aqui só se pode aprovar o que é constitucional, e o projeto é inconstitucional.

Primeiro, a lei é clara, é a lei dos agrotóxicos. Não fala nem em fitossanitários, nem em pesticidas. São agrotóxicos. Então, o projeto é inconstitucional.

Segundo, ele não considera o que dizem os cientistas. Falo da ciência brasileira, que sequer foi ouvida aqui!

Terceiro, ele privilegia o lucro das empresas do veneno. O Brasil vai ser um quintal para essas empresas. Elas vão fazer festa, e o povo com cada vez mais comida com veneno no prato.

Quarto, ele flexibiliza a legislação, inclusive permitindo o uso do veneno sem autorização.

Senhores, não podemos votar este projeto!

Quinto, ao darmos vazão a isso, não estimulamos a pesquisa alternativa da biodiversidade, o que também é grave, inclusive para os nossos futuros negócios.

Então, queremos comidas limpas, e não veneno na comida do povo!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar pelo PT, tem a palavra o Deputado Padre João, por 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - É muito importante que toda a sociedade brasileira e o mundo inteiro acompanhem quais Deputados estão votando pelo veneno. Este é um



projeto que tem impacto para o campo e para a cidade. Então, o indivíduo da cidade tem que estar muito atento, porque o alimento que chega à sua mesa, sejam verduras, legumes, cereais, raízes, tudo está envenenado, e estão ampliando isso. É o Ministério da Saúde, por meio da ANVISA, que prova a existência do resíduo de veneno. É verdade que o estudo é precário, porque o Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos analisa um produto individualmente, e o que eles estão enfiando na população é um coquetel! Às vezes, a pessoa acha que está se alimentando bem, porque come verduras, legumes e frutas. Mas imaginem, o veneno que está na fruta é de um tipo, o que está no legume é de outro, e o que está na folhosa é de outro. É um coquetel!

Por isso, votamos contra esse absurdo, essa irresponsabilidade de estar colocando na comida algo que garante doença e morte para o nosso povo. Quem votar favoravelmente estará votando por algo que garante doença e morte para o nosso povo...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota a Minoria, Deputada Jandira Feghali?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, neste 1 minuto de encaminhamento pela Minoria, eu quero ainda alertar que existe um parecer da Defensoria Pública da União, que é importante também como órgão público, contrário a este projeto. Aqui há também uma nota da Associação Brasileira de Saúde Coletiva — ABRASCO, que mostra que nada acontece por acaso, porque foi aprovada numa Comissão do Senado, pelos mesmos interesses, o fim da rotulagem de alimentos transgênicos, ou seja, a população perdeu o direito de saber quando o alimento vendido no supermercado é transgênico ou não. A população não tem nem esse direito de saber quando está comendo um alimento transgênico ou não! Nada acontece por acaso. É tudo ao mesmo tempo, seguindo os mesmos interesses.

É grave o que está acontecendo: ao mesmo tempo, com os mesmos interesses, projetos seguindo juntos aqui. Tudo é contra a saúde, tudo é contra o povo. Este Congresso está virando essa coisa sem escrúpulos!

Nós votamos contra!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação o parecer do Relator, ressalvados os destaques, pelo processo nominal.

Está iniciada a votação. *(Pausa.)*



O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - O MDB vota "sim" e pede à base que vote "sim"!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - "Não!"

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - "Não" ao veneno na comida e no corpo das pessoas!

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - No sangue e no leite materno!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Mentira especializada é técnica de vocês!

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Nem plantaram um pé de couve e querem falar de agricultura?

Vai cuidar da Baía da Guanabara!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pela vida!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, eu gostaria que fizessem silêncio. O Deputado Luis Carlos Heinze pediu a palavra.

Deputado, V.Exa. tem a palavra. *(Pausa.)*

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Em nome de quem ele pediu a palavra, Sra. Presidente?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Eu posso falar, porque há tempo para isso. Não posso?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, peço a palavra depois do Deputado Luis Carlos Heinze.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Todos que quiserem se inscrever para falar, durante a votação, podem fazê-lo.

Tem a palavra o Deputado Luis Carlos Heinze.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Os colegas podem me dar licença para falar?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Em nome de quem?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Em nome de quem?!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É, em nome de que Liderança?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Eu sou Deputado, posso falar, estou nesta Comissão! Qualquer um pode pedir a palavra para falar.



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Não, já houve orientação. Se vão abrir para todo mundo, eu me inscrevo também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, eu só queria fazer uma colocação.

Eu vou falar da questão do câncer, especificamente em relação ao que foi falado aqui. É importante que a imprensa que está aqui possa anotar o que estou falando. A Agência Internacional de Pesquisa sobre Câncer, da Organização Mundial de Saúde, apresenta o seguinte: na França, há 324 casos de câncer a cada 100 mil pessoas, e lá usam 4,6 quilos de defensivos por hectare; na Bélgica, há 321 casos de câncer a cada 100 mil pessoas, e usam 8 quilos de defensivos por hectare; no Brasil, há 205 casos, e usamos 3,5 quilos de defensivos por hectare. Eu não sei de onde o INCA tira essa informação, porque essa que trago é da Organização Mundial de Saúde. Eu gostaria que a imprensa também pudesse repercutir o que estou dizendo.

Da mesma forma, o Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos é uma "esquerdalha" violenta, onde há inclusive o próprio Ministério Público do Trabalho falando contra e um grupo de atrasados dizendo que são contra os defensivos no Brasil. Eu gostaria que os colegas Parlamentares e a própria imprensa respeitassem os agricultores brasileiros, que dão sustentação a este País.

Agora falo em PETROBRAS. Um advogado chamado Cezar Britto ganhou a "bagatela" de 15 bilhões de reais numa ação contra a empresa. É um advogado petista. E a PETROBRAS, quebrada, vai pagar esses 15 bilhões de reais. Assim também, acionistas minoritários dos Estados Unidos já ganharam 12 bilhões de reais de uma ação que moveram contra a PETROBRAS. Tudo isso vale. Então, são essas pessoas que estão aqui, fazendo o que estão fazendo.

Alguém falou aqui sobre a questão dos transgênicos, e isso é importante. Deputada, o projeto é meu, e posso dizer que não quero tirar o direito de informação de ninguém. Nós vamos tirar o "T" de transgênico das embalagens porque, numa pesquisa realizada, 93% dos entrevistados no Brasil não sabem o que é esse "T". Sabe o que vai ser escrito no lugar? "Transgênico."

Isso é tirar direito de informação, Deputado Júlio Delgado? Mente quem fala isso! Eu não quero tirar direito de informação. Fui a uma universidade em São Paulo, e lá disseram: "*O pessoal não sabe ler*". Se não sabem ler, o que posso fazer? Vai sair escrito



"transgênico". Isso não é tirar direito à informação. O símbolo "T" é para criminalizar os alimentos transgênicos, que são seguros, porque há 27 cientistas das diferentes áreas que liberam o transgênico. Não é qualquer um que libera. Portanto, é importante que saibam isso.

Esse é o setor que está dando certo no Brasil. Se o nosso PIB cresceu este ano, foi graças a esses produtores rurais a quem estão criminalizando. Dizem que eles têm lucro fácil, mas quantos segmentos hoje estão penando com a questão dos preços de venda? Eu planto arroz e sei que o pessoal está prejudicado, assim como o pessoal do trigo. São eles os que consomem defensivos.

Nós não somos a favor das multinacionais. Inclusive, na semana passada, nós fomos ao CADE para denunciar a Monsanto e a Bayer. E assim nós estamos fazendo. Denunciamos para todos a questão da Syngenta, os preços com que vendem no Uruguai e na Argentina, contra os produtores do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, que consomem os produtos.

Portanto, há muita coisa para falar, coisas importantes, que todo mundo pode saber. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Só um minuto! Por favor, prestem atenção, porque alguns estão votando, mas o voto não está sendo registrado no painel. Peço a todos que confirmem o voto, porque vou abrir a votação.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Molon e depois eu vou encerrar a discussão e abrir a votação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Só um minuto. Agora vai falar o Deputado Molon e, depois, eu vou abrir o resultado do painel.

(Não identificado) - Liderança tem prerrogativa. Eu tenho que falar antes dele.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado, Sra. Presidente.

Eu quero debater com o Deputado que me antecedeu. O Deputado que me antecedeu há pouco disse...

(Não identificado) - Qual é o tempo?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O mesmo do Deputado Heinze — 5 minutos —, o mesmo tempo!



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu vou lhe dar o mesmo tempo: 5 minutos. Pode falar, Deputado.

Registrem o tempo, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Muito obrigado, Sra. Presidente.

O Deputado que me antecedeu disse que nós estamos mentindo. Eu pergunto: quem no Brasil vai acreditar que, para registrar novas moléculas, como foi dito há pouco, tem que mudar a lei? É sério, Sra. Presidente. V.Exa. acha, os colegas acham que alguém vai acreditar que, para registrar substâncias mais modernas, tem que mudar a lei? O povo brasileiro não é idiota. Se V.Exas. quisessem que fossem registradas substâncias mais modernas, colocariam no parecer do Relator que está proibido registrar o que causa câncer.

Eu desafio a bancada ruralista a fazer isso aqui. Vamos escrever no parecer do Relator que substâncias que causam câncer, má-formação fetal e mutação genética não podem ser registradas.

Escreva isso, Sr. Relator. V.Exa. ainda pode mudar o seu relatório. Se não puder mudar o relatório, defenda isso.

V.Exas. não querem escrever isso porque querem permitir o registro dessas substâncias. É lamentável, é trágico, é dramático, é patético, é inacreditável, mas é verdade. A lei atual proíbe o registro de substâncias que causam câncer, má-formação fetal e mutação genética, e o parecer do Relator não proíbe isso e — pior! — revoga a lei atual! Que modernidade é essa?

V.Exas. fizeram tanta propaganda dos transgênicos! Diziam que os transgênicos eram a melhor coisa do mundo. Eu, se fosse defensor, como V.Exas., dos transgênicos, ia pedir para colocar na lei que o tamanho do T na embalagem tem que aumentar. V.Exas. deveriam exigir que a maior coisa no rótulo fosse o T de "transgênico". Estão querendo esconder. Estão querendo esconder o que é transgênico, porque é óbvio que a população sabe que isso só pode fazer mal. É evidente que isso é um risco para a saúde da população. Há pesquisas acontecendo no mundo inteiro. Os consumidores rejeitam isso.

Há pouco, o Deputado Adilton Sachetti disse que reserva parte das suas terras para produzir produtos não transgênicos porque estão valendo mais. Por que estão valendo mais? É óbvio que a procura por estes produtos vai aumentar.

(Não identificado) - Porque é mercado.



O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - É mercado, é claro que é o mercado. Por que é o mercado? É a lei da oferta e da procura, que V.Exas. conhecem. A procura pelos produtos não transgênicos está aumentando. Por que será? Será que é porque o produto não transgênico é melhor? As pessoas não querem o melhor para si? Querem o pior?

Ora, pelo amor de Deus! Vamos divergir, mas vamos respeitar a lógica! V.Exas. estão querendo aprovar uma lei que não protege a saúde da população brasileira. V.Exas. estão colocando a preocupação com a lucratividade do setor acima da preocupação com a saúde da população brasileira.

(Não identificado) - Não é verdade.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Lamentavelmente, isso é verdade. Estão colocando acima da proteção da saúde das brasileiras e dos brasileiros a preocupação com a lucratividade do setor. Isso não é o que o povo brasileiro espera das senhoras e dos senhores aqui. Eu lamento dizer isso. É triste ter que dizer isso.

Hoje é um dia triste para a Câmara. Nós podemos ter pontos de vista diferentes, mas não podemos abrir mão de defender a vida das pessoas. Sobre isso não há negociação possível. Os princípios devem ser inegociáveis. Nós podemos divergir quanto ao método, podemos divergir quanto à proposta, mas não podemos divergir quanto aos princípios. Não é possível brincar com a saúde das brasileiras e dos brasileiros, nem colocar em risco a vida das pessoas pensando em aumentar a lucratividade de um setor econômico, qualquer que seja.

Aqui não importa o setor: aqui importa a vida das pessoas. É isso que temos que defender, em primeiro lugar, já que estamos aqui em nome delas.

Portanto, trata-se, sim, de um retrocesso enorme. Se fosse um caso de modernidade, V.Exas. escreveriam: *é proibido o registro de substâncias que causem câncer*. Nós votaríamos a favor de um projeto que proibisse isso. Mas V.Exas. não querem. A lei atual proíbe, a nova não vai proibir. Isso é um atraso, um retrocesso para o País. O Brasil está andando para trás. Pelo amor de Deus!

Citar casos de países europeus como se lá o controle do uso de agrotóxicos fosse menor do que no Brasil, pelo amor de Deus! Pelo amor de Deus, não digam uma coisa dessas! Vamos debater com base nos dados, pois contra fatos não há argumentos. Este projeto é péssimo para a saúde do povo brasileiro.

Por isso, nós votamos "não".



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Encerrada a votação, vamos abrir o painel.

Está encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: "sim", 18; "não", 9.

Aprovado o parecer do Relator, ressalvados os destaques.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, peço, como Suplente, que registre meu voto contrário, simbolicamente, já que o titular votou. Vou encaminhá-lo por escrito, como dispõe o Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k., Deputado Chico Alencar.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de quebra de interstício para se proceder ao pedido de verificação de votação do Destaque nº 3, de iniciativa dos Deputados Chico Alencar, Bohn Gass e Ivan Valente. *(Pausa.)*

Declaro prejudicado o requerimento, nos termos do art. 164, por já ter transcorrido 1 hora desde o último pedido de verificação.

Votação do art. 3º do substitutivo.

Encaminhamento de votação.

Ninguém se inscreveu para encaminhar contra a matéria destacada.

Pergunto se há alguém que queira falar contra o Destaque nº 3, da bancada do PT. *(Pausa.)*

Para falar a favor do destaque, tem a palavra a Deputada Jandira Feghali. Para falar contra, terá a palavra o Deputado Valdir Colatto.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, isto aqui é o artigo do registro temporário, não é? Eu acho que este artigo revela exatamente o objetivo central do projeto, que consiste em permitir que, não cumprido o chamado prazo para a análise, seja liberado o produto, desde que nos países que compõem a OCDE este produto seja autorizado. É o Brasil se submetendo aos critérios de alguns países.

Isto aqui revela a liberalidade do projeto, significa que vamos nos compondo, de fato, sem nossa soberania de decisão. Isto tudo faz parte do conceito geral do projeto, que vai no sentido do "liberou geral", da perda do poder de análise do risco toxicológico.

Nós deveríamos fortalecer nossos órgãos de análise e de regulação e aprofundar a análise científica, mas, na verdade, não estamos preocupados com isso. Nós reclamamos da burocracia, mas, em vez de desburocratizarmos o processo, aumentando o número de



analistas, para fortalecer nossos órgãos, botar mais gente para analisar, acelerar o processo pela análise, pelo enriquecimento, pela valorização dos nossos órgãos de análise, nós dizemos: tirem o órgão da frente, tirem a ANVISA, o IBAMA, esvaziem o papel e a competência destes órgãos. É isso.

Não estamos nos esforçando para garantir o fortalecimento destes órgãos, que precisam de mais gente. Precisamos fazer com que estes órgãos se acelerem pelo seu fortalecimento, por novos concursos, por mais bancas de analistas, como é o INPI, como é o IBAMA, como são os órgãos que analisam os produtos novos. Os órgãos que precisam ser fortalecidos são tirados da frente. *"Tirem a ANVISA e a coloquem como órgão homologador no Ministério da Agricultura. Botem o IBAMA como órgão de homologação"*. No que couber, fique lá uma frase, porque quem vai decidir o que couber são regulações infralegais, o que é absurdo. Contra a Constituição, nós criamos regulações infralegais — não são nem infraconstitucionais! E o RT vai na mesma linha.

O conceito do projeto é o "liberou geral". *"Libera geral, para vender mais, para espalhar mais veneno por aí, para garantir que essa galera ganhe dinheiro, e o povo que se dane!"* É muito por aí mesmo. E que a lucratividade se sobreponha à saúde e às possibilidades do povo brasileiro!

Eu repito: como médica que atua há 30 anos no serviço público — eu nunca fui dona de hospital, nem consultório eu quis ter —, eu me dediquei ao serviço público durante 15 anos da minha vida trabalhando na ponta, em CTI, em emergência. Eu sou cardiopediatra, atuei no serviço público minha inteira. Eu atuei na medicina, e não foi pouco tempo: foi muito tempo. Eu coordenei serviços e nunca busquei recursos, nunca busquei dinheiro. Eu não acumulei patrimônio e, muito menos, sou dona de terra.

As pessoas dizem: *"Você nunca foi para a roça"*. Eu não sou latifundiária, eu não sou fazendeira. Eu não ganho dinheiro com isso. Portanto, não legislo em causa própria. Se os Deputados legislam em causa própria, eu lamento. Eu não legislo em causa própria. Não podemos colocar determinados interesses acima dos interesses dos 202 milhões de brasileiros. Aqui eu não legislo para um segmento, não legislo para uma região ou para um distrito: eu legislo para o Brasil. É assim que temos que pensar quando legislamos neste plenário, neste Parlamento, nesta Comissão.



Desta forma, suprimir do texto o registro temporário significa respeitar os órgãos de análise de risco toxicológico; respeitar os prazos necessários para uma análise profunda das chamadas novas moléculas, tão defendidas aqui pelo campo da ciência.

Portanto, deixem a ciência atuar, deixem os órgãos que analisam atuarem! Vamos fortalecer estes órgãos e não retirá-los, como se fossem obstáculos à análise, porque precisamos defender, em última instância, os 202 milhões de brasileiros, que dependem destas decisões para terem sua vida, sua saúde e a saúde dos seus dependentes preservadas.

Por isso, o apoio ao destaque. Por isso, a necessidade de suprimir este registro do texto. Temos de cumprir o papel de representantes do povo brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, tem a palavra o Deputado Valdir Colatto. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, nós estamos votando a favor do relatório do Relator Luiz Nishimori e contra o destaque do art. 3º, que diz que todos "*os produtos técnicos ou afins, de acordo com a definição do art. 2º, só poderão ser pesquisados, produzidos, exportados, importados, comercializados e utilizados, se previamente autorizados em órgão federal*".

Toda a segurança possível está aqui. Nós temos que colocar bem claro para a população brasileira que não vai se abrir mão da análise da ANVISA, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Agricultura. Estamos apenas formando um colegiado. Por quê? Porque cada um desses órgãos simplesmente pega a análise e a deixa na gaveta por 1 ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos, como nós mostramos aqui — eles levam de 8 a 10 anos para analisar —, e estas moléculas, estas tecnologias, se perdem.

O que nós estamos fazendo? Estamos juntando este colegiado para que cada um manifeste sua posição. A matéria, portanto, é votada num colegiado, com voto paritário — a agricultura, a ANVISA e o meio ambiente. É isso que diz o projeto, nada mais do que isso.

As pessoas dizem: "*Retiraram a ANVISA, retiraram o Ministério do Meio Ambiente*". Nada disso! Estão mentindo para a população brasileira. Nós precisamos mostrar esta questão.

Por que não nós conseguimos fazer esta análise aqui? Porque são 300 milhões de dólares para se pesquisar uma molécula como esta. O Brasil tem dinheiro para isso? Não tem! Então, nós temos que usar as tecnologias que o mundo usa, como se faz com os



remédios no mundo inteiro. Alguém por acaso analisa cada remédio que chega ao Brasil, para ver se é bom ou se é ruim, ou se foi bem pesquisado, ou se foi mal pesquisado? É a similaridade que estamos querendo trazer para cá, quando se tem segurança. Nenhum país vai aceitar comprar produto agrícola brasileiro que não lhe forneça segurança dos produtos agrícolas que vendemos.

Por isso, eu acho que estão levando para a população muita coisa que não é verdade. O projeto vai, sim, modernizar uma lei de 30 anos. Estes produtos são usados, mas não apenas pelos grandes agricultores. Pelo amor de Deus, o pessoal não conhece o campo! Os pequenos agricultores usam isso. Apenas 1%, que faz agricultura orgânica, não usa. A agricultura orgânica é muitas vezes falsificada, porque não há certificado de qualidade e de origem, e o produto vai para o supermercado desta forma.

Todos esses produtos têm algum resíduo? Sim, dentro da segurança que a AVISA está colocando, como já falamos aqui anteriormente, do que se pode comer. Do contrário, os brasileiros estariam todos intoxicados. Não é por acaso que nós, há 30 anos ou 40 anos, tínhamos uma expectativa de vida de 50 anos. Agora a expectativa de vida é de 74 anos.

Será que o problema está na questão dos alimentos? É claro que não! A falta de um produto desses para combater, por exemplo, a lagarta *Helicoverpa armigera*, que atacou a plantação de soja no ano passado ou retrasado, deu 25 bilhões de dólares de prejuízos para o Brasil. Sabem onde está a intoxicação maior? Há estatísticas de que está na cidade, com os matadores de mosquitos e baratas. Os mesmos defensivos agrícolas que se usam no campo são usados para combater a barata e o mosquito. Alguém fala nisso? As pesquisas estão aí para mostrar.

Aqui no Distrito Federal a maioria das intoxicações por defensivos agrícolas ocorre na cidade, dentro das casas, por mau uso desses produtos, que são os mesmos que se usam na agricultura. O malatião, que combate o mosquito do *Aedes aegypti*, é o que usamos no campo. E quem fala nisso? Portanto, há muita pirotecnia neste processo.

Nós votamos "sim" ao projeto e "não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria, tem a palavra o Deputado Nilto Tatto. S.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, nós vamos encaminhar contra. Imaginem que seja aprovado um novo veneno no prazo de 24 meses. Citem-me algum país que faça isso! Os Estados Unidos, utilizados como referência, a meca de quem representa



este relatório, demoram entre 8 anos e 9 anos para aprovar uma nova substância, e V.Exas. querem aprovar e colocar na lei que se aprove isso em 24 meses?

Ainda nos Estados Unidos, na década de 70, foi tomada a decisão de que a aprovação de veneno, de agrotóxico, deveria ser feita no Ministério do Meio Ambiente de lá, que é equivalente ao Ministério do Meio Ambiente daqui. Até então, a aprovação se dava no Ministério da Agricultura deles. Aí, eles tomaram a decisão de que não poderia ser o Ministério da Agricultura, porque tal Ministério sofre muita influência dos produtores rurais e das empresas que produzem agrotóxico e veneno.

Aqui no Brasil, V.Exas. estão fazendo o quê? Estão tirando esta decisão do IBAMA e da ANVISA e levando-a para o Ministério da Agricultura, que, como o povo brasileiro sabe, é a meca dos grandes produtores rurais, dos latifundiários e das empresas.

Olhem o absurdo do argumento de V.Exas. sobre a necessidade de se usar mais veneno na agricultura brasileira: *"Porque lá fora os países são frios"*. V.Exas. colocam aqui neste relatório — por isso que destacamos e queremos retirar este artigo — que se demora para aprovar determinado veneno e que, se ele já é utilizado em três países filiados à OCDE, automaticamente pode ser utilizado no Brasil. Quais são os países filiados à OCDE? Os países de clima frio. Olhem a contradição deste argumento!

Portanto, Deputado Luiz Nishimori e Srs. Deputados, V.Exas. argumentam que isto que estão liberando é remédio e que não seriam loucos de querer colocar veneno nos alimentos dos seus filhos e netos, mas isso é uma falácia, porque V.Exas. têm dinheiro para comprar produtos orgânicos, e os trabalhadores, o povo, não têm.

Por que V.Exas., mantendo o que está aqui no relatório, não colocam na lei que vamos proibir, no Brasil, veneno, agrotóxico ou fitossanitário — podem colocar fitossanitário — que causa câncer? V.Exas. são contra colocar isso? Não seria inconstitucional colocá-lo. V.Exas. têm coragem de colocar isso? Ficaria claro para o povo brasileiro que V.Exas. são contra liberar alguma coisa que possa causar câncer.

V.Exas. duvidam das pesquisas, duvidam da academia. Há pessoas que dizem aqui que são produtores, mas provavelmente nunca andaram na roça. Dizem que são produtores, mas são os trabalhadores que trabalham lá. Eu trabalhei na roça, portanto sei o que faz o veneno. Sei disso porque tive na minha família pessoas que morreram envenenadas por causa de agrotóxico, e todos os que estão ouvindo aqui sabem que o



número de pessoas com câncer aumentou nos últimos anos, principalmente depois dos transgênicos.

Portanto, Deputado Luiz Nishimori, coloque no relatório que não vamos autorizar, no Brasil, produtos que causam câncer. Tenha a coragem de fazer isso.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou fazer o anúncio da votação agora e peço a V.Exas. que prestem bastante atenção.

Trata-se de destaque para votação em separado. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator. Quem votar "não" rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Orientação de bancadas, por 1 minuto.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Nós votamos "sim", pela manutenção do texto, contra o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PT?

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Nós vamos votar "não" à manutenção do texto.

Esta é a grande oportunidade de os Parlamentares trabalharem com responsabilidade em relação ao consumo de alimentos...

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Dispensando o seu conselho. Aliás, se eu tivesse que acreditar...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado Alceu, por favor!

Eu vou repor o seu tempo, Deputado Padre João.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - O som está cortado.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Cale a boca, Alceu!

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Como é? Está me mandando calar a boca?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu mando! Eu mando!

(A Sra. Presidente faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, Deputados, vamos manter o respeito!

Tem a palavra o Deputado Padre João, por 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - O Parlamentar é desrespeitoso. Imagino o que ele faz lá na fazenda com os pobres trabalhadores.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Eu não tenho fazenda.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Então, está a serviço mesmo das multinacionais.



(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, Deputado!

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - O meu tempo tem que ser recolocado. Eu fui interrompido, Sra. Presidente. Eu fui interrompido por um Parlamentar irresponsável.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu vou repor o seu tempo, mas não vou mais tolerar essa enrolação.

Cada um tem 1 minuto. Por favor, respeitem o tempo! Por favor, respeitem o tempo de 1 minuto, senão não vou mais repor o tempo de ninguém!

V.Exa. dispõe de 1 minuto.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Para muitos Parlamentares, a referência são os norte-americanos. Lá há muitos produtos para os quais são exigidos 8 anos de análise. Os produtos são analisados em relação ao impacto à saúde, à questão ambiental e à sua eficácia. Aqui estão retirando, sim, a competência da ANVISA e do IBAMA, simplesmente para homologar uma decisão das multinacionais, que dominam determinados órgãos. Até mesmo do Ministério da Agricultura estão retirando competências. De fato, está tudo contaminado.

Esta é uma oportunidade de suprimirmos esse artigo, a fim de permitir um produto que tenha passado por análises. Não importa se a análise demora 4 anos, 6 anos, 8 anos.

Depois que o estrago estiver feito, não há mais como repará-lo!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como V.Exa. orienta?

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - "Não" ao texto do Relator e "sim" ao destaque, para suprimir essa aberração.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada.

Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o PSB vai orientar "não" nesta votação. Portanto, "não" ao texto do Relator, que prevê o registro e a autorização temporários.

Se essa matéria for rejeitada, sairá do texto esta aberração que é permitir que algo seja usado sem ter sido analisado.

O que diz o texto do Relator? Se o produto ou a substância não forem analisados em 2 anos, estará autorizada a sua utilização no Brasil. Nós somos totalmente contra isso. Nós



achamos que algo só pode ser utilizado depois que o poder público der autorização para esse uso, tendo em vista a proteção da saúde humana em primeiro lugar.

Por essa razão, a orientação do PSB, neste momento, é "não" ao texto do Relator. Portanto, "não" a esta matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, eu sou de uma região de Minas Gerais onde há muito mais trabalhadores do que máquinas. Portanto, a lida diária com o veneno, com o agrotóxico — seja qual for o nome que se queira dar — é feita diretamente pelas pessoas. Naquela região, há uma produção rica. Lá se produz café e se estimula o agronegócio, mas há muito mais gente do que máquina na lida diária. Portanto, é muito grande o risco no manuseio desses produtos.

Na nossa compreensão, garantir que se possa utilizar um produto porque em 2 anos não conseguiram avaliá-lo é um equívoco com a saúde das pessoas, é uma irresponsabilidade. Se, nesses 2 anos, houver uma contaminação, não será mais possível uma recuperação. Como se recupera a vida das pessoas dessa forma?

Portanto, nós não podemos concordar com esse raciocínio e encaminhamos o voto "não", pela responsabilidade que o PDT tem com a vida das pessoas.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como encaminha o Podemos? *(Pausa.)*

Como encaminha o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, não é preciso ser dono de terra e latifundiário para estudar o processo produtivo, para ler as coisas e entender o que está acontecendo.

O Deputado diz que não é dono nem de um balde de terra, mas está defendendo o projeto. Eu também não tenho nem um balde de terra, mas tenho 30 anos de atuação na área da saúde pública. Portanto, sou uma estudiosa do tema e dos assuntos técnicos relativos à questão.

Está claro para nós que esse texto não pode ficar no relatório. Vários apelos já foram feitos aqui: escrevam explicitamente no texto o que não pode — por que não há coragem para escrever isso? — e limitem o projeto à autorização de produtos que não façam mal à saúde do povo brasileiro. Respeitem a Constituição! Respeitem o povo!



Da forma como está, não dá! O "liberou geral" não é um direito do Parlamento brasileiro.

Portanto, nós votaremos pela supressão do texto e a favor do destaque.

O PCdoB vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSC? (*Pausa.*)

Como vota o PPS? (*Pausa.*)

Como vota o PSOL?

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Fico pensando como é para a Deputada Jandira Feghali, uma médica cardiopediatra, ver uma criança nascer com um defeito e enfrentar uma vida inteira de dificuldades, exigindo do Estado grandes investimentos; ou ver alguém adoecer por câncer, quando todos os mais importantes órgãos científicos nacionais e internacionais e os maiores cientistas do mundo fazem relação entre o uso do agrotóxico e o câncer.

Em vez de melhorar o substitutivo, V.Exas. querem considerar aspectos econômicos, fitossanitários ou o uso de produtos substitutos, ou seja, tudo em nome do lucro! A sociedade brasileira que adoça, que morra! O Estado que invista no tratamento de doenças crônicas degenerativas!

O nosso voto é "não" a esse crime!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada.

Como vota o Patriota? (*Pausa.*)

Como vota o PHS? (*Pausa.*)

Como vota o PV? (*Pausa.*)

Como vota a Oposição?

V. Exa. tem a palavra por 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Hoje vale a máxima "*fala forte quem tem argumento fraco*".

Aqui não se respeita o princípio da precaução, que é um elemento fundamental: se, em 24 meses, não se consegue aprovar tecnicamente um produto, ele é liberado. O princípio da precaução é totalmente abandonado.

A segunda grande contradição diz respeito a quem quer a liberação. Uma parte da crítica é feita com a alegação de que o Estado não responde tecnicamente com agilidade ao fazer a liberação. Mas esses são os mesmos que votam pelo Estado mínimo, são os



mesmos que votam pela precarização dos servidores da área da saúde, do Ministério da Agricultura, da ANVISA, do IBAMA. Esses que querem destruir o serviço público são os mesmos que, agora, querem que o produto seja aprovado sem a devida autorização.

Votamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Concedo a palavra ao Deputado Marcos Montes, do PSD.

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Sra. Presidente, eu só queria que uma parte da fala do Deputado Edmilson Rodrigues fosse retirada do texto. Criança não nasce com defeito. Quando a criança tem algum problema, independentemente das razões, ela não é defeituosa, ela tem um problema.

Obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, Deputado, V.Exa. não tem a palavra.

Agora a palavra está com a Minoria.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, para não deixar...

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - V.Exa. é um médico que não tem autoridade, porque está querendo cometer genocídio. Vocês querem legalizar o genocídio! V.Exa. não tem autoridade ética nem moral!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Deputado, eu sou médico e sou pai de uma filha que tem problemas! Ela não tem defeito!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Defeito! Deficiência não é doença necessariamente!

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Tape a sua boca! Tape a sua boca!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Mas, quando provocada por esse crime que vocês querem...

(O microfone é desligado.)

O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Vá estudar, para não falar bobagem!

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu sou arquiteto, mas me envergonharia se fosse um médico defendendo um crime como este!



O SR. MARCOS MONTES (PSD - MG) - Não existe criança com defeito, Deputado. Eu falei com você com educação. Tire isso do seu vocabulário!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, por 1 minuto. *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Má-formação é defeito, não é doença necessariamente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, por favor!

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Vejo que as tensões se elevam, porque, de fato, a complexidade do tema é grande. Isso envolve saúde...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Respeite-me!

O Deputado está me chamando de palhaço, aquele palhaço ali!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, Deputado Edmilson! Por favor, Deputado Edmilson!

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Ele não foi provocar, não. Ele falou com educação.

Por favor, é melhor vocês pedirem desculpas um ao outro. Eu acho que vocês devem se entender.

Agora a palavra está com a Deputada Jandira Feghali.

Reponham o tempo da Deputada, por favor.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Nós temos que parar de usar a palavra "palhaço" no sentido pejorativo. Eu tenho imenso respeito à arte circense e acho que os palhaços merecem respeito desta Comissão e da Casa, inclusive os Doutores da Alegria, que levam autoestima e alegria às crianças nos hospitais. V.Exas. brincam, mas isso é muito sério.

Eu gostaria de dizer que temas complexos precisam ser tratados com a profundidade e a complexidade que merecem. O fato de se tratar isto aqui desta forma, sem se preocupar com a saúde e com o que sente o povo brasileiro, é o que nos leva a esse nível de tensão. O nível de desrespeito, de brincadeira e de agressividade com que tratamos as coisas aqui nos leva, inclusive, a votar errado, porque não há ninguém aqui acima do povo. Nós precisamos cuidar do povo.



Nós votamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Em votação.

Os Deputados favoráveis à aprovação da matéria destacada permaneçam como se encontram e os contrários se manifestem. *(Pausa.)*

Querem que eu leia de novo? *(Pausa.)*

Votar "sim" quer dizer aprovar a matéria destacada e manter o texto do Relator. Votar "não" é rejeitar a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Em votação. *(Pausa.)*

Rejeitado.

Aprovada a matéria destacada. Fica mantido o texto do Relator.

(Não identificado) - Verificação.

(Não identificado) - Verificação conjunta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Verificação conjunta concedida.

Abra o painel para a votação, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - O PSB está em obstrução, Sra. Presidente.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - O PCdoB está em obstrução.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A Oposição está em obstrução.

O SR. ALBERTO FRAGA (DEM - DF) - O Democratas vota "sim".

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT está em obstrução.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - O PDT está em obstrução.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - O PSOL está em obstrução.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deixe-me votar, por favor. Aguarde só 1 minutinho. Eu já lhe darei a palavra. *(Pausa.)*

Prestem atenção no painel, porque o sistema continua lento e não está registrando o voto!

Concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Houve aqui um bate-boca e eu queria fazer uma autocrítica se eu tiver cometido algum excesso. No entanto, um Deputado se levantar e chamar alguém de palhaço é uma ofensa aos palhaços e ao Deputado.



Por que eu usei o termo "defeito"? Eu queria ler uma resolução da Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, de 1984, que diz assim:

(...) todo defeito na constituição de algum órgão ou conjunto de órgãos que determine uma anomalia morfológica estrutural presente no nascimento devido a causa genética, ambiental ou mista (OPAS, 1984). Essa definição abrange todos os desvios em relação a forma, tamanho, posição, número e coloração de uma ou mais partes capazes de ser averiguadas macroscopicamente ao nascimento e/ou, segundo Freire-Maia (Freire-Maia, 1976), decorrente de condição morfológica congênita ainda que por ser discreta não tenha sido verificada na ocasião em que a criança nasceu.

O grupo de consulta da OPAS (...) ressalta a condição de ser identificada ao nascimento, para condições 'discretas' — entre aspas — referidas por Freire-Maia, reserva a expressão 'Defeito Congênito' (Birth Defect) onde inclui toda anomalia funcional ou estrutural (...).

Então, eu estou usando um termo técnico de uma organização internacional ligada à ONU, à OMS. Se ele é médico e julga que eu fiz alguma ofensa a alguma criança que nasceu com um defeito, eu não quis dizer que é doente, porque não é doente. Eu sou um educador e defendo a educação especial para tratar desigualmente as pessoas que são desiguais, mas há pessoas que têm dificuldades e, portanto, necessitam de acompanhamento especial, exatamente por ter uma dificuldade maior de visão ou de locomoção. Tecnicamente — não sou médico — isso é, sim, chamado de defeito.

Então, respeite um Deputado de Oposição que tem uma postura séria aqui e não aceita, de forma alguma, ofensa!

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

(Pausa prolongada.)

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Nós mudamos a orientação para "não".

Peço a palavra por 2 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - O PSOL também muda para "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Solicito que mudem para "não" a orientação da Oposição no painel.

Eu vou encerrar a votação e vou abrir o painel. V.Exas. tiveram tempo para votar.



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, eu estava tentando orientar, mas o microfone estava fechado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está encerrada a votação.
(Pausa.)

Anuncio o resultado da votação: "sim", 17; "não", 4; "abstenção", 0.

Aprovada a matéria destacada.

Fica mantido o texto do Relator.

Encontra-se sobre a mesa requerimento de quebra de interstício para se proceder ao pedido de verificação de votação do Destaque nº 2, de iniciativa do Deputado Nilto Tatto, que passo a ler:

Requeiro a V.Exa., nos termos do art. 185, § 4º, do Regimento Interno, a quebra de interstício regimental, para se proceder ao pedido de verificação de votação do Destaque nº 2.

Para encaminhar a favor, concedo a palavra ao Deputado Nilto Tatto.

V.Exa. dispõe de 5 minutos.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, esse pedido de quebra de interstício é para que nós possamos ter mais tempo para debater, porque o que se está percebendo aqui é o afogadilho. É comum neste Parlamento, quando uma maioria vai atender interesses outros, que se passe um tratoração para cima da minoria em determinados momentos.

O que nós estamos discutindo e votando aqui — e já foi votado o texto principal — é algo muito importante para o País, porque nós estamos aprovando uma lei que vai prejudicar a agricultura logo ali na frente. A população dos países que importam produtos da nossa agricultura pressiona seus governos, cada vez mais, para não comprar produtos com agrotóxicos e até transgênicos. E nós estamos aprovando uma lei que vai ampliar, aumentar o volume de agrotóxico, de veneno na produção.

Também é importante do ponto de vista da segurança alimentar. Nós já gastamos muito dinheiro, muito recurso público para curar as doenças causadas pelo uso e consumo do agrotóxico que chega à mesa de cada brasileiro. Aqueles que estão me ouvindo aqui sabem, e os Parlamentares desta Comissão também, que, na hora em que se circula País afora, percebe-se que aumentou o número de pessoas com câncer. Quem está aqui, os mais jovens, perguntem aos seus pais, aos seus avós se era tão comum, algum tempo



atrás, ter um parente próximo ou conhecido com câncer. Hoje isso é muito mais presente por causa do veneno que se está comendo na alimentação.

É isso, Presidenta. É preciso entender que é isso. Na hora em que o Brasil começar a colocar na balança o quanto o País gasta, o quanto de dinheiro público se gasta com saúde para curar as doenças causadas pelos agrotóxicos, nós vamos perceber que aquilo que se propala sobre a importância do setor agrícola para a balança comercial não é importante para a sociedade brasileira. Isso só é importante economicamente para meia dúzia que ganha dinheiro com a agricultura no Brasil, com a produção e a distribuição do veneno.

E volto a perguntar para o Relator se S.Exa. tem a coragem de colocar no relatório que no Brasil será proibido o uso de agrotóxico — ou de fitossanitário, o nome que ele quiser utilizar —, proibido o uso de fitossanitário que possa causar câncer. Não é inconstitucional colocar isso. Eu pergunto aos Parlamentares que estão aqui votando de acordo com o relatório, que interessa à indústria do agrotóxico, se têm coragem de votar que aqui no Brasil é proibido usar fitossanitário, agrotóxico, inseticida, pesticida que cause câncer. O Relator tem coragem de colocar isso no projeto de lei?

Por isso, Presidenta, é fundamental que cada votação seja nominal, que apareça o dedo de quem está votando a favor do veneno na alimentação, do veneno no prato de comida de cada brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra o requerimento, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, por 5 minutos.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados, como já estamos encaminhando e o objetivo da Oposição é fazer votações nominais, quero propor um acordo. Deputado Nilto Tatto e Deputado Alessandro Molon, V.Exas. aceitam que façamos todos os destaques com votação nominal. V.Exas. retirariam esses *kits* de votação, de não sei o quê, de acabar com o interstício para votação nominal, e nós faríamos votação nominal de todos os destaques. Não sei se V.Exas. gostariam de fazer esse acordo. Eu consulto a Mesa sobre se poderíamos construir esse acordo. Daí, Deputado Molon, nós poderíamos fazer, só para usar os meus 5 minutos... Mas pode responder, porque, daí, nós retiraríamos...

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, como eu não posso falar em nome de toda a Oposição, se V.Exa. suspender os trabalhos por 2 minutos, nós faremos o



acordo, e eu vou defender que retiremos o requerimento e que façamos o acordo. Mas preciso falar com os outros. Não posso responder em nome dos outros.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Acho que cada um pode responder.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, pelo PCdoB. V.Exa. está de acordo com a votação nominal dos destaques?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu estou de acordo. Desde que se garanta a defesa dos destaques e o encaminhamento de votação, não vejo nenhum problema.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Daí nós cumpriríamos todo o rito e seria retirado o *kit* obstrução.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra o Deputado Chico Alencar, pelo PSOL.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Nós estamos aqui há mais de 4 horas defendendo o debate, praticando o bom debate, de conteúdo. É óbvio que, se isso garantir a defesa e o encaminhamento dos destaques, a orientação e o voto, cada um manifestando claramente a sua posição, isso é saudável, e concordamos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra o Deputado Subtenente Gonzaga.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Por parte do PDT, a nossa compreensão é de que é preciso garantir a manifestação no encaminhamento e na defesa dos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Com certeza.

Tem a palavra o Deputado Bohn Gass.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Nós da Oposição também concordamos, porque é certo que todos os encaminhamentos serão feitos e todos poderão se manifestar. Então, nós também concordamos, mas é importante que haja, de fato, a votação nominal. Acho que esse convencimento de ter a votação nominal nesses destaques é muito importante, para a sociedade poder acompanhar e saber a designação de cada um.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - É o objetivo dos senhores. Daí melhoraria o bom andamento.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k. Então, todos estão de acordo. Vamos passar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT também é favorável. Na minha argumentação, o que eu explicitiei foi que deve ficar registrado como vota cada Parlamentar em cada emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu só gostaria que V.Exa. formalizasse a retirada de todos os requerimentos de quebra de interstício, o.k.?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, eu retiro os meus requerimentos — os de minha autoria, são dois. Esclareço, para que não haja dúvida, que nós os estamos retirando porque o objetivo desses requerimentos era garantir que a votação fosse nominal. Se a votação nominal está sendo concedida, nós os retiramos, porque está sendo alcançado o nosso objetivo de permitir que o País conheça a posição de cada Parlamentar.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou passar a palavra agora ao Deputado Covatti Filho, para 5 minutos de encaminhamento.

Esperem um pouquinho, desculpem-me. Eu preciso anunciar agora o Destaque nº 2, da bancada do PSOL.

Destaque para votação em separado.

Votação do § 6º do art. 3º e, por decorrência de mérito, do § 7º e da expressão "Registro Temporário — RT", constante nos §§ 9º e 10, todos do art. 3º do substitutivo.

Vamos ao encaminhamento de votação, dois a favor e dois contra.

Para encaminhar contra a matéria destacada, passo a palavra para o Deputado Ivan Valente, por 5 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Presidenta, peço que seja registrado que em todas as votações anteriores votei com o meu partido.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - É contra a matéria destacada e a favor do destaque que V.Exa. vai falar, Deputado Ivan Valente.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Perfeito.



Sra. Presidente, em primeiro lugar, nós fizemos esse destaque para votação em separado do § 6º do art. 3º e, por decorrência de mérito, do § 7º e da expressão "Registro Temporário — RT", nos termos dos §§ 9º e 10, pelo seguinte: nós íamos destacar a retirada total do art. 3º, mas, neste momento, nós temos que, no mínimo, minimizar as coisas. E eu queria dizer que a supressão desse texto é fundamental, porque o Relator, Deputado Nishimori, disse:

§ 6º Fica criado o Registro Temporário – RT (...), que estejam registrados para culturas similares — e ele acrescentou aqui uma novidade — ou para usos ambientais similares (...).

Isso não resolve o problema. Nós queremos retirar essa questão.

E eu queria, dialogando com todos os que nos ouvem agora, lembrar o seguinte: em relação ao problema principal — e está na defesa feita agora há pouco pelo Deputado Colatto, que a ANVISA continua com poder de verdade, que o IBAMA continua com poder —, citar, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o caso clássico que a SBPC mencionou no seu documento, rejeitando esse relatório, que era da pesquisadora americana Rachel Carson. Em 1962, ela denunciou os vários efeitos negativos do DDT nas plantações, criando naquele momento o Comitê de Consultoria Científica do Presidente dos Estados Unidos sobre a temática agrotóxicos, que forneceu elementos para a criação futura da Agência de Proteção Ambiental Americana — uma das mais poderosas do mundo. Ou seja, de onde nasceu a Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos? Não é o Ministério da Agricultura que manda lá. É o Ministério do Meio Ambiente. Aqui é o contrário.

O que foi feito é que na lei de 1989 havia o equilíbrio dos Ministérios para as autorizações. O Deputado Nishimori contentou-se com a palavra "analisar". S.Exa. acrescentou o "analisar", o "homologar", da ANVISA e do IBAMA, mas ele não deu a autorização. A autorização é do Ministério da Agricultura, que virou o grande *bunker* da bancada ruralista. Essa é a questão. Mas está errado.

Sra. Presidente, é óbvio que aqui temos um problema real. Não é à toa que a ANVISA, particularmente, rejeitou esse documento, porque é ela que faz a análise dos resíduos toxicológicos. O que foi feito no relatório foi a retirada da competência do setor ambiental na avaliação dos agrotóxicos de uso doméstico também, o que altera e retira a autonomia, na prática, do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Saúde. Não se pode fazer isso. Na verdade, essa questão é inconstitucional.



Se esse projeto chegar ao plenário — no que eu não acredito, e também não será aprovado pelo Plenário, porque tem um imenso desgaste, e a sociedade brasileira vai rejeitá-lo —, ele vai ser repudiado publicamente e não passará. Veneno não passa! Mas, se passar, haverá ação direta de inconstitucionalidade. Iremos ao Supremo Tribunal Federal para derrubar esse veneno. É óbvio que atrás disso aqui há poderosos interesses do poder econômico oriundo das grandes produtoras de agrotóxicos, como a Bayer e a Mitsui, que o Sr. Nishimori conhece muito bem, diga-se de passagem — S.Exa. conhece muito bem todas essas empresas. Há um grande interesse nessa disseminação.

Sr. Presidente, não podemos aceitar isso. Haverá um grande debate na sociedade. Por isso, queremos retirar essa parte, porque, na verdade, não se pode fazer registro temporário. Por isso, somos contra esse relatório da "bancada do Detefon" na Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, por 5 minutos.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaríamos de pedir o apoio dos colegas para manter o texto. Então, encaminhamos contra esse requerimento, com o objetivo de manter o texto.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Padre João, por 5 minutos.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - Sra. Presidente, esta é mais uma oportunidade que está sendo dada a cada Parlamentar de garantir um produto seguro, se é que podemos dizer que existe um produto seguro. Infelizmente, não existe, porque são os mesmos Parlamentares que votaram para precarizar as instituições, uma precarização absurda. Nós não temos fiscais do trabalho. A ANVISA está sucateada; as pesquisas estão sucateadas; a Emenda Constitucional nº 95 aprofunda esse sucateamento. Ou seja, criou-se um Estado mínimo, mínimo, que será incapaz de analisar o produto no tempo que eles estão querendo, no tempo que eles estão determinando por lei.

Ressalto, como já dissemos aqui, que nos Estados Unidos, que sempre foram referência para eles — nunca foram para mim —, esse processo demora de 6 a 8 anos. Agora, para o cidadão que está nos acompanhando, eles estão querendo aprovar um registro temporário, ou seja, não se faz uma análise correta, não se faz uma análise com precisão do impacto que aquele produto terá sobre o meio ambiente e não há ainda uma



análise do impacto sobre saúde. Se não o fizerem em 2 anos, há um registro temporário e o produto pode ser utilizado. Mas aí, em determinado tempo, ficará comprovado que esse produto gera um distúrbio neurológico, como outros que estão sendo utilizados, que leva a pessoa à depressão e ao suicídio.

Eu fui, Presidenta, Relator na Subcomissão de Seguridade Social e Família. O Deputado Osmar Terra foi o Presidente dessa Subcomissão. Lá, em parceria com diversas universidades — Universidade de Mato Grosso, coordenada pelo Prof. Pignati; Universidade do Ceará, com a Raquel; Universidade de Minas Gerais; UnB, com o Prof. Fernando —, ficou claro o nexos do agrotóxico com doenças renais e com o câncer. Agora, pesquisas mostram com clareza, com dados, o nexos do agrotóxico com distúrbios neurológicos, depressão e suicídio. Deputado Ivan, são produtos utilizados, por exemplo, na cultura do fumo e do café. Por isso, não é à toa que houve período em que Santa Cruz do Sul era campeã de suicídios no Brasil. Onde há essas lavouras, o índice de suicídio está nas alturas. Então, é isso, consumidor. Esse não é um problema só do trabalhador brasileiro, mas de todo consumidor. Então, é um problema seu, da cidade, da periferia. Onde quer que você more, você não tem a segurança de que os produtos que você está comendo são saudáveis, mesmo que sejam frutas, verduras e legumes, porque eles estão com veneno.

Agora, se for aprovado esse destaque que queremos derrubar, de responsabilidade do Estado brasileiro, bancado aqui pela bancada ruralista, a situação irá se agravar, porque, com estudo e aprovação do IBAMA, com análise da ANVISA, nós já temos esse caos. Há um nexos claro do agrotóxico com a doença. Agora, imaginem o que não teremos com o registro temporário: o produto vai poder ser utilizado sem uma análise rigorosa. É disso que nós estamos tratando.

Então, é muito importante acompanhar os Deputados que estão aprovando esse texto. É isto que se quer, alimento com mais veneno, alimento que garante doença e morte para si e para os familiares? Eu não quero isso para ninguém — nem para eles eu quero isso. Por isso a gente luta pela produção agroecológica, pela produção orgânica, cujo alimento garante saúde e vida para o nosso povo. Precisamos ter a segurança de que o que vem no nosso prato vai garantir saúde e vida.

Mas há um conchavo: as mesmas empresas que dominam o mercado das sementes dominam o mercado do agrotóxico e, agora, com essa fusão da Bayer com a Monsanto,



passam a dominar o mercado dos medicamentos vendidos na farmácia. É o caos do capitalismo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Padre João.

Passo agora ao anúncio da votação. Trata-se de destaque para votação em separado...

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Calma, calma. Eu vou explicar. Depois, eu vou encaminhar. Não vou pular nenhuma etapa. Por favor, tenham calma.

Eu vou anunciar como será a votação: quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto; quem votar "não" rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Agora eu passo para a orientação de bancada.

Como vota o PT?

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sra. Presidenta, conforme solicitei anteriormente, queria registrar que em todas as votações anteriores eu votei com o partido.

Nós estamos preocupados com esse projeto. Nós já deixamos claro aqui que ele prejudica a agricultura e a pecuária brasileira. O mundo inteiro está debatendo a agricultura saudável e a importância dos alimentos. Eles passaram a ser estratégicos no mundo inteiro, como uma questão de soberania importante para os países.

Portanto, nós precisamos debater um novo modelo para o Brasil. Nós não podemos estar aqui a serviço das grandes empresas multinacionais que produzem produtos químicos e venenos que contaminam a natureza e matam as pessoas, como já provado — não somos nós Parlamentares que estamos dizendo isso, mas a ciência, por meio de órgãos públicos, de fóruns reconhecidos e respeitados.

Por isso, o nosso partido vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado João Daniel. Será computado o seu voto com o partido.

Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o PSB votará contra o texto do Relator. Neste destaque para votação em separado, a nossa orientação será "não",



porque, como dissemos na orientação anterior, entendemos que essa ideia de registro temporário ou de autorização temporária é um erro gravíssimo.

Primeiro, esse registro temporário não tem prazo. É uma autorização temporária que pode durar eternamente: basta os órgãos de análise não analisarem o registro para que ela se prorrogue no tempo *ad aeternum*. Portanto, um produto cancerígeno continuará sendo usado no Brasil por anos, até que a análise termine e diga "não".

Por essa razão, a nossa orientação neste momento é "não" ao texto do Relator, a favor do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como orienta o MDB?

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Orienta "sim" a toda a base.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - O PSDB quer orientar.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra o Deputado Nilson Leitão, do PSDB, para orientar.

O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Eu só quero registrar que, nesse mesmo parágrafo, há um pouco de contrassenso. Ele deixa uma abertura de concorrência que o Brasil perdeu. Os mesmos que estão dizendo que existe, dentro desse grupo de empresas multinacionais que vendem para o Brasil... Esse parágrafo dá oportunidade para as pequenas, médias e outras empresas que têm o mesmo produto e não podem vender hoje, porque há um monopólio.

V.Exas. estão tirando de novas empresas o direito de ingressarem no mercado, impedindo que haja concorrência, para poder dar manutenção àquela meia dúzia de empresas multinacionais. O PT, durante 14 anos, ficou no poder e não mexeu nelas. Agora, ele não vai dar oportunidade a novas empresas de entrarem nessa concorrência. Olhem o contrassenso da votação da Esquerda!

Era isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, vou me esforçar para fazer aqui uma comparação com algo da minha profissão — sou policial militar. Imaginem: estamos testando um colete à prova de balas, mas não deu tempo de assegurar direito sua eficácia; nós vamos pôr esse colete no peito do soldado e atirar nele repetidamente para ver o que acontece? Acho que esse registro temporário vai ser como testar um colete no peito do soldado. Não há como sermos favoráveis a essa proposta.



O PDT vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, eu disse isto há pouco, mas vou repetir: nós estamos no mundo com aquele olhar de que somos aspirantes à colônia. É impressionante como abrimos mão de altivez, de soberania, de afirmação do Brasil. É incrível! Nós somos aspirantes, mesmo. Nós estamos a cada dia com mais baixa autoestima, baixa imposição no mercado internacional. Estamos entrando de cabeça baixa e cada vez somos mais ridicularizados no mundo.

Imagino as outras economias olhando para nós e rindo da nossa cara. Aliás, na imprensa internacional, nós somos cada vez mais ridicularizados. Somos aquele País imenso, com muita matéria-prima, com muita riqueza, que está doando tudo, numa genuflexão permanente — cabeça baixa, aquela coisa absolutamente folclórica —, infelizmente. O povo brasileiro não merece isso.

Por isso, somos a favor da supressão do texto do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputada Jandira.

Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Já que estamos na fase das metáforas, como a que o Deputado Subtenente Gonzaga usou muito apropriadamente, eu diria, sem ser eletricista instalador, que esse registro temporário é uma gambiarra. E é uma gambiarra de país subdesenvolvido, porque a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, que se menciona aqui, atribuindo a autorização a determinado produto por três países como suficiente para trazer esse agrotóxico para o Brasil, tem na verdade 37 países.

Então, o elemento econômico, que sempre predomina, agora é agravado pela subalternidade. Está-se desprezando a soberania do Brasil e tratando de forma errônea as características de cada país. Um produto pode ser mais assimilável num país da OCDE do que aqui. Isso desconsidera clima e tudo o mais.

Nosso voto é contrário. O voto do PSOL é "não", contra esse registro temporário.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PRB, Deputado Adilton Sachetti?

O SR. ADILTON SACHETTI (PRB - MT) - Acho que se devem esclarecer algumas coisas.



Há 3 anos nós tivemos um problema gravíssimo com uma lagarta, a *Helicoverpa*. Aqui no Brasil não havia o produto que a combatia. Não tínhamos legislação para trazer o produto para cá. Paraguai, Argentina, Bolívia e Uruguai já haviam autorizado o uso em seus territórios do produto que combatia essa lagarta.

Pois bem, o que está se colocando agora nesse parecer é que se pode trazer, numa emergência, determinado produto para cá. É muito melhor que ele já tenha sido aprovado em outros países — no mínimo, três países —, porque isso nos dá a certeza de que já houve estudos e de que podemos, emergencialmente, trazê-lo para cá. Naquele caso, o Brasil perdeu 20 bilhões de reais por não ter o produto registrado aqui.

Então, nosso voto é "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Adilton Sachetti.

Como orienta a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Um colega Deputado falou há pouco que nós estaríamos tirando a concorrência de outras empresas que poderiam vir disputar o mercado aqui. Isso está ultrapassado. As empresas multinacionais já fizeram suas funções. São cinco grandes grupos que estão disputando, e estão disputando desde a produção da técnica, da semente, do veneno e do produto farmacêutico. Sabendo que as pessoas vão se envenenar, eles já estão se preparando para vender o remédio. Então, essa história é totalmente ultrapassada.

Na verdade, por que estamos votando contra o texto? Porque ele é contrário ao princípio da precaução. Quando o produto não tem autorização, primeiro se tem que pensar no consumidor. O princípio da precaução é exatamente isso. Mas aqui temos o contrário: vai-se aprovar em benefício da empresa, e não do consumidor.

Então, realmente não dá para votar a favor do texto. Nós votamos "não", por sermos favoráveis ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sempre se argumenta como se nós estivéssemos contra a agricultura. Não é disso que se trata. Que existam os produtos; o problema é decidir quais deles utilizar e com que rigor, com que cuidado eles devem ser analisados. Não somos contra matar o que prejudica a planta, o que prejudica o alimento,



o que prejudica a produção. O problema é que nós não queremos matar as plantas e as pessoas, ter uma alimentação não saudável, desequilibrar o meio ambiente. Temos que pensar nesse equilíbrio, nesse conjunto, no que se chama ecossistema. Nós somos a favor da produção, mas devemos discutir que produção queremos, com que produto. Essa é a discussão. O que nós não queremos é que se tire a análise de risco. Então, que venham os produtos certos, segundo o cuidado com a saúde humana.

Por isso, votamos "sim" ao destaque e "não" ao texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputada Jandira Feghali.

Votação nominal.

Está iniciada a votação. Abram o painel, por favor. *(Pausa.)*

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Tem a palavra V.Exa.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, apenas quero colocar aqui o que está escrito no § 6º do art. 3º, que é objeto desta emenda. Ele diz o seguinte: "*§ 6º Fica criado Registro Temporário – RT para os Produtos Técnicos, Produtos Técnicos Equivalentes, Produtos Novos, Produtos Formulados e Produtos Genéricos (...).*" Isso quer dizer que os produtos genéricos que já são usados no País podem ser utilizados e formulados por empresas no Brasil. Hoje isso não é permitido, porque a empresa que criou o produto não deixa.

E nós estamos impedidos de aplicar esses produtos em áreas de culturas similares. Por exemplo, determinado produto que pode ser aplicado no tomate não pode ser aplicado na batata. As pragas são as mesmas, o produto é o mesmo, mas, como não está registrado, não se pode aplicar. Por isso, nós estamos com problemas em relação aos hortifrutigranjeiros e às frutas. O Brasil não pode exportar frutas porque não tem registrados produtos chamados *minor crops*, que são produtos pequenos, que as empresas não têm interesse em registrar porque vão faturar pouco. Como nós não temos esses produtos registrados no Brasil, não podemos exportar as frutas para outros países.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está encerrada a votação.

(Intervenções fora do microfone.)



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está encerrada. V.Exas. tiveram... Há 15 há mais de 5 minutos. O Deputado falou por 3 minutos.

Está encerrada a votação nominal.

Resultado da votação...

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sra. Presidente, peço, então, que registre novamente o meu voto com o partido. O computador aqui não está funcionando. Vou achar uma mesa em que ele funcione.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k. O Deputado João Daniel votou com o partido, votou "não".

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Eu votei "não", mas não foi aceito o registro aqui, não sei por que motivo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O Deputado Edmilson Rodrigues votou "não".

Está encerrada a votação. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Resultado da votação: votos "sim", 17; votos "não", 7.

O Deputado Edmilson Rodrigues votou "não".

Aprovada a matéria destacada. Fica mantido o texto do Relator.

Tem a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Só quero fazer uma sugestão. Quando vota todo mundo junto, o sistema se sobrecarrega e não registra o voto. É preciso esperar um pouco mesmo, porque às vezes votamos duas, três vezes, e o sistema não registra. Aí, fica-se sem o registro do voto do Deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputada. Sua sugestão será atendida.

Destaque nº 6, da Bancada do PSB, para votação em separado do § 2º do art. 4º do substitutivo.

Encaminhamento da votação. Falarão dois oradores favoráveis e dois contrários.

Concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon, para que encaminhe contra a matéria destacada, por 5 minutos.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, eu queria pedir a atenção dos colegas para um ponto muito grave do relatório.



O que foi que o Relator escreveu? *"O processo decisório de gestão de riscos será fundamentado na análise de riscos nos processos de registro de pesticidas e de produtos de controle ambiental, produtos técnicos e afins."*

Ora, Presidente, o próprio texto do Relator diz um pouco antes o que é gestão de riscos. Veja V.Exa. que excrescência está escrita na alínea "c" do inciso VI do art. 2º:

Gestão dos riscos - o processo, decorrente da avaliação dos riscos, que consiste em ponderar fatores políticos, econômicos, sociais e regulatórios bem como os efeitos sobre a saúde humana e meio ambiente, em consulta com as partes interessadas, tendo em conta a avaliação dos riscos e outros fatores legítimos e, se necessário, selecionar opções apropriadas para proteger a saúde e o meio ambiente.

Presidente, V.Exa. me desculpe. Eu não estou conseguindo me concentrar. Está havendo muito barulho.

(A Sra. Presidenta faz soar as campainhas.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu peço silêncio no plenário enquanto o Deputado está falando, por favor.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, eu gostaria só que a contagem do meu tempo fosse interrompida, porque eu gostaria de falar com silêncio.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, acrescentem 1 minuto ao tempo do Deputado.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Obrigado.

Por que esse trecho do relatório do Deputado Luiz Nishimori é muito grave? Presidente, veja qual é o conceito de gestão de riscos: *"o processo, decorrente da avaliação dos riscos, que consiste em ponderar fatores políticos, econômicos, sociais e regulatórios bem como os efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente"*, ou seja, na gestão de riscos, o principal são os fatores políticos e econômicos. A saúde humana vem em último lugar. Está escrito na alínea "c" do inciso VI do art. 2º.

O processo de gestão de riscos é um processo que diz respeito à análise política e econômica e também à saúde humana. Isso é um absurdo. Nós estamos tratando da vida das pessoas. Gestão de riscos, Sra. Presidente, não pode considerar fatores políticos nem muito menos econômicos em primeiro lugar. A gestão de riscos deveria considerar, em primeiro lugar, a saúde humana; em segundo lugar, o meio ambiente; em terceiro lugar, os



demais fatores. Isso não existe em lugar nenhum do mundo, Sra. Presidente! Isso é uma aberração! Isso tem que sair do parecer do Relator.

Quem votar a favor desse texto está dizendo, na prática, que autorização de agrotóxicos deve considerar fatores políticos e econômicos e também a saúde humana, se der. Só faltou falar assim: *"se isso não atrapalhar o resto"; "se a saúde humana não atrapalhar a economia, leve em conta a saúde humana também"; "se o meio ambiente não atrapalhar a economia, leve em conta o meio ambiente também"*. Isso é uma inversão total de valores, mas não é dos meus valores. É a inversão dos valores que estão gravados na Constituição Federal. Na Constituição Federal, os direitos fundamentais vêm antes do resto. E o direito à saúde é um direito fundamental. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito fundamental. A política e a economia vêm depois. Primeiro, vem a saúde. Primeiro, vem o meio ambiente. Primeiro, vem a ciência. Depois vêm os interesses, Sra. Presidente.

Quero fazer um apelo aqui aos colegas para que me ajudem, votando "não" a esse texto. Vamos votar "não" ao texto do Relator. Vamos retirar essa previsão de gestão de riscos, que é um equívoco. O Relator está equivocado ao propor isso. E vamos fazer com que a análise se baseie na proteção da saúde e da vida das pessoas. Aqui os colegas que votaram a favor do texto principal têm a oportunidade de mostrar que estão preocupados, em primeiro lugar, com a saúde humana, e não com fatores políticos e econômicos.

Que fatores políticos são esses, Sra. Presidente? Que história é essa de que, para autorizar agrotóxico, se tem que considerar fator político? Fator político como? Será que vai depender da posição política da empresa que está pedindo registro? Que fator político é esse a se considerar na autorização de agrotóxico? Cadê a ciência, Sra. Presidente? Aqui tem que haver a palavra INCA, da FIOCRUZ, da ANVISA, e não considerar fator político. O Ministério da Agricultura não tem que considerar fator político nenhum. Ele tem que ouvir o que é bom para a saúde humana e para o meio ambiente, e não fator político.

Isso é um equívoco completo. Por isso, a nossa orientação é "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Alessandro Molon.

Agora, para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - "Sim" à matéria. "Não" ao destaque.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Agora, para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, por 5 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Sra. Presidente, é lamentável que não haja o contra-argumento a partir de um alerta absolutamente importante que o Deputado Alessandro Molon trouxe aqui. Parece que nós estamos inventando, com essa gestão dos riscos — inclusive com a definição conceitual dela no projeto —, uma espécie de ato falho legislativo. Ato falho é um conceito psiquiátrico; é quando se revela, num gesto, numa palavra, numa frase aparentemente mal colocada, um desejo profundo.

Como destacou o Deputado Alessandro Molon, e eu quero reiterar, quando se define gestão de riscos — e a ordem do que está colocado aqui altera muito o resultado —, está se dizendo que ela, a gestão de riscos, consiste em ponderar, para a decisão da liberação de um produto tóxico na agricultura brasileira — vejam a ordem — os fatores políticos, econômicos, sociais e regulatórios, bem como os efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente. Vejam, então, que está claríssimo aqui o tal ato falho. Eu gostaria que os defensores do texto que nós queremos suprimir, que o PSB propõe que seja retirado, argumentassem. Está claro que o fator político e o econômico estão preponderando sobre a saúde humana e o meio ambiente.

Esse conceito, que traz outras subdefinições, como "risco inaceitável", no capítulo "das generalidades", lima, elimina completamente os atuais critérios de proibição de registro de agrotóxicos no País, que são — daí a preocupação da ONU de que esse marco regulatório seja dinamitado — baseados em situações concretíssimas: perigos inerentes de produtos que possam contribuir para carcinogenicidade, mutagenicidade, teratogenicidade, distúrbios hormonais, danos ao sistema reprodutivo. Tudo isso desaparece, e surgem as brechas para a oferta de produtos no mercado nacional. Aliás, é muito pujante o mercado nacional dos agrotóxicos, é um dos cinco mais pujantes do planeta. Deixam-se essas brechas para a venda aqui no mercado nacional de produtos que já não vão ter esse crivo concreto de mutações, de doenças, de produção de danos gravíssimos à saúde humana. Isso, portanto, é algo que nós temos que contestar, que nós temos que questionar, que nós temos que criticar.

Já que falam tanto em ciência, quero citar Stephanie Seneff, uma cientista sênior do Instituto de Tecnologia de Massachusett, o MIT, lá dos Estados Unidos. Ela diz o seguinte: "*O uso excessivo de glifosato*" — que é muito importante para os transgênicos — "*em nossa*



alimentação está causando doenças como Alzheimer, autismo, câncer, doenças cardiovasculares e deficiências da nutrição, entre outras". Não vamos minimizar isso. Não vamos esquecer isso.

Essa pesquisadora, pela sua experiência de vida, já publicou mais de 170 artigos científicos, estudando, por mais de 30 anos, essas doenças todas que o "progresso humano", entre todas as aspas possíveis, vai trazendo. Ela está falando especificamente do glifosato, cuja utilização pode ser ampliada. Será que tudo isso é uma invenção? Será que tudo isso é mero discurso? Não! É preocupação concreta com a saúde humana, que está efetivamente sendo precarizada com este projeto de lei. Vamos retirar essa análise de riscos, que o risco é todo da população.

Nosso voto, portanto, Presidente, é para retirar do texto a matéria destacada. Nós apoiamos o destaque do Partido Socialista Brasileiro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho, por 5 minutos.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Presidente, nós somos a favor da manutenção do texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Covatti.
Anúncio da votação.

Trata-se de destaque para votação em separado. Quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator; quem votar "não" rejeita a matéria destacada e o texto do Relator fica alterado.

Orientação de bancada, por 1 minuto.

Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Presidente, o PT vota para retirar do texto a matéria destacada, porque discorda do uso desse conceito de risco em um projeto de lei que trata de vidas humanas, da saúde. Isso mostra o quanto este relatório não está preocupado com a saúde humana nem com o meio ambiente. O risco é para quem? É para a economia, para as empresas interessadas em ganhar dinheiro com os agrotóxicos? Então não cabe, no projeto e no debate, esta questão.

Deputado Nishimori, acho que V.Exa. exagerou ao querer colocar esse conceito em debate sobre questão de saúde.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o MDB?



O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, é preciso desmistificar essas questões colocadas aqui para o público. Elas não são verdadeiras. Só se leu o § 2º do art. 4º.

Veja o que diz o § 3º do art. 4º:

Art.

4º

.....
.....
§ 3º Fica proibido o registro de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins que, nas condições recomendadas de uso, apresentem risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente, ou seja, permanecerem inseguros, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.

Então, não é verdade que nós estamos colocando a análise de risco sem qualificação, sem critério, etc. O § 3º do art. 4º dá realmente a segurança de que nós precisamos.

Por isso, nós votamos "sim" ao texto, "não" ao destaque.

A base vota "sim", Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Colatto.

Como vota o PSB?

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Sra. Presidente, pelo menos o Deputado Valdir Colatto veio discutir a matéria, que foi desprezada pelos colegas da base que o antecederam, porque só disseram "o Governo vota 'sim', a base vota 'sim'", como se isso fosse um assunto de base.

O Deputado Molon coloca este destaque da nossa bancada porque, na gestão de risco, Deputado Valdir, que V.Exa. levantou agora, fala-se em fatores políticos e econômicos à frente da questão da saúde humana e meio ambiente. E o nosso próximo destaque é justamente sobre a questão dos riscos inaceitáveis.

Enfim, não se pondera a ordem. O Relator podia ter colado isso como uma questão natural. O outro destaque nosso é justamente sobre o assunto que V.Exa. pondera. Nós não podemos colocar a questão de saúde humana como ponderação para que isso aconteça. Nós vamos claramente votar "não", pela retirada desse texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Júlio.

Como vota o PDT?



O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, com todos os cuidados de hoje, já há epidemias, endemias, e, depois que elas vêm, nenhum projeto de lei resolve. Nós estamos tratando de um projeto que envolve saúde pública, a saúde das pessoas, os riscos. A compreensão do PDT é de que este destaque do PSB merece ser acolhido. Eu concordo com a argumentação trazida pelo autor, o Deputado Molon, que falou pelo PSB. Sobrepor o risco político-econômico ao risco de saúde pública, ao risco de endemias, enfim, não pode ser aceitável no encaminhamento de uma votação como esta.

Portanto, o PDT vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o Podemos? (*Pausa.*)

Como vota o PROS? (*Pausa.*)

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidenta, acho que a argumentação ficou bastante clara. O conceito de gestão de risco explicitado no início do parecer de fato incorpora questões que deixam o conceito dúbio. Na verdade, não é nem dúbio, ele prioriza critérios que não devem ser os mais importantes da gestão de risco e despreza, ou subestima, ou inferioriza, ou submete, conceitos técnicos da gestão de risco. Uma questão que envolve a saúde deveria estar acima dos critérios políticos, por exemplo, da gestão de risco.

Então, quando, no parágrafo do artigo, a gestão de risco é remetida ao conceito que está acima, ele de fato não pode ser mantido da forma como está. Por isso a supressão é importante. Ou se suprime o conceito que está acima ou se suprime o artigo que está embaixo. Esse parágrafo, então, como está colocado aqui, não pode.

O destaque é correto, inclusive tecnicamente. O problema aqui deixa de ser "base, não base". Aqui há um problema técnico, que, se não tirarmos, de fato se submeterá a saúde a um critério político, e aí o dispositivo não poderia permanecer. Então nós deveríamos suprimir essa parte. Deveria até ser acordo nesta Comissão suprimir o parágrafo do destaque, aprovar o destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Então, V.Exa. encaminha...

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - "Não" ao texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como encaminha o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, o PSOL vai encaminhar "não" ao texto, a favor da supressão colocada pelo PSB.

Eu acho que essa discussão que nós fizemos aqui sobre o risco aceitável, desde que se tenha a decisão de liberar, inclusive em caráter temporário, algo que depois não vai se tornar definitivo — porque é disso que se trata —, é minimização do risco o tempo inteiro. Na verdade, é assim: é a confiança nas grandes multinacionais. Não há Estado regulatório no Brasil, fiscalizador. É por isso que a ANVISA foi escanteada, porque é exatamente ela que analisa os resíduos dos agrotóxicos. É por isso que o Ministério da Saúde também rejeitou essa proposta. Por isso somos pela retirada...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota a Oposição?

V.Exa. tem 1 minuto.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - A Oposição, Presidenta, identifica neste ponto a grande contradição da bancada que defende os venenos. Eles falam pouco porque não têm mais argumento; mas, quando falam, eles sempre dizem assim: "*Deveria prevalecer a questão técnica da ciência*". Pois bem, aqui vão legalizar o contrário. E o que é legalizar o contrário? É fazer com que o político prevaleça sobre o técnico. Aliás, recentemente, o MAPA retirou o Diretor que queria o fim da interferência política na inspeção. E ele reclamava da ingerência, da insatisfação que ele criava nos empresários. E ele fez a seguinte fala: "*A solução para esse tipo de problema passa principalmente por um esforço do setor privado de melhorar seus sistemas de autocontrole e parar de buscar soluções políticas para temas técnicos*".

Então, neste momento, ao mantermos o texto como está, nós vamos privilegiar a política sobre a técnica, que é exatamente o contrário do recomendado.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidenta, eu não sei até onde há desinformação. Aliás, não é desinformação, não. Acho que é um movimento articulado de negar os princípios técnicos fundamentais no relatório, porque isso não passou despercebido, nem pelo Relator, nem por quem está defendendo o projeto. Eu fiz um apelo meio ingênuo aqui, acho, no sentido de um acordo. Sinceramente, depois que falei, eu me



senti bem ingênua. Sinceramente, o apelo foi meio bobo até, porque é óbvio que, depois que não se submete à saúde, o projeto inteiro se submete a interesses menores, na verdade. E digo isso porque, diante da saúde, qualquer interesse é menor.

Então, eu lamento profundamente que esse destaque não seja aprovado, que o texto permaneça, porque gestão de risco não pode ser isso que está escrito.

Lamento, Relator, que isso permaneça assim.

A Minoria encaminha "não" ao texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputada Jandira Feghali.

Vamos para a votação nominal.

Em votação. Declaro aberta a votação.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - A base vota "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Quero pedir àqueles que vão votar que verifiquem se realmente apareceu o voto no painel, que continua lento.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidenta, na informação dada no início dos nossos trabalhos aqui, quando V.Exa. respondeu a uma indagação do Deputado Alessandro Molon sobre os Deputados que foram substituídos, eu havia entendido que a Deputada Raquel Muniz havia sido substituída, mas ela está no painel.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - É que está demorando, não está entrando o registro. Temos que esperar.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG) - Mas, inclusive, a Deputada Raquel Muniz já votou.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu queria entender se ela é membro da Comissão ou não.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Ela foi substituída.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Digo isso porque o informe disse que ela foi substituída. *(Pausa.)*

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Algum ruralista foi embora?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Posso encerrar a votação?
(Pausa.)

Acho que votar na máquina será mais rápido. *(Pausa.)*



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - É porque, quando todo mundo vota junto, sobrecarrega.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Votou, Deputado Ivan Valente? Deu certo? (*Pausa.*)

Encerrada a votação.

Vamos proclamar o resultado: "sim", 16; "não", 8; "abstenção", zero.

Aprovada a matéria destacada. Fica mantido o texto do Relator.

Destaque nº 7.

Votação da expressão "*inaceitável*", constante do §3º do art. 4º do substitutivo, e, por decorrência lógica, da expressão "*ou seja, permanecer em seguro, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco*".

Encaminhamento da votação.

Vou chamar dois oradores para falar a favor e dois para falar contra.

Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Alessandro Molon por 5 minutos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, quero somente registrar que, na votação anterior, votei "não". Houve um problema técnico aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O.k. O Deputado Edmilson Rodrigues votou "não".

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, aqui nós temos, talvez, o maior problema do projeto, senão um dos maiores. Veja bem, a lei em vigor no Brasil sobre agrotóxicos proíbe que sejam registradas substâncias que ofereçam perigo de causar câncer, má-formação fetal e mutação genética. Portanto, se alguma das substâncias que se tenta registrar tiver em si a possibilidade de causar câncer, mutação genética ou má-formação fetal, ela não pode ser registrada. Esse é o conceito presente hoje na lei brasileira. A lei brasileira está sendo revogada por esse substitutivo do Relator.

No § 3º do art. 4º, que nós estamos tentando tirar, esse conceito de perigo é substituído pelo conceito de risco inaceitável. E qual é o conceito de risco inaceitável? Se a substância que se quer registrar, usada da forma como manda a bula, na quantidade que manda a bula, não tiver a probabilidade — atenção, "probabilidade" em vez de "possibilidade" —, ela pode ser registrada. Essa é a mudança conceitual. O conceito de



perigo está sendo substituído pelo Relator pelo conceito de risco. Perigo diz respeito à possibilidade. Risco diz respeito à probabilidade.

E nós não aceitamos essa mudança. Basta ler o projeto. Quem está dizendo isso é o Ministério Público, é o Instituto Nacional do Câncer — INCA, é a FIOCRUZ, é todo mundo. Isso está errado, esse conceito está errado. Nós não aceitamos que haja o conceito de risco aceitável. Como é que alguém pode considerar aceitável o risco de causar câncer nas pessoas? Como é que alguém pode considerar aceitável o risco de causar má-formação fetal? Esse risco, por si só, é inaceitável. Não se pode registrar esse tipo de substância! Mas o projeto do Relator permite. É uma questão de probabilidade, e não de possibilidade.

Eu quero me dirigir a um colega que balance a cabeça, dizendo que não. Eu quero dizer sinceramente que essa não é a minha opinião, Sr. Presidente. Quem está escrevendo isso são os órgãos científicos brasileiros, os órgãos públicos brasileiros, que estão preocupados com isso. Eu não estou inventando isso. Eu não estou imaginado, isso não é imaginação minha. *"Ah, o Deputado Molon vê fantasmas!"* Não, isso está escrito nas notas técnicas. Basta lê-las.

Contudo, se os colegas não querem aceitar a posição da FIOCRUZ, não querem aceitar a posição da ANVISA, não querem aceitar a posição do INCA, porque dizem que lá as pessoas estão mentindo, então quem é que está falando a verdade? É a indústria química transnacional, que quer vender esses produtos? Eu vou deixar de acreditar na FIOCRUZ e no INCA para acreditar nas empresas que querem vender esses produtos? Quem é mais crível? Qual é o interesse econômico da FIOCRUZ, da ANVISA e do INCA em rejeitar isso? Nenhum. Qual é o interesse econômico dessas empresas em vender esses produtos? Todo.

Aliás, essas empresas ganham dinheiro duas vezes. Sabe por quê, Sr. Presidente? Algumas delas vão vender o veneno — e ganham dinheiro vendendo veneno — e vão ganhar dinheiro vendendo o remédio para a doença. Digo isso porque essas empresas, algumas delas, produzem também os remédios contra o câncer. Os quimioterápicos são produzidos por algumas dessas empresas.

Então, elas produzem a doença e ganham dinheiro, vendem o remédio e ganham dinheiro. E nós vamos aceitar isso? Esse é um risco aceitável? Esse risco é inaceitável!

Por isso, é fundamental tirar este trecho do parecer do Relator. É muito grave!



Sr. Presidente, vou falar a V.Exa. sinceramente: na minha opinião, nesses 8 anos em que estou aqui, nunca votei algo tão grave para o Brasil. Voto "não"!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Alessandro Molon.

Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Sr. Deputado Valdir Colatto.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, nós votamos pela manutenção do texto e contra o destaque.

E está bem claro aqui. Acho que o Deputado se enganou. Nós estamos dizendo:

Fica proibido o registro de pesticidas, de produtos de controle ambiental e afins que, nas condições recomendadas de uso, apresentam risco inaceitável para os seres humanos ou para o meio ambiente, ou seja, permanecem inseguros, mesmo com a implementação das medidas de gestão de risco.

É segurança total o que o Deputado Luiz Nishimori está dando.

Votamos "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Sr. Deputado Chico Alencar, por 5 minutos.

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - Conforme comentou um colega aqui, esta é uma questão de língua portuguesa, exatamente! A língua portuguesa, que é a nossa Pátria — a nossa Pátria é a nossa língua —, tem conceitos precisos, concisos, delimitados, e conceitos largos, genéricos, imprecisos, facilitadores da má compreensão das situações. Do ponto de vista do legislador, aprendi aqui, sobretudo com as nossas assessorias, ao longo de quatro mandatos: quanto mais objetivo o texto da lei, quanto mais direto o texto da lei, melhor, para que a lei não caia no limbo, que é muito forte no País, da lei que não pega, da lei que é letra morta. Por isso, se estamos criando, e é disto que se trata, um novo marco regulatório dos agrotóxicos no Brasil, a precisão é fundamental.

Quando se introduz o conceito do risco inaceitável, o legislador está abrindo a possibilidade do risco aceitável, em termos de saúde humana, em termos de alimentação, em termos de produção agrícola, essa maravilha do ser humano! Uma das mais decisivas revoluções na caminhada da humanidade ao longo dos séculos foi a revolução agrícola, algo que é próprio do ser humano, que nos constitui como gente. O ser humano é o único dos seres vivos capaz de cozinhar os próprios alimentos, capaz de cultivo, e isso modificou



muito a trajetória da humanidade e nos deu longevidade. Não somos o mais forte dos animais, nem de longe, mas somos até aqui — embora, às vezes, um Donald Trump da vida prove o contrário — o mais inteligente dos animais. E essa inteligência nos levou à revolução agrícola. Agora, quando nós chegamos a esta etapa de definir na legislação de todos os países o que é saudável para o ser humano e o que é nefasto — porque se pode fazer a fissura do átomo, que é maravilhoso, e também a bomba atômica, que é terrível e letal —, nós estamos aqui também procurando evitar os riscos, acabar com esses riscos.

Criar o subtexto do risco aceitável é, de novo, subordinar o interesse da saúde pública, da população e dos povos, ao interesse meramente econômico-financeiro e — eis o inusitado do texto — ao interesse político. Eu quero que os nossos contendores aqui digam o que é interesse político que pode normatizar a liberação ou não de um agrotóxico, que pode ser usado como critério acima da saúde humana e da boa alimentação.

Nós queremos mesmo dizer que esse texto que fala: "*Fica proibido o registro de pesticidas*"... Aliás, a autorização para isso — está no texto — fica ao exclusivo alvedrio ou à exclusiva determinação do Ministério da Agricultura. Saúde e Meio Ambiente dançaram, nessa autorização. O texto é sutil, mas se trata de uma sutileza concreta. Serão os órgãos da Agricultura, do setor agrícola, como diz o texto, que vão autorizar o uso dos pesticidas.

E aqui também, na continuidade dessa flexibilização, introduz-se nada aceitável conceito de "risco inaceitável". Isso é impreciso. Isso desqualifica aquilo que deve ser a mira do legislador: aquilo que produz doença concreta. Já relatei aqui várias dessas doenças, especialmente o câncer.

Nós queremos liberar (*inaudível*). O voto é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Agora, vou fazer o anúncio da votação.

Trata-se de um destaque de votação em separado. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator; quem votar "não" rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Orientação de bancada.

Como vota o PT? (*Pausa.*)

Com a palavra o Deputado João Daniel, por 1 minuto.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sra. Presidente, o PT tem um compromisso com a natureza e com a vida. A nossa bancada e o nosso partido têm clareza da importância da



alimentação, da vida, da cultura, do meio ambiente, de tudo isso, para não termos risco no momento em que nós abrimos para atender aos interesses de cinco grandes empresas no mundo que dominam hoje as indústrias química e farmacêutica. A ganância dessas empresas não tem limite. Não estão preocupadas, em nenhum momento, com os milhões de pessoas que estão se alimentando mal e sofrendo por causa de doenças.

Nós temos muita preocupação e achamos que estamos trabalhando nesta Casa em um projeto contrário...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o MDB?

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Vota "sim" e pede a toda a base que vote "sim".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, aqui disseram que nós não estamos sabendo interpretar bem o texto. Parece-me que nem nós, nem a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ, nem o Instituto Nacional do Câncer, nem o Ministério Público, ninguém sabe interpretar corretamente o texto, só a bancada ruralista.

Vejam o que diz o Ministério da Saúde: *"Contraria os critérios de regulação da Comunidade Europeia, alterados recentemente, de risco para perigo, igualando ao previsto na Lei em vigor no Brasil (...)"*, ou seja, a lei no Brasil diz: *"Se tem perigo, não registra"*. A lei europeia dizia: *"Se tem risco, não registra"*, mudou para "perigo", copiaram o nosso exemplo. E nós vamos andar para trás?! Não é razoável, Sra. Presidente.

O PSB orienta o voto "não", porque não há risco aceitável para a saúde humana dos brasileiros.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Molon.

Como vota o PDT? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, eu quero agregar o tempo de Líder nesta votação.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. Dispõe de mais 4 minutos, Deputada.



A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu esperei para agregar o tempo de Líder neste destaque porque este é um destaque que fala muito de perto aos conceitos de saúde, como todo o projeto, mas este destaque o faz de forma particular.

Para estudar os processos produtivos, todos nós fazemos um imenso esforço para estudá-los, porque se trata da economia, de algo que interessa ao conjunto da sociedade. E nós sempre esperamos que todo mundo que estuda economia e processo produtivo tenha o mínimo de cuidado de estudar um pouco os textos da saúde, as categorias epidemiológicas: incidência, prevalência, morbidade, mortalidade, resolutividade, risco.

Sinceramente, depois de 7 horas e 42 minutos em que nós estamos aqui dentro... Pelo menos, nós, porque a base do Governo demorou 2 horas para completar o quórum! Eu estou aqui desde o meio-dia, na hora marcada. Nós estamos discutindo se o conceito de risco inaceitável é um conceito correto. Por favor, leiam um pouco! Eu é que peço a V.Exas.: leiam um pouco!

Introduzir o conceito de risco aceitável para a vida das pessoas, a essa altura? Desconsiderar tudo o que diz a Organização Mundial da Saúde — OMS, tudo o que diz a legislação internacional, tudo o que diz a Organização Pan-Americana de Saúde — OPAS, tudo o que dizem todas as organizações da reforma sanitária, a Escola Nacional de Saúde Pública? Sinceramente, isso é um desrespeito profundo a tudo o que se acumulou na inteligência, nos estudos brasileiros e internacionais. V.Exas. estão, de fato, brincando com a legislação brasileira! Neste caso, há um desrespeito profundo.

E não adianta ficarem se sacudindo, sorrindo e mostrando-se exaustos. Os argumentos estão sendo repetidos, e nós vamos ter que repeti-los, porque nos parece que os ouvidos são moucos. Aliás, já há algum tempo que, parece-nos, argumento não vale de nada aqui, porque nós os repetimos e repetimos, mas a subalternidade a alguns interesses é superior ao valor da vida e da representação da vida, que aqui deveria significar alguma coisa. Por isso, muita gente não respeita mais esta Casa e não vê mais credibilidade nisso aqui.

A sociedade pede que nós olhemos com um mínimo de sensibilidade para o que significa a vida delas no cotidiano. Trata-se do alimento, da vida dos trabalhadores, que ainda são escravizados em muitas fazendas por este Brasil afora. Há trabalho escravo por aí, e nós sabemos disso. Infelizmente, até o Ministério do Trabalho deste Governo chegou a fazer uma portaria legalizando o trabalho escravo, depois teve que recuar.



Aliás, a modernidade de que tanto falam leva hoje a um aumento de 11% na mortalidade infantil. Foram fechadas 13,8 mil indústrias. Nós voltamos ao mapa de 2007 da extrema pobreza. Essa é a modernidade de vocês. A ciência está acabando, as universidades estão se fechando a muitos programas. Essa é a modernidade. Nessa modernidade nós não acreditamos. E desenvolvimento, para muitos aqui, é esse desenvolvimento descarado ou escancarado, é esse desenvolvimentismo que não respeita nada nem ninguém, é a concentração do dinheiro e do poder na mão de poucos e, de preferência, de muitos não brasileiros, porque, para muitos aqui, o Brasil também importa pouco.

Então, sinceramente, eu não consigo compreender que a essa altura até risco aceitável à vida seja considerado uma coisa banal. *"Vamos aí introduzir o conceito de risco aceitável, já que o inaceitável vai estar na lei"*.

Relator, por favor. Isso não é possível. Risco inaceitável não pode, mas risco aceitável pode? Qual é o risco aceitável para V.Exa.? Eu queria que V.Exa. descrevesse pelo menos o que é risco aceitável. O Relator poderia dizer o que é risco aceitável. E não é depois, não. Tem que ser agora, porque nós vamos votar.

O que é risco aceitável? Isso deveria estar descrito. *"Risco aceitável é um câncer pequenininho, talvez, uma leucemiazinha, uma má-formaçãozinha, uma teratonegeniazinha"*. Um cancerzinho pequeno de pulmão, de 1 milímetro, ou um abortozinho induzido, isso talvez seja um risco aceitável. O que é risco aceitável? Isso precisa estar claro para podermos votar. O inaceitável nós conhecemos, mas o aceitável precisa ser listado. É necessária uma lista de risco aceitável, que, talvez, para a família de ninguém aqui seja aceitável. Para a família dos outros brasileiros e brasileiras talvez seja, até porque, na reforma trabalhista, as grávidas podem ir para um ambiente insalubre. Talvez seja aceitável para vocês respirar e consumir essas coisas, mas para nós não é.

Por isso, nós votamos "não" ao texto e "sim" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - O PSOL vota "não" e quer trazer aqui — os Anais desta sessão serão muito importantes e serão compulsados futuramente para analisarmos a posição de cada um — o que a Fundação Oswaldo Cruz, de notabilíssimos serviços prestados à saúde brasileira, diz sobre a análise de risco, em sua nota pública. *"A inserção da análise de risco, permitindo que produtos que hoje têm o registro proibido em*



função do perigo que representam — como aqueles que causam câncer, mutações, desregulações endócrinas e más-formações congênitas — passam a ter o registro permitido se o risco for considerado 'aceitável'." Banaliza-se o risco, e isso, é claro, é absolutamente inaceitável. O legislador manter isso no texto é algo contra a saúde da população.

O nosso voto é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidente, com tanto argumento, e como não há argumento do outro lado, eu pergunto se V.Exas. estão alterando e aceitando o texto, porque há silêncio do outro lado. Eu pergunto de novo, Presidente, Relator: V.Exas. estão concordando com o nosso argumento, porque não estão colocando mais argumentos? Então, eu imagino que estão retirando essa parte do texto, porque ficou bem evidente: ninguém mais está falando. Então, não têm argumentos, e os argumentos estão evidenciadíssimos: nós vamos ter riscos aceitáveis à saúde humana, ao meio ambiente. Vai haver risco aceitável de poluição para as pessoas ao tomarem água. Isso vai estar na lei, revogando-se outros artigos da Lei do Agrotóxico. Não é possível! Então eu faço a pergunta: pelo jeito, V.Exas. estão concordando?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, sabe o que é pior? É a gente falar sério, com razoável tentativa de não aumentar o tom de voz, mas não com menor indignação, e ver alguns Deputados sorrindo. Só que quem ri por último ri melhor. Essa batalha ainda vai ser longa, muito longa nesta Casa e no Senado também. E talvez a lista do Relator seja um câncer de rim, já que nós temos dois; de pulmão, já que nós temos dois; de ovário, já que nós temos dois. Precisava haver uma lista, uma relação, para ver se alguma instituição poderia aprovar esses absurdos que vemos por aqui. Não é possível falarmos de algo tão sério, e alguns Deputados sorrirem, fazerem gozação, soltarem piadas. Não é hora para piadas. Nós estamos trabalhando, discutindo coisas sérias. Deveríamos ter um respeito maior pelo tema.

A Minoria encaminha "não" ao texto; "sim" ao destaque.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (Bloco/PTB - SP) - Vamos votar.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Votação nominal.

Em votação.



Iniciada a votação.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou abrir o painel.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Já chegamos a 15. Vou abrir o painel.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Obstrução. Encerrada a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Pode abrir o painel. O número está sendo computado. Eu avisarei. Pode abrir o painel. Abra o painel. *(Pausa.)*

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Encerrada a votação.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG) - É um absurdo, Presidente. Não estamos conseguindo votar. Então, V.Exa. tem que pedir para se corrigirem os equipamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - V.Exa. pode declarar seu voto.

"Sim", 15; "não", 5; abstenção, zero.

Aprovada a matéria destacada.

Fica mantido o texto do Relator.

Vamos para a próxima.

A Deputada Jandira Feghali votou "não", o Deputado Bohn Gass votou "não", o Deputado Nilto Tatto votou "não", o Deputado Sérgio votou "sim".

Destaque nº 4, da bancada do PT.

Votação do § 4º do art. 4º do Substitutivo.

Encaminhamento da votação: dois falarão a favor e dois falarão contra.

Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado João Daniel, por 5 minutos.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sra. Presidenta, Srs. Deputados e Deputadas, senhores que nos acompanham nesta Comissão, nós estamos aqui fazendo o debate deste projeto, que tem muito a ver com várias questões já aprovadas pelo Congresso Nacional. Quando se trata de apoiar e buscar projetos de interesses das grandes empresas e dos bancos, há uma unidade de grande parte da bancada ruralista na defesa desses interesses.

Após mais de 20 anos da Lei Kandir, mais de meio trilhão foram bancados pelo Estado a favor das grandes empresas. Aí o Estado tem que se forte, tem que garantir a Lei Kandir.



Na hora em que há o golpe, em que o Governo golpista assume a administração, acaba o Ministério do Desenvolvimento Agrário...

Pois não, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Por favor, eu peço silêncio ao Plenário. O Deputado está falando.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Acaba o Ministério do Desenvolvimento Agrário, leva tudo para o Ministério da Agricultura. Na hora da reforma trabalhista, nenhum direito para os trabalhadores. Ao contrário, enviam projeto para transformar alimentação, alojamento e moradia em salário, para se voltar ao tempo da escravidão, antes de 1888.

Na hora de se aprovar PEC dos gastos, nenhum limite para pagamento dos bancos, mas há limite e controle dos gastos por 20 anos para todos os programas sociais, para todos os programas de interesse do povo brasileiro.

Aqui nós não estamos votando nada, a não ser o seguinte: tudo será feito pelo Ministério da Agricultura, controlado pelas grandes empresas, que dominam o Ministério. E essas grandes empresas têm maioria aqui dentro desta Comissão e vão legislar a favor desses interesses das grandes empresas, de cinco grandes empresas que produzem veneno, remédios e que fazem lobby.

Quando houve a primeira reunião, a segunda e a terceira aqui dentro, formou-se uma fila tão grande de lobistas representantes de empresas que não havia vagas nem para os Deputados sentarem. Quando todos da primeira fila se sentavam, já se sentavam os da segunda para fazer *lobby*, um *lobby* das empresas multinacionais.

Há uma coisa muito triste dentro de todo esse projeto: a bancada ruralista da Câmara Federal não tem nenhuma defesa da produção agropecuária brasileira, é uma bancada totalmente entreguista, que vota tudo a serviço de meia dúzia de empresas e dos bancos. Lamentável! Triste!

Neste projeto, está se votando exatamente para dar poder e para dizer o seguinte: a FIOCRUZ, o Ministério da Saúde e as pesquisas não funcionam, não podem funcionar, não podem atuar. Quem tem que atuar são as empresas multinacionais que vêm para cá e garantem que vão transformar este País naquilo que já falou a nossa querida Deputada Jandira, e eu complementaria, o complexo de vira-lata. Aqui não existe um Estado para o povo, para quem produz e trabalha; existe um Estado para os bancos, para as empresas multinacionais e para as corporações.



Portanto, Sra. Presidente, é lamentável este projeto, é lamentável esta situação, a forma como nós, nos últimos 2 anos, fomos entregando este País contra qualquer possibilidade de construção da soberania nacional, de um Estado que tenha de fato fiscalização naquilo que interessa ao povo brasileiro. É um Estado quebrado, quando se trata de algo para a maioria da população, mas é um Estado forte quando se trata de defender as empresas, os bancos e os ricos deste País.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - "Sim" ao texto; "não" ao destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Ivan Valente por 5 minutos.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, a definição de gestão de risco e de risco aceitável que está neste texto realmente é de uma frouxidão e uma generalidade inaceitável sob todos os aspectos.

A supressão desse texto é fundamental, porque tudo o que nós discutimos aqui mostra que a preocupação com a saúde foi relegada ao terceiro e ao quarto planos, e a preocupação com o meio ambiente é a mesma coisa. Na verdade, não são aceitáveis, quando se discute saúde, estes termos que foram aqui utilizados: avaliação de risco, comunicação de risco, gestão de risco. Tudo isso não serve para defender o ser humano, a vida humana. Os documentos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência mostram que a contaminação por agrotóxico atinge o leite materno, o sangue e os alimentos. E isso é colocado na corrente sanguínea.

Sobre a discussão que nós fazemos aqui, eu vi ruralista falando: "*Nós botamos meio copinho de veneno para não sei quanto...*" É mentira, porque o processo de contaminação é de longo prazo, é do solo, é da água, é da passagem para o ser humano. Isso demora!

A questão dos casos registrados também é falsa. Qual caso de intoxicação por agrotóxico em longo prazo foi comunicado? É registrado muito pouco do que se usa. Nós somos o país que mais usa agrotóxicos no planeta. Verdade! Verdade! Está aqui a SBPC. Eu não acredito nos ruralistas. Eu acredito na Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Lá existem cientistas.



Aliás, V.Exas. trouxeram aqui, na semana passada, infelizmente (*falha na gravação*). Mas sabem de quem o Alysson Paulinelli foi Ministro da Agricultura? Do Médici, o maior torturador do Brasil, na ditadura.

Quando nós discutimos o Código Florestal, a SBPC chamou uma reunião com 25 cientistas, para a qual foram chamados dois Deputados. Um deles foi o Aldo Rabelo, que foi por esse caminho que nós conhecemos e onde parou. Ele se encostou nos ruralistas, e aí deu no que deu. Vejam que 24 cientistas eram contra e produziram um megadocumento contrário ao desmatamento no nosso País, só o Alysson Paulinelli, que estava com o crachá dele, defendia o desmatamento, porque, pelo que eu saiba, é plantador de café no sul de Minas.

A mesma coisa ocorre aqui com o uso dos agrotóxicos. Sinceramente, Sra. Presidente, Sr. Relator, discutir análise de risco sem passar pelo Ministério da Saúde, sem passar pela ANVISA, que discute os resíduos dos agrotóxicos, é óbvio que a sociedade brasileira não vai aceitar. Nós vamos derrotar a matéria no plenário se ela for para lá, porque será repudiada pela sociedade brasileira, que não está a fim de consumir veneno. E não me venham com essa de alimentar o lucro da Syngenta, da Mitsui, etc. O povo não quer veneno na mesa.

V.Exas. sabem que perderam a batalha da comunicação, tanto que contrataram Nizan Guanaes, um marqueteiro, para fazer farol, para mentir para a sociedade brasileira. Não vamos aceitar isso, não. Esse projeto vai ser repudiado no plenário da Câmara dos Deputados, e, se não for, cairá no Supremo Tribunal Federal porque é inconstitucional em mais de seis artigos. A insistência em tornar aceitável o risco para a saúde, para o meio ambiente, para a cidadania brasileira, para a vida das crianças, e a concordância em botar, aí no relatório, que o câncer faz bem...

(Desligamento automático do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Onyx Lorenzoni, por 5 minutos.

O SR. ONYX LORENZONI (DEM - RS) - Sra. Presidente, Sr. Relator, esta discussão aqui na Comissão remete-me ao tempo em que eu era Deputado Estadual, em 1999 e 2000, quando a soja transgênica chamada "Maradona" entrou no Rio Grande do Sul. E por que ela tinha esse nome? Porque os *hermanos* argentinos haviam trazido a soja transgênica



americana e, como é muito comum naquelas bandas da América Latina, fizeram uma cópia dessa soja, que acabou ganhando o apelido de "Maradona".

Pela fronteira do Rio Grande, os produtores rurais gaúchos — o Deputado Heinze conhece bem esta história, assim como o Deputado Covatti e o Deputado Alceu — olhavam aquela lavoura *limpita*, como dizem na minha terra, enquanto as nossas lavouras tinham que usar cada vez mais defensivos. E aí os gaúchos começaram a usar a soja "Maradona" em larga escala. Houve ganhos de produtividade, diminuição da poluição do lençol hídrico, salvaguarda pelo uso do plantio direto conforme as condições da propriedade, redução de custo e maior lucratividade.

Na época, era o Governo do Sr. Olívio Dutra. E os representantes da mesma da corrente política, que se manifestam contra a atualização da nossa legislação, diziam: "*Olha, a soja transgênica vai dar câncer e vai dar AIDS*". Está registrado, ex-Presidente da Assembleia, Deputado Alceu Moreira, aqui presente, lá nos Anais da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Parlamentares dizerem que aquela soja iria dar câncer e iria dar AIDS.

Isso atrasou o Brasil muitos anos. Nós levamos mais de 5 anos para conseguir aprovar aqui a Lei de Biossegurança. E eu quero fazer justiça ao Deputado Luis Carlos Heinze, que foi um guerreiro, junto com outros Parlamentares. E nós conseguimos fazer com que o País tivesse uma lei que permitisse a pesquisa, que permitisse o desenvolvimento não apenas na área agrícola, mas também na área de medicamentos, quer para uso humano, quer para uso animal.

Eu acho que a lembrança fez mal para a turma do atraso, porque o episódio que nós vivemos com a transgenia é o mesmo que está se repetindo aqui. Trata-se de obscurantismo, de falta de estudar, de falta de olhar para as nações que olham para as pessoas e indagam como podem protegê-las. Há no Brasil uma dicotomia impressionante: há aqueles que dizem que querem defender as pessoas e o meio ambiente, enquanto nós vamos proteger a água, nós vamos proteger o solo, nós queremos proteger a terra e nós queremos proteger a luz.

Sr. Presidente, Sr. Relator, quais são os insumos mais importantes para o agricultor brasileiro? É o solo, é a água, é a luz e é o ar. E o que faz aquele que precisa desses insumos para produzir? Protege de fato e de verdade, muito mais do que o discurso obscurantista, o discurso que nega a ciência. Será que alguém aqui da esquerda brasileira



obscurantista já esqueceu Trofim Lysenko? Se não sabe quem é, dá um Google aí e vai atrás dele.

Nós no Brasil estamos novamente diante do confronto entre, de um lado, quem olha para o meio ambiente brasileiro, olha para as pessoas, olha para a produção e imagina que ela deva ser saudável, deva ser adequada e cientificamente evoluída, e, de outro lado, quem quer apenas ficar negando os avanços da ciência. Por isso, Sra. Presidente, Sr. Relator, eu trouxe de volta a história da transgenia. Não existe AIDS, não existe câncer oriundo dos produtos transgênicos. Ao contrário, há menor agressão ao meio ambiente, há mais produção e, principalmente, há o produtor rural brasileiro hoje conseguindo alimentar a humanidade. E essa é a nossa missão.

Portanto, Deputado Luiz Nishimori, parabéns pelo seu trabalho!

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado Onyx.

Anúncio da votação. Trata-se de um destaque para votação em separado. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator, quem votar "não" rejeita a matéria destaca, e o texto do Relator fica alterado.

Passa-se a orientação de bancada, por 1 minuto.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Questão de ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, qual o número, por favor. *(Pausa.)*

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Ele nem sabe o número, Sra. Presidente.

(Não identificado) - Ele está ligando o microfone, Deputado Alceu. Calma!

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, é uma questão de ordem e também uma questão de esclarecimento.

Diz o art. 187, § 4º:

Art.

187.....

VI.....

§ 4º Quando o sistema eletrônico não estiver em condições de funcionamento, e nas hipóteses de que tratam os arts. 217, IV, e 218, § 8º, a votação nominal será feita pela chamada dos Deputados, alternadamente (...)



Em todas as votações, os Deputados estão reclamando que não conseguem votar. Nós já acordamos em tirar parte do *kit* porque foi acordado que haveria o voto digital de cada Deputado aqui. E é importante que haja o voto digital até para que não venham desavisados de última hora. Estou falando sério, porque é...

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Deputado, só um minutinho. O sistema está funcionando, mas realmente está lento. Quando chegarmos aos 15 minutos, eu vou dar mais 3 minutos para V.Exas. votarem. Quem não votar em 3 minutos, eu sinto muito.

Vamos lá. Continuamos a votação.

Como vota o PT? Tem 1 minuto.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, todos os agricultores do Brasil e mesmo aqueles que estão consumindo alimento que chega contaminado à mesa de cada brasileiro sabem da importância do solo e da água para a produção da agricultura. Mas este relatório é pouco inteligente porque não percebe isso.

Nós, até por causa desse modelo de agricultura altamente dependente da química, gastamos no Brasil 70% da água potável para irrigação. Aí começa a haver problemas e conflitos em várias partes do País, pelo uso da água na agricultura. Aí começa a haver problemas e conflitos em várias partes do País por causa do uso da água na agricultura.

E o que vocês estão fazendo neste relatório? Vocês estão jogando para o Ministério da Agricultura, que sofre a influência de parte dos poucos grandes fazendeiros deste País e das empresas de agroquímicos, a atribuição de tomar conta e dizer o que pode e o que não pode.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o MDB?

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - "Sim" ao texto e "não" ao destaque. É como vota toda a base.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB?

O SR. HEITOR SCHUCH (PSB - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, a nossa manifestação é no sentido de acompanhar o voto "não".

Eu queria também fazer um registro. Eu cheguei só agora, porque não teve maneira de voar antes daquela chuvarada no Rio Grande do Sul, e quero lembrar o Parlamentar que falou aqui antes de mim que muitas coisas que ele disse sobre os transgênicos realmente são verdade, mas é importante dizer que hoje os nossos agricultores pagam



7,5% sobre a produção para usarem aquela tecnologia. Ou seja, nós estamos pagando uma conta a mais, que nos foi embutida com aquela legislação dos transgênicos, que era para reduzir o custo, reduzindo o uso do veneno, o que não aconteceu — continua a ser feita a mesma quantidade de aplicações, e o agricultor está pagando mais 7,5% sobre aquilo que ele mesmo produz para usar aquela tecnologia.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, temos uma preocupação logo com o *caput* do artigo, quando ele impõe essa divisão, esse confronto entre dois órgãos eminentemente políticos. De um lado, um cuida da agricultura; de outro, há o que cuida do meio ambiente. Então, já se começa com um problema sério no comando principal do *caput*, ao excluir as agências reguladoras e agências como a ANVISA.

Nós do PDT entendemos que esse destaque precisa prosperar, exatamente porque o texto como um todo, já a partir do seu *caput*, estabelece um confronto que não será bom, obviamente, para a discussão do controle de agrotóxicos no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PODEMOS? *(Pausa.)*

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Na verdade, argumentar que se está contra a ciência é forçar muito a barra, não é? Nós estamos discutindo sobre incorporar a ciência, ao contrário de quem está negando a ciência.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Pois é... Teve Deputado que de fato chegou agora e não ouviu os argumentos apresentados o dia inteiro.

Nós estamos querendo incorporar a ciência. Aliás, as sociedades científicas estão contra o projeto. Todos os argumentos técnico-científicos estão contra o projeto, porque, exatamente, o projeto nega a ciência, nega a incorporação da análise científica dos produtos, das próprias moléculas que estão querendo aprovar no "liberou geral", sem que os órgãos que analisam cientificamente as moléculas e os produtos possam dar a sua opinião, com a competência que têm.

O destaque é exatamente a tentativa de devolver a competência às instituições científicas para fazerem a análise. Então, nós somos a favor do destaque e contra o texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, quero só perguntar o seguinte. Como pode o Ministro da Agricultura, Blairo Maggi, ser o autor do projeto? Ele é o rei da soja, o rei do agrotóxico, o rei da motosserra; está enrolado com processos. E é ele que vem dizer que tudo vai ser liberado pelo Ministério da Agricultura e que o Ministério da Saúde e o Ministério do Meio Ambiente devem ser colocados de escanteio?

Aqui não se ouvem as sociedades científicas. Eu lamento que tenha Deputado chegando agora e falando que nós somos o atraso, que eles estão com a ciência — a ciência da Syngenta, da Bayer, é claro; da grana, do lucro. Esta é que é a verdade.

Nós estamos a favor da vida, e não a favor do lucro.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Eu acho que, hoje, com tanta defesa dos transgênicos, nós vamos ter um aliado para não retirar isso aqui. Se o transgênico é tão bom, por que o pessoal tem medo de tirar o "T" do transgênico? Então, vamos deixar! Se o transgênico é tão bom, vamos deixar!

Em segundo lugar, nós dizíamos à época que o transgênico ia aumentar o custo para o agricultor, que teria que pagar à Monsanto — aliás, a Monsanto agora já foi incorporada pela Bayer; tiraram o nome da Monsanto.

A APROSOJA, dos produtores de soja, informa que 733 milhões foram entregues pelos produtores para as multinacionais. É isso o que defendem aqui! É o lucro, mais uma vez, como na época em que entregaram a tecnologia para essas empresas. E são contra as pesquisas, porque os que estão aqui arrotando forte, do ponto de vista da ciência, votaram no Governo golpista, que está tirando dinheiro da ciência.

Essa é a verdade! Por isso tem que ser feito o debate real!

Agora querem veneno. Assim como agora estão pagando *royalties* para as fabricantes dos transgênicos, daqui uns dias vão pagar para as fabricantes de veneno. Por isso, a Oposição vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, quando se fala do Ministério da Agricultura, hoje, é meio como botar a raposa para tomar conta do galinheiro. Nós estamos fazendo uma discussão para botar para tomar conta do que precisa ser fiscalizado quem não pode. Nós estamos tirando a competência da ANVISA, do IBAMA,



dos órgãos de fiscalização, quando deveríamos fortalecer esses órgãos, inclusive para acelerar a análise.

Nós queremos acelerar também, mas com mais gente, com mais analistas, com mais pessoas, com especialistas e técnicos que possam contribuir para acelerar a análise. Nós não queremos que demore 20 anos. Assim como no INPI nós queremos mais gente. Cadê os concursos, que estão proibidos pela Emenda nº 95? Quem está votando isso aqui é quem proibiu e está impedindo investimento na ciência, em tudo.

Então, não dá. Somos contra o texto e a favor do destaque.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Votação nominal.

Declaro iniciada a votação.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Eu vou conferir quais os Deputados foram retirados e postos de novo. Vamos pedir que a Mesa esclareça isso.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Já eu entrego para vocês a movimentação da Comissão — quem entrou, quem saiu e quem voltou.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Sra. Presidente, eu peço a palavra para falar enquanto há votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - Presidente, não deu quórum ainda.

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Também peço a palavra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não vou dar a palavra para ninguém, Deputado Colatto. Desculpe.

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - V.Exa. é uma fera. *(Risos.)*

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Quando chegarmos a 15 votos, eu vou conceder mais 3 minutos e vou...

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Fiz duas tentativas e não consegui votar. Vou tentar de novo.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou encerrar a votação.
(Manifestação no plenário.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Concedo mais 3 minutos.

Quem votou votou.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Presidente, tentei votar três vezes. Há testemunhas aqui.



O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, tenha calma, porque não estamos conseguindo entrar.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Há 2 minutos ainda.

Ele está lá votando certinho. É preciso ir até lá, onde é mais fácil votar. *(Pausa.)*

Resta 1 minuto e 21 segundos. *(Pausa.)*

Pronto? Todo mundo votou? Vou encerrar a votação.

V.Exa. votou? *(Pausa.)*

Então, vote aqui.

V.Exa. votou sim. Seu voto foi registrado.

Pronto. Está encerrada a votação.

Resultado da votação: "sim", 18; "não", 9; "abstenção", 0.

Aprovada a matéria destacada, fica mantido o texto do Relator.

Destaque nº 5, da bancada do PT. Votação do inciso IV do art. 5º do substitutivo.

Para o encaminhamento da votação, dois Deputados falarão a favor e dois contra a matéria.

Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Bohn Gass por 5 minutos.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidenta, o anúncio já foi dado aqui, mas, só para deixar bem claro, o art. 5º, inciso IV, do substitutivo diz que compete ao órgão federal responsável pelo setor da agricultura *"conceder os registros e autorizações de pesticidas para os fins previstos no caput do art. 1º desta Lei"*. Esse aqui é muito similar ao anterior.

Eu queria chamar os colegas à reflexão a partir da nota da EMBRAPA, na qual ela coloca a necessidade de que se busque um equilíbrio institucional. Nós, aqui, não estamos pensando em equilíbrio institucional, porque a competência será só de um órgão, só do MAPA.

Olhem o que a EMBRAPA está dizendo — eu não estou nem falando de FIOCRUZ, de Ministério do Meio Ambiente, de Ministério da Saúde, de Instituto de Câncer; estou citando a EMBRAPA:

(...) é importante que se busque um equilíbrio institucional, visando ao mesmo tempo maior eficiência processual, que pode ser alcançada com a coordenação do MAPA, e também assegurando — aqui que está o detalhe — que todos os aspectos toxicológicos e



ambientais sejam considerados, ao integrar de forma adequada o Ibama e Anvisa a esta nova estrutura regulatória proposta no projeto de lei.

Então, é a EMBRAPA que está dizendo que não pode ficar apenas a autorização. E o que consta no substitutivo é o seguinte: *"conceder os registros e autorizações"*.

Precisa haver um acordo institucional, porque algo, do ponto de vista da técnica, pode ter eficiência segundo a análise dos técnicos do MAPA, mas os cientistas da área da saúde e os cientistas da área ambiental podem dizer que aquilo não é adequado. Então, o que chama a atenção aqui é o acordo institucional, que nós estamos rompendo, ao permitirmos que o MAPA haja isoladamente.

O segundo aspecto que eu quero salientar aqui é o fato de falarem de modernidade: *"Nossa, mãe do céu, aqui é um lugar moderno, contra o atraso"*. Alguns até falam de obscurantismo. O Temer recentemente pagou caro à imprensa, como fez também para amenizar o tema deste projeto do veneno perante a sociedade, para dizer para a população que a reforma trabalhista era moderna e atingiria três aspectos: a economia, que iria crescer; a estabilidade, já que haveria segurança jurídica; e o emprego, que iria acontecer. Modernidade! Todos repetiam: *"Precisamos ser modernos"*.

Pois saibam, senhores, que o Governo mentiu. Ele pagou caro, com dinheiro público, para mentir na grande imprensa. E os três elementos do moderno deram com os burros na água, morro abaixo. Primeiro, a economia não cresce. Aliás, ela está só piorando com o golpistas — inclusive, muitos ainda adoram o S. Temer — e as suas políticas entregando o Brasil. Em segundo lugar, os 117 artigos tirados resultaram em maior instabilidade para o trabalhador, inclusive nos mundos jurídico e empresarial. Em terceiro lugar, há desemprego crescente. Estão tirando a vida das pessoas no mundo do desemprego por causa dessa política moderna. Quantas pessoas mentiram, dizendo que isso era moderno: *"Esse é o conceito de moderno"*.

Após alguém ter mentido tanto para a população, dizendo que o moderno iria reequilibrar a economia e gerar emprego, agora a palavra de novo é "moderno". O que é moderno? É passar dinheiro para as empresas do veneno, como passaram para as empresas desenvolvedoras de tecnologia de transgênicos? Moderno, pessoal, é comida limpa, é comida melhor para o povo. Isto é moderno: não precisarmos ter uma votação aqui para colocar mais dinheiro na saúde porque os hospitais estão superlotados com pessoas que têm doenças originadas do uso excessivo de venenos. Então, o moderno é nós



constituirmos um arranjo institucional em que o Ministério da Saúde possa ajudar a decidir, em que o Ministério do Meio Ambiente possa ajudar a decidir, e não a concentrar apenas no MAPA um tema tão importante, que fala da vida e do alimento saudável contra o veneno.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Sr. Deputado Alceu Moreira.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Sra. Presidente, moderno foi o Governo Dilma; moderna é a Venezuela.

"Sim" ao texto; "não" à emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria destacada, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivan Valente, por 5 minutos. *(Pausa.)*

Deputado Ivan Valente, tem V.Exa. a palavra para encaminhar. *(Pausa.)*

Deputado Edmilson Rodrigues.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Sra. Presidente, na verdade, o Deputado Alceu Moreira e os ruralistas são injustos ao criticarem o Governo Lula, porque a primeira vez que os agronegociantes puderam falar em mais de 100 bilhões de reais em exportação e gritar que são os responsáveis pelo aumento das divisas foi exatamente com a política de financiamento, inclusive da produção do agronegócio.

Essa é uma crítica que merece ser feita ao Governo Lula. A crítica deve ser feita...

E vocês estavam ocupando... Vocês indicaram, inclusive, a Kátia Abreu, e depois brigaram com ela. Então, parem de cinismo!

Já que falaram aqui na Venezuela, eu queria que todos tivessem a oportunidade de assistir ao programa *Câmera Record*, veiculado em fevereiro, em cinco episódios, da alçada da Heloísa Villela, do André Tal e da Cíntia Godoy. A *Record* não é nenhum órgão bolivariano, a não ser que o Bispo tenha aderido ao pensamento revolucionário do Bolívar.

Mas vejam só, o primeiro episódio fala do agronegócio relacionado...

O título é *Agronegócio, o perigo invisível* — nem tanto, não é?

Primeiro: problema de saúde. Segundo: as vítimas dão depoimento. É marcante uma vítima de Santa Maria, no Espírito Santo, falando dos problemas que enfrentou. Depois há a relação do câncer e da depressão com os agrotóxicos. Em seguida, funcionários dizendo que produziam 12 substâncias proibidas, ou seja, crimes sendo cometidos, indústrias ilegais produzindo venenos sendo usados na grande agricultura. Por fim, há um episódio



extra que fala como os produtos envenenados contaminados no Brasil produzidos ilegalmente aqui entram em mercados como Nova York, Tóquio e Londres.

Assistam ao programa do grande órgão de comunicação brasileiro bolivariano dirigido pelo Bispo Macedo e façam aqui um protesto contra a *Record*.

Aí, como é que vocês ficam? É como defender tortura de criança e dizer que o *The New York Times*, ao criticar o Trump, está errado, porque o Soros comprou as suas ações e ele é oposição ao Trump. Aí eu fiz citação da Bíblia. E como é que um pastor continua defendendo tortura contra criança? É em nome de Deus? Quem comprou a Bíblia? O Soros?

Então, pessoal, vamos ser mais sérios. Vocês são arrogantes! Não produzem desenvolvimento nenhum!

Conheça o censo agropecuário, rapaz! Segundo ele, 84,5% dos empreendimentos, dos estabelecimentos, são familiares, mesmo representando apenas a ocupação de 24,3% das terras da agricultura brasileira. Sabe o que isso significa? Significa que de 340 milhões de hectares, a pequena produção, com mais de 84%, ocupam apenas 80,25%. E sabe o resultado da produção? Veja só: mandioca, 87%; feijão, 70%; milho, 46%; até no caso do café, por 38% a agricultura familiar é responsável; arroz, 34%; leite, 58%; suínos, 59%; aves, 50%, e bovinos, 30%.

Incompetentes, porque a maioria dos produtores é pequeno produtor, não usa agrotóxico e mostra que é capaz de produzir em minifúndios, em pequenas propriedades, 70% do alimento consumido pelo povo brasileiro!

É essa modernidade que vocês propõem, de envenenar os brasileiros, de fazer tráfico para envenenar alguns povos estrangeiros. Mas isso não vai ficar impune. Isso não passará, porque, se passar aqui, eu tenho fé de que não passará no Supremo, porque vocês não podem avassalar o direito dos órgãos da saúde e dos órgãos ambientais de se posicionarem técnica e cientificamente sobre esse assunto.

Não podem dar o poder total ao Ministério da Agricultura, muito menos neste Governo golpista em que o Ministro é um dos maiores representantes do interesse das grandes corporações do agronegócio.

Tenho dito.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Nilson Leitão, por 5 minutos.



O SR. NILSON LEITÃO (PSDB - MT) - Presidente, serão 30 segundos.

Durante os 14 anos do PT, eles não fizeram nenhum projeto, nada, para impedir esse envenenamento que eles estão pregando. Nada, zero, ou tiveram amnésia durante os 14 anos?

Esse envenenamento de que o Deputado acabou de falar existiu durante os 14 anos do PT, porque não há envenenamento.

Então, o pior veneno que existe aqui, dessa parte, é a mentira.

Por isso, o nosso encaminhamento é favorável.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Vou anunciar a votação.

Trata-se de um destaque de votação em separado.

Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator. Quem votar "não" rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Orientação de bancada, por 1 minuto.

Como vota o PT?

O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - O PT vota "não", porque nós entendemos que este projeto precisa ser enterrado. Como não conseguimos fazer aqui, fomos "tratorados", nós acreditamos que a população e a sociedade civil vão se mobilizar e não deixarão este absurdo ser aprovado no plenário.

Se, por acaso, "tratorarem" também no plenário e prevalecerem os interesses das empresas — eu estou falando de poucas empresas, de meia dúzia de empresas —, podem ter certeza de que o Supremo não vai deixar que isso siga em frente.

Este projeto é danoso para o País, é danoso para a agricultura. Este projeto vai contaminar o meio ambiente e envenenar a população brasileira.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o MDB?

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - O MDB vota "sim", Presidente, e eu preciso dizer algumas palavras aqui.

Quando os agricultores brasileiros têm algum problema relacionado a doença, a praga, a qualquer coisa, o que eles fazem? Eles buscam um produto que combata isso, para que depois possam colher. Eles buscam o remédio das plantas. Quando um médico encontra uma doença em alguém, ele dá um remédio a essa pessoa para curá-la. Então, os agricultores brasileiros não rasgam dinheiro, eles sabem o que fazer: quando é preciso aplicar algo, eles aplicam. O pessoal que quer que o agricultor pegue de novo a enxada,



cate com as mãos lagartas ou faça um controle qualquer de praga não sabe o que é a agricultura brasileira.

Perdoem-nos, agricultores brasileiros! Eles não sabem o que dizem e contam mentiras deslavadas, mas mentira tem perna curta.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSB? (*Pausa.*)

O SR. VALDIR COLATTO (MDB - SC) - A base encaminha o voto "sim".

O SR. DEPUTADO ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Presidente, nós não estamos aqui num concurso sobre quem conhece mais a terra ou o campo. Os nossos argumentos são em defesa da saúde humana, só que nós estamos baseados na posição pública e oficial do Instituto Nacional de Câncer, da FIOCRUZ, da ANVISA e do Ministério da Saúde dos senhores, que publicamente se posicionou contra. Eu não consigo ser mais claro do que isso! Sinceramente, Presidente, é muito assustador o fato de que, mesmo depois de termos dito tudo isso, o outro lado diga: "*Somos a favor. Pronto*".

Realmente, este é um debate muito pobre.

Nós vamos votar "não" nesta matéria, porque entendemos que quem deve dar a autorização e a palavra final não deve ser o Ministério da Agricultura, e sim os órgãos de saúde e de meio ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT?

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG) - Sra. Presidente, apesar de a minha profissão ser a de policial militar, sou de uma família essencialmente rural: tenho pais e irmãos na agricultura familiar. Somos de uma região que produz café — por sinal, café bom, de qualidade. Mas o mercado internacional está oferecendo melhor preço no famoso *fair trade*, o mercado justo, que exige que a produção tenha uma cesta de cuidados, entre os quais está o cuidado com o uso de agrotóxicos. O mercado internacional remunera melhor o café produzido com adoção de cuidados com o meio ambiente e precaução contra o uso de agrotóxicos, por consequência.

Então, não se trata aqui de ignorar a necessidade de renda. Os pequenos agricultores também precisam de renda, e o grande desafio da ciência é encontrar, realmente, solução para o controle que permita a produção dos pequenos. Portanto, não se trata disso.

Nós somos favoráveis a esse destaque porque ele vai permitir que outras agências, para além do Ministério da Agricultura, possam participar da liberação desses produtos.

Portanto, o PDT vota a favor do destaque.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Eu fico ouvindo falar em modernidade de quem apoia Michel Temer. Realmente... Michel Temer e Trump, que usa aquele topete laranja e age com preconceito naquele País, inclusive contra nós... É impressionante alguém falar em modernidade apoiando Trump e Michel Temer e sendo contra tudo o que é solidário, contra tudo o que é justo e contra tudo o que é a favor da ciência e do povo brasileiro. Sinceramente, não dá mais pra ouvir essas coisas, porque nenhum argumento é válido. E o que V.Exas. fazem é afirmar que vale, que é isso. Cadê os dados, objetivamente? Cadê as notas técnicas que vocês defendem? Acreditar na palavra de vocês? Temos que acreditar em dados técnicos, e os dados técnicos estão a nosso favor. Nós estamos com a ciência. Quem está com o atraso são vocês, a subalternidade.

Portanto, nós votamos com o destaque e contra o texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSOL?

O SR. CHICO ALENCAR (PSOL - RJ) - O PSOL quer lembrar, mais uma vez, que essa proposta, esse projeto de lei não é unânime entre os próprios produtores rurais. Não estou falando das cooperativas, das pequenas propriedades da agricultura familiar. Estou falando de entidades como a Associação das Organizações de Produtores Fairtrade do Brasil. Estou falando de entidades como a Associação de Cafés Orgânicos e Sustentáveis do Brasil. Há um setor do empresariamento da agricultura no Brasil que tem responsabilidade, sim, e que, portanto, considera esse projeto nefasto, sob dois prismas: o da saúde da população e o do prejuízo das próprias exportações.

O nosso voto é "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Presidenta, quando alguém não tem argumento — e isso acontece toda hora —, cita a Venezuela. Sabe por que cita a Venezuela?

Nesses dias, um estudante disse para mim: *"Bohn Gass, sabe por que o Trump não vai meter bomba aqui no Brasil, como fez na Síria? Porque no Brasil há gente que faz o serviço deles, há até gente batendo continência para a bandeira dos Estados Unidos"*. Abandonaram o sentimento pátrio. E agora ainda vemos os vira-latas que fazem o serviço para os americanos e as petrolíferas contra a Venezuela, porque lá há petróleo — e por isso é que há guerra lá. Fazem o serviço, e por isso citam a Venezuela.



Em segundo lugar, esse é o único artigo em que de fato eu posso dizer para usar menos veneno. Se deixar só na mão do MAPA, vai ter mais veneno, porque o meio ambiente e a saúde vão estar fora.

Precisamos aceitar esse nosso destaque. Por isso, votamos "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, de fato eu não sou produtora rural, não sou latifundiária, não sou dona de fazenda. Aliás, para ser bastante honesta, eu tenho uns baldinhos de terra no meu jardim, na minha horta doméstica. Lá eu produzo hortelã, alecrim, manjerição, mas são para uso doméstico. Eu tenho o meu jardim, de que eu cuido também, para não dizer que eu não tenho nem um baldinho de terra, para ser bastante honesta.

Mas eu estou impressionada com os interesses que estão sendo tratados aqui. De fato, não são os do Brasil, os do povo brasileiro e os da área da saúde. Eu não sou latifundiária, não sou produtora, mas eu estudo, e é até minha obrigação estudar. Eu leio. Não sei se todo mundo que está aqui lê, mas eu procuro ler e estudar muito. Sou até sugada por muito tempo para fazer a leitura do que é relacionado ao meu trabalho. Eu não falo panfletariamente. Eu tento de fato ler.

Votamos "sim" ao destaque e "não" ao texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Está iniciado o processo de votação nominal. *(Pausa.)*

Depois que 15 Deputados votarem, eu vou esperar mais 3 minutos para encerrar a votação. *(Pausa.)*

Três minutos. *(Pausa.)*

Todo mundo já votou?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Eu estou esperando. Só estou perguntando. Perguntar não ofende.

Eu fiz uma combinação: só vai acabar quando a matéria for aprovada. *(Risos.)*

Estou brincando. Temos que rir um pouquinho, depois de 9 horas de reunião. Eu cheguei aqui quando faltavam 10 minutos para o meio-dia, junto com o Deputado Alessandro Molon. Nós dois nos encontramos no aeroporto.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Presidente, eu não consigo registrar.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Não consegue? Já marcou, Deputado Edmilson Rodrigues. Está lá.

Ninguém mais? Vou abrir o painel.

(Não identificado) - Todo mundo votou?

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Só falta o Deputado Ivan Valente. *(Pausa.)*

Deputado Ivan, V.Exa. não votou. Está acabando o tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - O combinado não custa caro. Pare, tchê!

Votou, Deputado Ivan? *(Pausa.)*

O.k. Vamos abrir o painel.

Está encerrada a votação.

Resultado: "sim", 17; "não", 9; "abstenção", 0.

Aprovada a matéria destacada.

Fica mantido o texto do Relator.

Vamos ao último destaque.

Destaque nº 1, da bancada do PCdoB. Votação do art. 9º do substitutivo.

Para encaminhamento da votação, terão a palavra dois Deputados favoráveis e dois contrários à matéria.

Para encaminhar contrariamente à matéria, tem a palavra a Deputada Jandira Feghali, por 5 minutos.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Presidente, todos nós sabemos que os Parlamentares da Comissão, com posições já definidas, são escolhidos a dedo. Nós fizemos o bom combate, mas sabíamos do resultado e não tivemos a ilusão, em nenhum momento, de que pudesse ser favorável a nós.

No entanto, o caminho político e o caminho jurídico são longos. Há várias inconstitucionalidades e ilegalidades nesse projeto — de fato, a Constituição foi desprezada numa série de artigos. E nós vamos enfrentá-las em todos os fóruns.

Agora, um artigo em particular é de uma inconstitucionalidade flagrante. Vou dizer qual.

O art. 24 da Constituição diz:



Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

(...)

VIII - responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor (...)

O inciso VIII destaca essas, além de outras questões.

O Relator retira a concorrência dos Estados e do Distrito Federal junto à União nesse projeto e diz que só poderão legislar quando houver comprovação científica fundamentada. A Constituição não diz isso. O projeto agrega um senão à concorrência de legislação nesse campo aos entes federados que não existe na Constituição. Ou seja, há uma retirada de competência federativa concorrente. Obviamente, isso vai parar na barra de todos os tribunais, de todos os Estados, o que vai paralisar, inclusive, a legislação. Isso aqui, certamente, pela inconstitucionalidade, porque uma lei infraconstitucional não pode ser maior do que o texto constitucional, vai paralisar a lei, o que, em benefício de quem está contra o projeto, é até bom. Mas obviamente, isso aqui inviabilizará a legislação. Então, se V.Exas. acreditam nessa legislação, devem suprimir esse artigo, que é flagrantemente inconstitucional.

Sabíamos que a Ordem do Dia hoje seria demorada. Foram 9 horas, 7 horas de discussão de fato. A base do Governo, que quer aprovar esse projeto, e os defensores desses interesses multinacionais de um grupo de grandes produtores, de fato, não debateram, desqualificaram o debate, usaram argumentos bastante frágeis, quando argumentaram, e agrediram bastante.

Nós tentamos, a todo momento, trazer ao debate argumentos, dados, notas técnicas, muito na defesa sinceramente indignada e respeitosa da saúde humana, na defesa do equilíbrio do ecossistema, não contra o desenvolvimento, não contra a agricultura, não contra a produção, mas em defesa da competência científica daqueles que podem e devem analisar o risco toxicológico dos produtos que são usados no campo econômico e na produção de alimentos, em que há o meio ambiente, há uma área sentida e sensível a um interesse importante de toda a sociedade brasileira, que não pode sucumbir diante de interesses de alguns, da lucratividade, da ganância de empresas de produção, que são



multinacionais, sim, boa parte é de grandes produtores, sim, que não são responsáveis pela maioria dos alimentos no Brasil — é bom que se diga isso. E é claro que nós temos que reforçar isso porque é verdade. Nós precisamos, de fato, representar aqui os milhões de brasileiros e não alguns que querem apenas lucrar com esse processo.

Então, eu lamento a aprovação do projeto e a não aprovação dos destaques.

Por isso, encaminhamos a favor desse destaque que suprime um texto flagrantemente inconstitucional.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Covatti Filho.

O SR. COVATTI FILHO (Bloco/PP - RS) - Sra. Presidente, colegas Deputados, chegamos ao último destaque, e houve sim uma boa discussão. Eu discordo da minha antecessora, quando disse que nós favoráveis ao projeto não apresentamos argumentos consolidados para defendê-lo. Venho aqui também para combater principalmente aqueles que nos criticam, que fazem a política da mentira, que fazem discursos de ódio e que, sem argumentos, são capazes de colocar no plenário a simulação de uma bomba, como forma de ameaça ao nosso Parlamento.

Matéria publicada no jornal e no *site* do *El País* registra que, em carta aberta, 109 laureados com o Prêmio Nobel acusam o Greenpeace de crime contra a humanidade. Opa, aqui eu não estou falando sem argumentos técnicos. Há um trecho desta reportagem que se enquadra muito bem no que estamos discutindo aqui. No trecho, os autores da carta, os 109 que foram contemplados com o Nobel, recordam que a FAO — Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura calcula que a produção mundial de alimentos e rações precisará dobrar até 2050 para atender às necessidades da crescente população mundial. Esperem aí, aqui só ouvimos que os agricultores são os criminosos, mas acho que lá, em 2050, eles vão ser os salvadores.

Em outro trecho, eles fazem um apelo aos governos do mundo para que rejeitem a campanha do Greenpeace e sejam contra o cultivo de alimentos melhorados pela biotecnologia em geral. E prosseguem os cientistas: *"É preciso deter a oposição baseada em emoções e dogmas"*. É uma situação muito importante e que nós temos que discutir.

Eu gosto de ressaltar esta frase: *"É preciso deter a oposição baseada em emoções e dogmas"*. Eu acho que é o que estamos ouvindo.

Por isso, encaminho contra o requerimento.



A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar contra a matéria, concedo a palavra ao Deputado Edmilson Rodrigues, por 5 minutos.

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Obrigado, Sra. Presidente.

Na verdade, as mudanças finais propostas no substitutivo tentaram corrigir uma inconstitucionalidade, mantendo-a de outra forma. Naturalmente, introduziu-se a fiscalização do consumo e do comércio de pesticidas como competência dos Estados e do Distrito Federal, reconhecendo a competência suplementar dos Municípios. No entanto, estabeleceu-se que esses entes só poderão legislar sobre matéria caso estejam cientificamente fundamentados.

Ora, quando aqui são citados o Instituto Nacional do Câncer, a Fundação Oswaldo Cruz, todas as universidades públicas, pesquisas da ANVISA, do Ministério do Meio Ambiente e de órgãos do Estado brasileiro, universidades, cientistas do mundo inteiro, e a bancada continua surda, cega, não reconhecendo problemas, imaginem o quanto isso significa de castração de um princípio fundamental de uma federação, que é a autonomia dos entes federados. Na verdade, é uma farsa esse reconhecimento das competências dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, porque não irá se realizar. Então, na prática, não haverá essa autonomia, porque tudo poderá ser judicializado, tudo poderá ser questionado, com base sempre num parecer técnico diferente de qualquer estudo científico encomendado.

Imaginem se um Município pequeno, que muitas vezes é alvo de uma grande multinacional do agronegócio, terá forças para combater um laudo encomendado por uma consultoria, um laudo feito à custa de bilhões e bilhões, que depois certamente serão descontados nas costas dos trabalhadores brasileiros. Então, isso não é admissível. Não é admissível!

Há estudos hoje do conjunto das universidades e de institutos ligados ao Ministério do Meio Ambiente, como a FIOCRUZ, particularmente, e o Instituto do Câncer, que vinculam o uso do agrotóxico a doenças, como o câncer, a infertilidade, transtorno do déficit de atenção, que influencia de forma brutal na qualidade do ensino, da aprendizagem e da *performance* das crianças, o próprio espectro do autismo, doenças renais, doenças hepáticas, o mal de Alzheimer. Há estudos que comprovam doenças várias neurológicas, má-formação de fetos, problemas na tireoide e problemas cardíacos.



Todas essas doenças, algumas que levam à morte, outras crônico-degenerativas, como é o caso do câncer, que só pode ser curado se descoberto no início, ou levarão à perda da vida ou a tratamentos muito caros, como quimioterapia, cirurgias, às vezes várias cirurgias, radioterapia, etc. É o povo brasileiro que tem que pagar por isso, ao mesmo tempo, em que sofre com essas doenças. Mas nós sabemos da crise do sistema de saúde com a lei aprovada por V.Exas. da bancada ruralista que congela por 20 anos os recursos para a saúde e outros setores. Então, V.Exas. estão inviabilizando inclusive o tratamento. Basta ligarmos a TV todos os dias para ver isso em todos os Estados, para não citar apenas o meu Estado, cujo único hospital, que já foi referência para a Região Norte, hoje têm fila de espera para exame num aparelho de radioterapia, que está no conserto. Há pessoas esperando por medicamentos, que são antigos, tradicionais e necessários para conter a dor de quem tem um tumor e o vê crescer sem poder iniciar o tratamento.

Por isso, eu disse: nós não podemos aqui legislar sobre isso, porque direito não se confunde com lei, necessariamente. Há leis que negam direitos. O direito à vida, o direito à saúde do povo são obrigações do Estado e não podem estar em questão aqui. Portanto, não adianta legislar, porque nós não vamos conseguir legalizar uma espécie de autorização para o genocídio. Não é admissível isso!

Portanto, V.Exas. podem festejar. Ninguém tinha a ilusão de que íamos ganhar aqui, mas nós vamos ganhar nos tribunais.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Para encaminhar a favor da matéria destacada, concedo a palavra ao Deputado Alceu Moreira, por 5 minutos.

O SR. ALCEU MOREIRA (MDB - RS) - Votamos "sim" ao texto do projeto e contra o destaque.

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Trata-se de destaque para votação em separado. Portanto, quem votar "sim" aprova a matéria destacada e mantém o texto do Relator; quem votar "não" rejeita a matéria destacada, e o texto do Relator fica alterado.

Vamos passar à orientação de bancada.

Como vota o PT? *(Pausa.)*

O SR. EDMILSON RODRIGUES (PSOL - PA) - Direito de resposta ao Deputado Alceu.



O SR. NILTO TATTO (PT - SP) - Sra. Presidente, o PT encaminha o voto "não".

Eu quero aproveitar este último momento para parabenizar as mais de 300 organizações da sociedade civil que se mobilizaram contra este projeto, as entidades públicas sérias, como a ANVISA, a FIOCRUZ e as diversas organizações que, mesmo sob a égide deste Governo golpista e considerando a força da bancada ruralista, tiveram a coragem de fazer valer a ciência e de alertar sobre os riscos do projeto.

Podem ter certeza de que V.Exas. vencerão a votação aqui, como já a venceram. Mas, no plenário, não ganharão, porque não é contratando marqueteiros que conseguirão maquiagem a imagem de V.Exas..

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o MDB?

O SR. SERGIO SOUZA (MDB - PR) - Sra. Presidente, o MDB encaminha o voto "sim".

E eu gostaria de rapidamente parabenizar V.Exa. pela condução dos trabalhos. Eu sei que não foi fácil. V.Exa. foi exposta de maneira demasiada e negativa. Mas uma pessoa como V.Exa., que tem lado, que é o lado do produtor rural e da segurança alimentar, merece os nossos parabéns, assim como o Deputado Luiz Nishimori, que, durante os 2 anos de trabalhos desta Comissão, ficou ao lado da Presidente e não se furtou, em momento algum, a responder a todos os questionamentos feitos pelo Plenário. E também quero parabenizar e agradecer a todos os membros da Comissão, porque, ao final, chegamos a um bom termo, que é a aprovação de uma lei moderna para o Brasil.

Recomendo o voto "sim" a todos os partidos da base.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PSB?

O SR. ALESSANDRO MOLON (PSB - RJ) - Sra. Presidente, o PSB vota "não", somos contra essa restrição inconstitucional da competência dos Estados.

Há 2 meses, a bancada ruralista iniciou a tentativa de aprovar esse grave retrocesso na legislação brasileira sobre agrotóxicos, a que nós resistimos 2 meses. No dia de hoje, às 21h05min, digo que a luta não termina aqui. Nós vamos fazer uma duríssima obstrução para que este projeto não seja votado em plenário. Se o for, iremos aos tribunais para derrotá-lo, porque ele é inconstitucional, já que sacrifica a saúde do povo brasileiro para aumentar a lucratividade de um único setor econômico. Não se faz isso com a vida dos brasileiros.



"Não" a essa matéria! "Não" ao pacote do veneno! "Não" à tentativa de subjugar a vida e a saúde humanas ao lucro de um setor!

O PSB vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PDT?

O SR. ASSIS DO COUTO (PDT - PR) - Sra. Presidente, primeiro, eu quero agradecer ao Deputado Subtenente Gonzaga, que gentilmente me cedeu este espaço, pois hoje não consegui chegar a tempo de acompanhar a matéria. Lamento não poder dar o meu voto "não" a este tema, neste momento.

Agora, é possível que voltemos a discutir temas importantes na Comissão de Agricultura, à qual foi, na terça-feira passada, o Ministro da Agricultura para tratar da questão dos embargos da União Europeia. Hoje, na minha cidade, foi noticiado o fechamento de uma planta frigorífica. E V.Exa., Sra. Presidente, encaminhou à bancada ruralista, à Frente Parlamentar da Agropecuária pedido para dispensar a vinda do Ministro — e certamente V.Exa. será cobrada a respeito disso —, porque esse tema estava sendo tratado aqui. Reitero que esse tema será debatido no plenário e na Comissão de Agricultura toda vez que pudermos, porque isso é injusto demais e contra os produtores rurais do Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Obrigada, Deputado.

Como vota o PCdoB?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, contra o dogma, só a ciência. Não há nada que confronte mais o dogma do que a ciência, que está sendo negada aqui. Nós não estamos votando com o dogma, nós estamos votando com a ciência.

A política é movida a ideias, mas não acredito que ninguém faça política sem emoção também. Eu já disse e vou repetir: nós aqui representamos o povo brasileiro, cada um na sua representação. Eu aqui não represento o Greenpeace, aqui eu represento o PCdoB, os meus eleitores. Eu represento as ideias que trago quando faço a campanha eleitoral, eu não traio as ideias da campanha eleitoral. De fato, mais de 300 entidades têm a opinião que nós aqui defendemos. Nunca chamamos os agricultores de criminosos, nós falamos de interesses de alguns grandes agricultores e multinacionais.

Por isso, votamos a favor do destaque e contra o texto.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota o PSOL?



O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) - Sra. Presidente, em primeiro lugar, eu quero comparar o episódio da bomba aqui ao da bolinha de papel na cabeça do Serra, quando ele se submeteu a uma tomografia: a palhaçada é a mesma.

Em segundo lugar, eu acho que os ruralistas aqui perderam a narrativa, porque nós conseguimos fazer com que o Relator retirasse a vergonhosa palavra "fitossanitário". O que aconteceu foi uma grande enganação, porque a palavra "agrotóxico" está na legislação brasileira, na Constituição Federal, na ONU. Então, é veneno mesmo.

Em terceiro lugar, nós localizamos e botamos o dedo na ferida, o que significa excluir o Ministério da Saúde, o Ministério do Meio Ambiente, a ANVISA e todos os órgãos científicos de uma análise séria sobre o uso de agrotóxicos. Por isso, eu queria dizer que acredito que nós vamos derrotar esse processo no plenário ou nos tribunais, ou ele nem chegará ao plenário.

O PSOL vota "não".

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Oposição?

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Sra. Presidenta, em primeiro lugar, a Constituição é clara: trata-se de competência comum da União, dos Estados e dos Municípios, portanto, esse artigo é totalmente inconstitucional. Em segundo lugar, nós conseguimos vencer — junto com a sociedade e com as nossas obstruções aqui —, porque a bancada ruralista tirou o que era mais sagrado para eles: a palavra "fitossanitário".

Se agora a bancada permitisse que o debate fosse feito e que as entidades pudessem vir aqui, também ainda retirariam a palavra "pesticida". Por isso, eles não estão deixando as pessoas virem aqui, porque se elas viessem, a ciência iria provar tratar-se de outro erro, como o do fitossanitário.

Então, nós podemos dizer que, mesmo havendo uma maioria que quer colocar mais veneno e que não quer comida limpa, nós fizemos o bom debate, o qual venceremos com certeza. Na continuidade, eu convoco todos para a sessão no plenário e também para as outras disputas.

O agricultor não quer pagar *royalties*, ele quer comida limpa, ele quer crédito, ele quer desenvolvimento. Ele quer comida limpa, e não veneno, que é o que nós estamos votando.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Como vota a Minoria?

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ) - Sra. Presidente, eu também quero aqui me somar aos que agradeceram às entidades, à sociedade civil, às entidades públicas e



aos órgãos técnico-científicos que se posicionaram claramente com argumentos e dados, que acompanharam com dedicação todo esse processo até aqui e que se posicionaram pelo povo brasileiro.

Além disso, eu quero dizer que nós temos ainda muitas etapas a cumprir. E vou repetir: quem ri por último ri melhor. E assim será não só com relação a esta votação, mas também com relação a 2018, quando nós teremos eleições e poderemos rir por último e revogar os absurdos que estão sendo votados nesta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Tereza Cristina. DEM - MS) - Votação nominal. Está iniciada a votação. *(Pausa.)*

Acho que todo o mundo já votou, não é? *(Pausa.)*

Falta 1 minuto e 54 segundos. *(Pausa.)*

Vou encerrar a votação.

Está encerrada a votação.

Vamos ao resultado: votos "sim", 17; votos "não", 9; abstenções, 0.

Aprovada a matéria destacada.

Fica mantido o texto do Relator. *(Palmas.)*

Em apreciação as atas da 15ª Reunião Extraordinária, da 16ª e 17ª Reuniões Ordinárias e da 18ª Reunião Extraordinária, realizadas nos dias 9 de maio, 16 de maio, 19 de junho e 20 de junho de 2018, respectivamente, cujas cópias estão à disposição dos senhores membros.

Indago ao plenário se há necessidade da leitura das atas. *(Pausa.)*

Dispensada a leitura das atas, a pedido do Deputado Alceu Moreira.

Em votação as atas.

Os Deputados que as aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas. *(Palmas.)*

Expediente.

Comunico que está disponível para V.Exas. lista com a sinopse do expediente recebido.

O Deputado Nilto Tatto solicita que seja lido o expediente recebido.

Esta Presidência disponibilizou a sinopse dos documentos recebidos e, com isso, atendeu à previsão regimental de dar conhecimento à Comissão, conforme art. 41, IV, com art. 50, II.



V.Exa., no entanto, solicita que os documentos sejam lidos. Essa solicitação está prevista no art. 114, III, do Regimento, segundo o qual é sujeita ao despacho do Presidente. Na forma regimental, indefiro a sua solicitação.

Em razão do requerimento estar previsto no art. 114, ele não é submetido a voto. Portanto, não cabe requerimento de votação nominal a ele. Devolvo, então, ao autor o requerimento de votação nominal, o Deputado Nilto Tatto.

Considerando que nesta fase dos trabalhos esta é a última reunião da Comissão, consulto se podemos dar por aprovada a ata desta reunião, uma vez que será redigida em síntese, de acordo com o registro do áudio. *(Pausa.)*

Não havendo discordância, está aprovada a ata da presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.